

Investimentos e Participações em
Infraestrutura S.A. - INVEPAR e
Controladas

Relatório de Revisão dos Auditores
Independentes acompanhado das
Informações Financeiras Intermediárias

Em 30 de junho de 2016



Grant Thornton

Índice

	Página
Relatório de Revisão dos auditores independentes	3
Informações Financeiras Intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às Informações Financeiras Intermediárias para os período findos em 30 de junho de 2016	14

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais (ITR)

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar
Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da **Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar (“Companhia”)**, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos naquela data e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações financeiras intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações financeiras intermediárias executada pelo auditor da Entidade e “ISRE 2410 - *Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfases

Continuidade operacional da Companhia

Sem modificar nossa conclusão, chamamos a atenção para as Notas explicativas n.º 1a, 13 e 14 às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, que indicam que a Companhia apresenta, no consolidado, passivos circulantes em excesso aos seus ativos circulantes no montante de R\$1.891.937 mil, causados, principalmente, pelo registro no passivo circulante consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$2.736.111 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos, conforme descrito na Nota explicativa n.º 1a, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Depósito do passivo da concessão do serviço público

Conforme mencionado na Nota Explicativa n.º 14, às informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, a controlada indireta Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. não realizou a composição da Conta Reserva no montante de R\$ 1.106.212 mil, referente a parcela do passivo da concessão (outorga fixa) vencida em 11 de julho de 2016. A obrigação de depositar com 60 (sessenta) dias de antecedência está prevista nos contratos de financiamentos e o não cumprimento da referida obrigação permite aos credores requererem o vencimento antecipado das dívidas, no montante de R\$ 3.419.095 mil, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 13. Os planos de negociação da Administração junto aos credores e ao Poder Concedente para remediação da atual situação está descrito na Nota Explicativa n.º 14.

Reapresentação de informações financeiras intermediárias correspondentes

Conforme mencionado na Nota explicativa n.º 24 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, em decorrência do registro de certos ativos como “disponível para venda e operação descontinuada”, a Companhia ajustou e está reapresentando as demonstrações individual e consolidada do resultado correspondente para fins de comparação, de acordo com CPC 23 – “Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro” e a IAS 8 - *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, cujo relatório não conteve modificação datado em 27 de abril de 2016, com ênfases sobre a continuidade operacional da Companhia e investigações do Ministério Público envolvendo a Companhia, acionistas e partes relacionadas. Os valores correspondentes ao período de três e seis meses findo em 30 de junho de 2015, também apresentados para fins de comparação, foram revisados por outros auditores independentes, cujo relatório não conteve modificação datado originalmente em 08 de setembro de 2015 e representado em 16 de novembro de 2015, com ênfases sobre a continuidade operacional e compromissos de investimentos da Companhia e sobre a reapresentação das informações financeiras intermediárias de 30 de junho de 2015.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2016.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 “S” – SP

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	62	86	662.821	212.804
Aplicações financeiras	4	240.897	159.813	552.867	436.408
Contas a receber	5	-	-	281.225	293.310
Estoques		-	-	70.942	56.590
Impostos a recuperar	6.a	5.566	11.526	46.098	75.578
Adiantamentos		31	71	31.636	32.317
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	11.739	39.001	-	-
Partes relacionadas	7	52.502	61.205	18.263	117
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	-	-	-	56.998
Outros		393	393	12.276	14.397
Total do ativo circulante		<u>311.190</u>	<u>272.095</u>	<u>1.676.128</u>	<u>1.178.519</u>
Ativos não circulantes mantidos para venda e operação descontinuada	24	1.960.496	-	3.970.852	-
TOTAL		<u>2.271.686</u>	<u>272.095</u>	<u>5.646.980</u>	<u>1.178.519</u>
NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras	4	-	-	246.970	173.048
Partes relacionadas	7	48.231	214.291	48.273	30.293
Contas a receber	5	-	-	22.888	22.596
Impostos a recuperar	6.a	-	-	439.416	521.341
Impostos diferidos ativos	6.b	-	-	198.668	199.306
Depósitos judiciais	15	200	200	71.713	68.585
Dividendos e juros sobre capital próprio	7	98.335	27.656	87.260	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.e	4.233	1.401	4.233	1.401
Outros		-	-	1.830	1.296
Investimentos	8	2.793.900	5.187.636	391.137	360.488
Imobilizado	10	1.885	2.039	1.065.462	994.307
Intangível	11	22.615	22.913	21.807.531	25.702.727
Total do ativo não circulante		<u>2.969.399</u>	<u>5.456.136</u>	<u>24.385.381</u>	<u>28.075.388</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>5.241.085</u>	<u>5.728.231</u>	<u>30.032.361</u>	<u>29.253.907</u>

(continua)

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
CIRCULANTE					
Fornecedores	12	3.417	6.057	313.466	478.049
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	1.295.919	2.050.031
Debêntures	13	-	-	241.511	983.880
Impostos a recolher	6.c	908	6.714	46.861	72.511
Obrigações com empregados e administradores		22.018	17.391	133.911	116.383
Concessão de serviço público	14	-	-	1.198.681	1.218.953
Adiantamentos de clientes		-	-	151.507	13.136
Provisão para manutenção		-	-	685	320
Partes relacionadas	7	13	103	2.988	2.895
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	53.574	5.746
Receita diferida		-	-	10.475	13.100
Outros		-	-	118.487	101.200
Total do passivo circulante		<u>26.356</u>	<u>30.265</u>	<u>3.568.065</u>	<u>5.056.204</u>
Passivos classificados como mantidos para venda e operação descontinuada	24	-	-	2.010.356	-
TOTAL		<u>26.356</u>	<u>30.265</u>	<u>5.578.421</u>	<u>5.056.204</u>
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedor	12	-	-	6.184	6.638
Empréstimos e financiamentos	13	-	-	4.103.947	4.679.749
Debêntures	13	2.311.550	2.088.145	5.378.491	3.972.435
Impostos a recolher	6.c	-	-	4.725	24.623
Impostos diferidos passivos	6.b	-	-	220.427	246.144
Concessão de serviço público	14	-	-	12.477.807	11.696.128
Provisão para riscos	15	-	-	32.008	26.180
Dividendos	7	22.842	22.842	24.073	24.153
Receita diferida		-	-	89.327	93.313
Provisão para manutenção		-	-	71.851	75.236
Provisão para passivo descoberto	8	379.833	115.936	-	-
Outros		-	-	70.507	4.468
Total do passivo não circulante		<u>2.714.225</u>	<u>2.226.923</u>	<u>22.479.347</u>	<u>20.849.067</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	16.a	3.351.958	3.351.958	3.351.958	3.351.958
Reserva de capital		515.961	515.961	515.961	515.961
Ajustes acumulados de conversão		374.771	743.976	374.771	743.976
Prejuízos acumulados		<u>(1.742.186)</u>	<u>(1.140.852)</u>	<u>(1.742.186)</u>	<u>(1.140.852)</u>
		2.500.504	3.471.043	2.500.504	3.471.043
Participação dos não controladores		-	-	(525.911)	(122.407)
Total do patrimônio líquido		<u>2.500.504</u>	<u>3.471.043</u>	<u>1.974.593</u>	<u>3.348.636</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.241.085</u>	<u>5.728.231</u>	<u>30.032.361</u>	<u>29.253.907</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM JUNHO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	-	-	1.666.027	1.473.465
Receita de construção	17	-	-	323.654	549.667
Custo dos serviços prestados	17	-	-	(1.115.139)	(975.768)
Custo de construção	17	-	-	(319.300)	(541.867)
LUCRO BRUTO		-	-	555.242	505.497
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	17	(36.124)	(39.729)	(242.959)	(225.367)
Equivalência patrimonial	8	(356.633)	(388.566)	7.747	(7.349)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	17	-	(10)	653	(47.289)
Total		(392.757)	(428.305)	320.683	225.492
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS					
Receitas financeiras	18	39.795	7.233	131.115	109.215
Despesas financeiras	18	(226.592)	(68.678)	(1.390.589)	(1.155.174)
Total		(186.797)	(61.445)	(1.259.474)	(1.045.959)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(579.554)	(489.750)	(938.791)	(820.467)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	-	(34.574)	(29.582)
Corrente		-	-	(31.114)	(40.144)
Diferido		-	-	(3.460)	10.562
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(579.554)	(489.750)	(973.365)	(850.049)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(393.811)	(360.299)
Atribuível aos acionistas controladores		(579.554)	(489.750)	(579.554)	(489.750)
Lucro(Prejuízo) líquido do período de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores		(21.780)	64.654	(21.780)	64.654
PREJUÍZO DO PERÍODO		(601.334)	(425.096)	(995.145)	(785.395)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(393.811)	(360.299)
Atribuível aos acionistas controladores		(601.334)	(425.096)	(601.334)	(425.096)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	(1,401)	(0,991)		
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	(1,403)	(0,993)		
Lucro/Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	19	(0,051)	0,151		
Lucro/Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	19	(0,051)	0,151		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O
PERÍODO DE TRÊS MESES FINDOS EM JUNHO DE 2016
(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	01/04/2016 a	01/04/2015 a	01/04/2016 a	01/04/2015 a
	<u>Not</u> <u>a</u> <u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Receita operacional líquida	17	-	839.768	740.286
Receita de construção	17	-	161.035	261.028
Custo dos serviços prestados	17	-	(561.533)	(509.289)
Custo de construção	17	-	(159.143)	(257.490)
LUCRO BRUTO		-	280.127	234.535
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	17	(20.193)	(22.427)	(126.662)
Equivalência patrimonial	8	(167.862)	(183.432)	(1.898)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas		-	(15)	(7)
Total		(188.055)	(205.874)	96.997
RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS				
Receitas financeiras	18	24.245	3.115	73.998
Despesas financeiras	18	(98.160)	(42.644)	(671.238)
Total		(73.915)	(39.529)	(460.037)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(261.970)	(245.403)	(445.680)
Imposto de renda e contribuição social	6.d	-	-	4.167
Corrente		-	-	(11.691)
Diferido		-	-	15.858
PREJUÍZO DO PERÍODO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		(261.970)	(245.403)	(441.513)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(179.543)
Atribuível aos acionistas controladores		(261.970)	(245.403)	(261.970)
Lucro/Prejuízo líquido do período de operações descontinuadas atribuível aos acionistas controladores		(37.485)	33.648	(37.485)
PREJUÍZO DO PERÍODO		(299.455)	(211.755)	(478.998)
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(179.543)
Atribuível aos acionistas controladores		(299.455)	(211.755)	(299.455)
Prejuízo básico por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	(0,698)	(0,493)	
Prejuízo diluído por lote de mil ações continuadas (em reais - R\$)	19	(0,698)	(0,494)	
Lucro/Prejuízo básico por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	19	(0,087)	0,078	
Lucro/Prejuízo diluído por lote de mil ações descontinuadas (em reais - R\$)	19	(0,087)	0,078	

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O
PERÍODO DE TRÊS E SEIS MESES FINDOS EM JUNHO DE 2016
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>	01/04/2016 a <u>30/06/2016</u>	01/04/2015 a <u>30/06/2015</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>30/06/2015</u>	01/04/2016 a <u>30/06/2016</u>	01/04/2015 a <u>30/06/2015</u>
PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>(601.334)</u>	<u>(425.096)</u>	<u>(299.455)</u>	<u>(211.755)</u>	<u>(995.145)</u>	<u>(785.395)</u>	<u>(478.998)</u>	<u>(348.251)</u>
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	<u>(369.205)</u>	<u>143.432</u>	<u>(914.213)</u>	<u>(98.686)</u>	<u>(369.205)</u>	<u>143.432</u>	<u>(914.213)</u>	<u>(98.686)</u>
Diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras	<u>(369.205)</u>	<u>143.432</u>	<u>(914.213)</u>	<u>(98.686)</u>	<u>(369.205)</u>	<u>143.432</u>	<u>(914.213)</u>	<u>(98.686)</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>(970.539)</u>	<u>(281.664)</u>	<u>(1.213.668)</u>	<u>(310.441)</u>	<u>(1.364.350)</u>	<u>(641.963)</u>	<u>(1.393.211)</u>	<u>(446.937)</u>
Acionistas controladores	(970.539)	(281.664)	(1.213.668)	(310.441)	(970.539)	(281.664)	(1.213.668)	(310.441)
Acionistas não controladores	-	-	-	-	(393.811)	(360.299)	(179.543)	(136.496)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O
PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM JUNHO DE 2016

(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	<u>3.351.958</u>	<u>432.539</u>	<u>287.666</u>	<u>(184.669)</u>	<u>3.887.494</u>	<u>509.634</u>	<u>4.397.128</u>
Resultado do período	-	-	-	(425.096)	(425.096)	(360.299)	(785.395)
Adição de minoritários	-	-	-	-	-	113.123	113.123
Ajuste de conversão de moeda	-	-	143.432	-	143.432	-	143.432
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	<u>3.351.958</u>	<u>432.539</u>	<u>431.098</u>	<u>(609.765)</u>	<u>3.605.830</u>	<u>262.458</u>	<u>3.868.288</u>
	Capital social subscrito	Reserva de capital	Ajuste acumulado de conversão	Prejuízos acumulados	Total atribuído aos controladores	Participação não controladores	Total consolidado
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	<u>3.351.958</u>	<u>515.961</u>	<u>743.976</u>	<u>(1.140.852)</u>	<u>3.471.043</u>	<u>(122.407)</u>	<u>3.348.636</u>
Resultado do período	-	-	-	(601.334)	(601.334)	(393.811)	(995.145)
Adição de minoritários	-	-	-	-	-	(9.693)	(9.693)
Ajuste de conversão de moeda	-	-	(369.205)	-	(369.205)	-	(369.205)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	<u>3.351.958</u>	<u>515.961</u>	<u>374.771</u>	<u>(1.742.186)</u>	<u>2.500.504</u>	<u>(525.911)</u>	<u>1.974.593</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM JUNHO DE 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	30/06/2015 (Reapresentado)	30/06/2016	30/06/2015 (Reapresentado)
Receitas	17	-	-	2.310.753	2.464.482
Prestação de serviços		-	-	1.836.436	1.621.366
Receita de construção		-	-	482.587	848.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		-	-	(11.211)	(7.153)
Outras receitas		-	-	2.941	1.728
Insumos adquiridos de terceiros		10.990	3.926	(992.994)	(1.394.335)
Custos das mercadorias e serviços vendidos		-	-	(192.268)	(333.739)
Custo de construção	17	-	-	(402.383)	(799.895)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		10.990	3.921	(396.013)	(258.462)
Perda/recuperação de valores ativos		-	5	(904)	(1.250)
Outros custos		-	-	(1.426)	(989)
Valor adicionado bruto		<u>10.990</u>	<u>3.926</u>	<u>1.317.759</u>	<u>1.070.147</u>
Retenções		(17.441)	(15.806)	(531.341)	(473.403)
Depreciação e amortização	17	<u>(17.441)</u>	<u>(15.806)</u>	<u>(531.341)</u>	<u>(473.403)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		<u>(6.451)</u>	<u>(11.880)</u>	<u>786.418</u>	<u>596.744</u>
Valor adicionado recebido em transferência		(316.838)	(381.333)	145.595	153.508
Resultado de equivalência patrimonial	8	(356.633)	(388.566)	7.747	(7.349)
Receitas financeiras	18	<u>39.795</u>	<u>7.233</u>	<u>137.848</u>	<u>160.857</u>
Total do valor adicionado das operações continuadas a distribuir		(323.289)	(393.213)	932.013	750.252
Valor adicionado das operações descontinuadas a distribuir		(21.780)	64.654	(21.780)	64.654
Total do valor adicionado a distribuir		<u>(345.069)</u>	<u>(328.559)</u>	<u>910.233</u>	<u>814.906</u>
Distribuição do valor adicionado		<u>(345.069)</u>	<u>(328.559)</u>	<u>910.233</u>	<u>814.906</u>
Pessoal e encargos		24.051	22.055	265.439	238.792
Remuneração direta		21.622	19.743	194.602	175.551
Benefícios		1.566	1.461	56.965	49.490
FGTS		863	851	12.657	12.085
Outros		-	-	1.215	1.666
Impostos, taxas e contribuições		4.181	4.479	135.691	108.603
Federais		4.181	4.479	100.774	82.843
Estaduais		-	-	2.657	2.180
Municipais		-	-	32.260	23.580
Remuneração capital de terceiros		228.033	70.003	1.504.248	1.252.906
Juros		223.381	56.844	1.318.557	1.209.494
Aluguéis		1.440	1.695	32.347	5.533
Outras		3.212	11.464	153.344	37.879
Remuneração de capital próprio		(601.334)	(425.096)	(995.145)	(785.395)
Prejuízo atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(393.811)	(360.299)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(601.334)	(425.096)	(601.334)	(425.096)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O
PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM JUNHO DE 2016
(Em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/2016	30/06/2015 (Reapresentado)	30/06/2016	30/06/2015 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes dos impostos		(579.554)	(489.750)	(938.791)	(820.467)
Ajustes:					
Depreciação e amortização		17.441	15.806	531.341	473.403
Baixa de imobilizado e intangível		-	99	2.487	10.666
Provisões diversas		-	-	16.518	(3.167)
Provisão para manutenção		-	-	-	421
Equivalência patrimonial	8	356.633	388.566	(7.747)	7.349
Apropriação receita diferida		-	-	(6.611)	(9.640)
Margem de construção		-	-	(4.354)	(7.800)
Constituição de outorga variável		-	-	92.945	93.512
Ajuste de operações de hedge		-	-	48.917	-
Variações monetárias e encargos, líquidos		201.625	56.780	1.035.233	389.626
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	5	-	-	582	14.979
Estoques		-	-	(14.352)	(7.789)
Impostos a recuperar	6	5.960	2.242	111.405	36.755
Depósitos judiciais	15	-	-	(3.034)	(3.866)
Adiantamentos		40	41	139.052	111
Recebimento de dividendos e JCP		222.904	28.349	(85.416)	2.788
Outros		(12.731)	5.034	55.752	(3.445)
(Aumento) redução nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(2.640)	(6.602)	282.746	(220.661)
Obrigações com empregados e administradores		4.627	(1.882)	17.528	3.232
Impostos a recolher	6	(5.806)	1.903	(51.452)	4.511
Impostos pagos		-	-	(53.749)	(44.722)
Receita diferida		-	-	-	14.008
Parte relacionada	7	219.061	(1.289)	12.198	(2.554)
Pagamento de outorga variável		-	-	-	-
Outras obrigações e contas a pagar		-	-	(91.584)	(193.787)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais		<u>427.560</u>	<u>(703)</u>	<u>1.089.614</u>	<u>(266.537)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aporte em controladas, coligadas e controladas em conjunto	8	(298.006)	(578.446)	(36.578)	(67.825)
Mútuo com investida		(48.231)	(27.500)	(48.231)	-
Aquisição de imobilizado		(146)	(288)	(174.170)	(377.509)
Aquisição de intangível		(117)	(154)	(441.438)	12.648
Aplicações financeiras	4	(81.084)	45.711	(138.175)	(348.471)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(427.584)</u>	<u>(560.677)</u>	<u>(838.592)</u>	<u>(781.157)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos e financiamentos	13	-	840.000	1.689.560	1.350.599
Pagamento de empréstimos e financiamentos	13	-	(220.000)	(1.117.645)	(315.114)
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		-	(36.106)	(372.465)	(225.894)
Concessão/pagamento Outorga		-	-	(455)	-
Aporte de capital de não controladores		-	-	-	113.123
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>-</u>	<u>583.894</u>	<u>198.995</u>	<u>922.714</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(24)</u>	<u>22.514</u>	<u>450.017</u>	<u>(124.980)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	86	759	212.804	341.489
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	<u>62</u>	<u>23.273</u>	<u>662.821</u>	<u>216.509</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDA NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
		<u>(24)</u>	<u>22.514</u>	<u>450.017</u>	<u>(124.980)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
REFERENTES AO PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.a) Operações da Companhia

A Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR (“INVEPAR”, “Companhia” ou “Controladora”), cuja sede está localizada na Avenida Almirante Barroso, 52, salas 801, 3001 e 3002, Centro - Rio de Janeiro - RJ foi constituída sob a forma de “sociedade por ações”. A Companhia possui registro como Companhia Aberta, na categoria “A”, junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, notadamente no setor de infraestrutura, como segue:

Empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas

Rodovias

Linha Amarela S.A. - LAMSA
 Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN
 Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. - CART
 Concessionária Bahia Norte S.A. - CBN
 Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT
 Concessionária Rota do Atlântico S.A. - CRA
 Línea Amarilla Brasil Participações S.A. – LAMBRA *
 Línea Amarilla S.A.C. – LAMSAC *
 Concessionária ViaRio S.A. - VIARIO
 Concessionária BR-040 S.A. - VIA 040
 PEX S.A. - PEX
 PEX Peru S.A.C. - PEX Peru *

Mobilidade Urbana

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. - METRÔRIO
 MetroBarra S.A. - METROBARRA
 Concessionária do VLT Carioca S.A. - VLT

Aeroportos

Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR
 Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - GRU AIRPORT

Fundo de Investimento

Fundo de Investimento CAIXA Mover - Fundo Mover

(*) Empresas reportadas como ativos classificados como mantidos para venda e passivos diretamente associados a ativos mantidos para venda.

A INVEPAR e o conjunto de empresas controladas, coligadas e controladas em conjunto são denominados “grupo Invepar” ou “grupo”.

As informações financeiras intermediárias das controladas, controladas em conjunto CBN, CRA, VIARIO e das coligadas CRT e VLT foram contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial (Nota 8 - Investimentos). Os períodos das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com o da controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas.

Em 30 de junho de 2016, a Invepar apresentou um capital circulante líquido positivo de R\$273.095 e negativo de R\$1.891.937, na controladora e consolidado, respectivamente (capital circulante líquido positivo de R\$241.830 e negativo de R\$3.877.685 em 31 de dezembro de 2015, na controladora e consolidado, respectivamente), causado, principalmente, pelo registro no passivo circulante consolidado de empréstimos, debêntures e passivo da concessão de serviço público no montante de R\$2.736.111. A Administração da Companhia tem atuado ativamente nas negociações de certas dívidas das controladas, buscando a postergação dos vencimentos e/ou refinanciamentos das mesmas.

Além disso, em 21 de janeiro de 2016, a INVEPAR divulgou ao mercado a contratação de assessores para análise de oportunidades e alternativas de alienação de investimentos, em especial da controlada LAMSAC (Nota 8). A alienação da LAMSAC, LAMBRA e PEX PERU se mostram como uma das soluções efetivas para reequilíbrio das finanças do grupo no curto prazo, pois mesmo tendo que usar parte dos recursos da venda para liquidar antecipadamente as debêntures de R\$2 bilhões de longo prazo. Conforme mencionado na Nota 25 – Eventos subsequentes, em 05 de agosto de 2016, foram assinados os contratos de compra e venda das Companhias e a Administração espera utilizar o valor da venda para saldar os compromissos financeiros dos próximos meses.

A Administração da VIA040 e a Companhia, renegociaram em conjunto com o BNDES a postergação do vencimento do empréstimo BNDES PONTE para 15 de novembro de 2016. Com o prazo adicional, a VIA040 espera concluir as condições precedentes necessárias para a liberação do financiamento de longo prazo que equalizará a estrutura de capital prevista para a Controlada.

1.b) Investigações do Ministério Público envolvendo um dos diretores da Companhia, a acionista OAS e controlada GRUPAR.

Como é de conhecimento público, encontram-se em andamento investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas no contexto da operação “Lava Jato”, que investiga, principalmente, supostas práticas relacionadas a corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo diversas empresas, dentre elas empresas do Grupo OAS, acionista que participa do bloco de controle da INVEPAR e que mantém operações de contratos de construção com certas controladas da Companhia que estão detalhadas na Nota 7 de partes relacionadas.

Em 12 de abril de 2016, uma diligência de busca e apreensão foi realizada na sede da INVEPAR e em sua controlada Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. (“GRUPAR”). O objetivo dos mandados em questão foi relacionado a temas específicos do acionista direto OAS e não continham qualquer referência às atividades exercidas pela INVEPAR ou demais controladas. Em 12 de abril de 2016, a INVEPAR divulgou fato relevante esclarecendo ao mercado os referidos acontecimentos. Em 10 de maio de 2016, conforme Despacho/Decisão da 13ª Vara Federal de Curitiba, a mencionada investigação foi arquivada.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 15 de agosto de 2016 pela Administração da Companhia, compreendem:

As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, exceto pelo ativo mantido para a venda que não constava no balanço publicado em 31/12/2015 e está sendo apresentado nesta demonstração, (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2015”), publicadas na imprensa oficial em 27 de abril de 2016.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

2.1. Adoção das IFRSs novas e revisadas

a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

IFRS 5 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada: Mudança nos métodos de baixa de ativos – fornece orientação adicional sobre critérios para realização das baixas de ativos escopo do pronunciamento.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de julho de 2016:

- IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações (com alterações refletidas na IFRS 1) – fornece orientação adicional para esclarecer se um contrato de prestação de serviços de manutenção é considerado continuidade do envolvimento em um ativo transferido para a finalidade das divulgações exigidas em relação aos ativos transferidos.
- IAS 19 – Benefício a empregados – esclarece que a taxa de desconto usada nas obrigações de benefícios pós-emprego deve ser determinada por referência aos rendimentos de títulos corporativos de alta qualidade no final do período.
- IAS 34 – Demonstrações Financeiras Intermediárias – as alterações esclarecem as exigências relativas à informação requerida pelo parágrafo 16ª da IAS 34, que é apresentado em outros lugares dentro do relatório financeiro intermediário, mas fora das demonstrações financeiras intermediárias.

c) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) - introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.
- IFRS 15 - Receita com contratos de clientes (novo pronunciamento) – estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.

d) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Concessionária não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas informações financeiras intermediárias.

2.2. Ajuste nos saldos comparativos

Em fevereiro de 2016, a Administração concluiu que a controlada LAMSAC, LAMBRA e PEX PERU estão disponíveis para venda imediata, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse grupo de ativos, sendo sua venda considerada altamente provável.

Todos os ajustes estão em conformidade com os Pronunciamentos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros e CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada. A demonstração do resultado do exercício comparativo está sendo reapresentada conforme demonstrado a seguir:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – Controladora

	30/06/2015		
	PUBLICADO	LAMBRA	REAPRESENTADO
Despesas gerais e administrativas	(39.729)	-	(39.729)
Equivalência patrimonial	(323.912)	(64.654)	(388.566)
Outras despesas operacionais	(10)	-	(10)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(363.651)	(64.654)	(428.305)
Receitas financeiras	7.233	-	7.233
Despesas financeiras	(68.678)	-	(68.678)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(425.096)	(64.654)	(489.750)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Correntes	-	-	-
Diferidos	-	-	-
Prejuízo do período	(425.096)	(64.654)	(489.750)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	-	64.654	64.654
Atribuível aos acionistas controladores	(425.096)	-	(425.096)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – Consolidado

	30/06/2015		
	PUBLICADO	LAMBRA	REAPRESENTADO
Receita líquida de serviços	1.599.031	(125.566)	1.473.465
Receita de construção	995.758	(446.091)	549.667
	2.594.789	(571.657)	2.023.132
Custo de serviços prestados	(1.007.520)	31.752	(975.768)
Custo de construção	(987.958)	446.091	(541.867)
Lucro bruto	599.311	(93.814)	505.497
Despesas gerais e administrativas	(243.585)	18.218	(225.367)
Equivalência patrimonial	(7.349)	-	(7.349)
Outras despesas operacionais	(47.289)	-	(47.289)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	301.088	(75.596)	225.492
Receitas financeiras	129.944	(20.729)	109.215
Despesas financeiras	(1.160.846)	5.672	(1.155.174)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(729.814)	(90.653)	(820.467)
Imposto de renda e contribuição social	(55.581)	25.999	(29.582)
Correntes	(61.747)	21.603	(40.144)
Diferidos	6.166	4.396	10.562
Prejuízo do período	(785.395)	(64.654)	(850.049)
Atribuível aos acionistas não controladores	360.299	-	360.299
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	-	64.654	64.654
Atribuível aos acionistas controladores	(425.096)	-	(425.096)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos	62	86	34.064	43.472
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósito Bancário CDB	-	-	158.981	97.858
Operações compromissadas	-	-	469.776	71.474
Total de caixa e equivalentes de caixa	62	86	662.821	212.804

Aplicações financeiras consideradas como equivalentes de caixa têm liquidez imediata e são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O grupo considera aplicações financeiras de liquidez imediata aquelas que podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a 3 meses contados das datas das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações varia de 80% a 102% do CDI.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Taxa	Indexador	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Aplicações financeiras							
Certificados de Depósito Bancário CDB	90% a 101%	CDI	nov/19	-	25	114.637	117.583
Debêntures compromissadas	90% a 102%	CDI	dez/16	-	-	159.437	89.022
Fundos não exclusivos de investimento de renda fixa	99%	CDI/IPCA/SELIC	ago/18	-	-	189.031	24.023
<i>Fideicomiso(a)</i>	2,50%	-	-	-	-	-	78.032
Fundo Mover(b)							
Certificados de Depósito Bancário CDB	99,46%	CDI/SELIC/IPCA	nov/26	94.899	49.120	115.376	69.789
Letras financeiras do tesouro				9.748	48.619	11.852	69.077
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				3.034	3.925	3.689	5.576
Debêntures				133.216	58.124	161.961	82.581
Fundo Cambial FIC(c)							
Letras financeiras do tesouro	100,00%	DÓLAR	set/18	-	-	19.685	12.830
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional				-	-	24.169	60.943
Total de aplicações financeiras				240.897	159.813	799.837	609.456
Circulante				240.897	159.813	552.867	436.408
Não circulante				-	-	246.970	173.048

- (a) Aplicações financeiras do Fideicomiso são referentes a certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras em renda fixa, remuneradas a taxa de 2,50% anualmente. Tais valores são destinados como meio de pagamento e garantia das obrigações provenientes da construção e operação da LAMSAC.
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração e com possibilidade de resgate a qualquer momento. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, destina-se também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do FUNDO são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Fazem parte deste fundo, além da INVEPAR, METROBARRA, METRÔRIO, CLN e a LAMSA. A VIA 040 participou do fundo até 5 de agosto de 2015, data em que houve o resgate do saldo aplicado.
- (c) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido pela controlada METRÔRIO junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento somente por autorização do Agente Financeiro conforme cronograma físico-financeiro.

As aplicações financeiras bloqueadas ou em garantia referem-se a aplicações das controladas, as quais estão bloqueadas judicialmente ou são garantias de empréstimos ou estão atreladas ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão e por isso não são consideradas como equivalentes de caixa. Do total de R\$799.837, R\$466.312 referem-se a aplicações financeiras vinculadas conforme quadro abaixo:

Empresas	Vinculada	Não vinculada	Total
INVEPAR	-	240.897	240.897
LAMSA	-	4.334	4.334
CLN	2.552	947	3.499
CART	119.967	40.642	160.609
METRÔRIO	67.276	22.560	89.836
METROBARRA	39.606	24.145	63.751
GRUPAR	163.960	-	163.960
VIA040	72.951	-	72.951
	466.312	333.525	799.837

As aplicações financeiras não circulantes demonstradas acima, que somam R\$246.970 (R\$24.903 para METRÔRIO, R\$2.552 para CLN, R\$119.967 para CART, R\$59.942 para GRU AIRPORT e R\$39.606 para METROBARRA), estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão, conforme descrito abaixo:

METRÔRIO

- R\$171, (intermediador Banco Bradesco S.A.) referem-se a garantias para contratação de cartas de fiança, cuja finalidade é servir de garantia nos processos judiciais que visam impedir a responsabilização da controlada METRÔRIO por cumprimento de decisões judiciais, proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária e para os contratos de fornecimento de serviço.
- R\$6.910, referem-se a valores bloqueados judicialmente nas aplicações financeiras para atender a processos trabalhistas e cíveis da controlada METRÔRIO.
- R\$10.311, referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES.
- R\$7.511, refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais.

CLN

- R\$2.552, referem-se a aplicações em CDB do Banco do Nordeste do Brasil e mantidas até o vencimento pela controlada CLN por estarem diretamente vinculadas ao fundo de liquidez exigido por essa instituição para concessão do financiamento, tendo prazos de resgate semelhantes aos de sua liquidação.

CART

- R\$119.967, efetuadas em conexão com a cláusula estipulada em contrato de empréstimo junto ao BNDES, que determinam que a controlada CART deve constituir uma conta reserva, na qual deverão ser depositados recursos em montante equivalente a: (i) 6 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” até agosto de 2013; (ii) 7 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2013; e (iii) 8 meses de prestações vincendas de amortização de principal e encargos da dívida dos Subcréditos “A”, “B-1”, “B-2”, “C”, “D”, “E” e “F” a partir de setembro de 2015.

GRU AIRPORT

- R\$59.942 referem-se a aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nestes títulos.
- Os fundos são remunerados pela taxa média de 97,48% do CDI (98,92% do CDI em 31 de dezembro de 2015) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da conta reserva, cumprir com as obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os bancos Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA, Bradesco e HSBC, além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

5. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Ativo circulante		
Aeronaves e passageiros (a)	94.074	97.600
Armazenagem e capatazia (a)	12.039	7.992
Cessão de espaço (a)	132.469	117.824
Valores a receber de pedágio (b)	57.748	70.926
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (c)	9.136	8.930
Valores a receber de bilhetes (d)	1.960	1.904
Outros	1.764	6.025
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(27.965)	(17.891)
Total	281.225	293.310
Ativo não circulante		
Governo Estadual (e)	10.870	10.578
Outros (f)	17.713	17.713
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.695)	(5.695)
Total	22.888	22.596

- (a) Refere-se a operações da concessão do Aeroporto de Guarulhos (GRU AIRPORT), representando contas a receber por receitas tarifárias como aviação, armazenagem, passageiros e receitas não tarifárias como cessão de espaço.

- (b) Contas a receber de pedágio a prazo pela utilização das etiquetas eletrônicas nas pistas automáticas das controladas do segmento de rodovias.
- (c) Contas a receber decorrentes de contratos com terceiros na cessão de espaço e veiculação de anúncios da controlada METRÔRIO.
- (d) Contas a receber com passagens da Fetranspor e integrações da controlada METRÔRIO.
- (e) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro pela controlada METRÔRIO, referentes a gratuidades estudantil, MJJ, Copa das Confederações e Copa do Mundo.
- (f) São valores a receber de receitas de GRU AIRPORT junto à INFRAERO no montante de R\$17.713.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Saldo no início do período	(23.586)	(28.093)
Adições	(14.796)	(20.523)
Baixa	2.274	16.832
Reversões	2.448	8.198
Saldo no fim do período	(33.660)	(23.586)

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo ainda não vencido e sem perda por redução ao valor recuperável	Saldos vencidos						
				< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
30 de junho de 2016	337.773	(33.660)	244.404	13.820	4.603	3.765	3.412	7.116	2.426	58.227 *
31 de dezembro de 2015	339.492	(23.586)	253.074	20.279	8.658	1.782	5.271	1.188	1.088	48.152

* Parte do saldo vencido há mais de 180 dias não foi constituído a PCLD, pois se refere basicamente às gratuidades do METRÔRIO e os valores a receber da INFRAERO em GRU AIRPORT, nos montantes de R\$5.175 e R\$17.713, respectivamente.

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Empresas	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	30 de junho de 2016						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
		METRÓRIO	(11.022)	(22)	(22)	(22)	(638)	(447)
CART	(1.127)	(362)	-	(160)	(173)	(153)	(132)	(147)
PEX	(5.102)	-	-	-	-	-	-	(5.102)
GRU AIRPORT	(16.409)	(132)	(209)	(187)	(183)	(197)	(280)	(15.221)
Total	(33.660)	(516)	(231)	(369)	(994)	(797)	(1.293)	(29.460)

Empresas	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	31 de dezembro de 2015						
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias
		METRÓRIO	(8.989)	(22)	(22)	(32)	(121)	(76)
CART	(1.255)	(147)	(189)	(195)	(183)	(217)	(196)	(129)
PEX	(4.216)	-	-	-	-	-	-	(4.216)
GRU AIRPORT	(9.126)	(213)	(254)	(220)	(250)	(325)	(289)	(7.575)
Total	(23.586)	(382)	(465)	(447)	(554)	(618)	(546)	(20.575)

6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social(a)	-	-	8.064	8.957
PIS e COFINS(b)	-	-	22.030	26.369
IRRF(c)	5.566	11.526	15.613	40.159
Outros	-	-	391	93
Circulante	5.566	11.526	46.098	75.578
Imposto de renda e contribuição social	-	-	43	3.670
IGV(d)	-	-	-	74.450
PIS e COFINS(b)	-	-	439.373	443.221
Não circulante	-	-	439.416	521.341

- (a) Antecipação e saldo negativo de IRPJ e CSLL (anos anteriores)
- (b) Os créditos de PIS e COFINS, em GRU AIRPORT, são decorrentes, principalmente, de aquisição de bens e serviços sobre os investimentos em melhoria e expansão do aeroporto. Ocorreu alteração do critério de aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS, que passaram a ser utilizados à medida da amortização do intangível.
- (c) IRRF - Imposto de Renda Retido na Fonte
- (d) IGV (Imposto General a las Ventas) - crédito fiscal do imposto geral sobre vendas (IGV Peru) decorrente de aquisições de bens e serviços aplicáveis à operação da LAMSAC, controlada que atualmente está classificada como um ativo mantido para venda.

Os impostos a recuperar referem-se, basicamente, às antecipações ou valores passíveis de compensação da Companhia e de suas controladas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos (consolidado)

As controladas CART, VIA 040, METRÔRIO, LAMSA, GRU AIRPORT, LAMSAC, METROBARRA, CLN e PEX fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido e as projeções são revisadas anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores pelas controladas.

Natureza	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015 (Reapresentado)
Prejuízo fiscal	676.776	678.516
Base negativa	243.642	244.266
Excesso amortização outorgas	9.061	8.642
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.318	10.627
Participação nos lucros e resultado (PLR)	7.138	7.710
Provisão para riscos	8.434	7.830
Amortização de Outorga (*)	(758.092)	(781.165)
Custo de captação (*)	(20.590)	(20.724)
Outros ajustes (*)	(30.150)	(31.484)
AVP - Amortização de outorga	(189.743)	(163.896)
Outros	20.447	21.377
	<u>(21.759)</u>	<u>(18.301)</u>
Impostos diferidos – Ativo	198.668	199.306
Impostos diferidos – Passivo	(220.427)	(217.607)

- (*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados durante a vigência do RTT, até 31/12/2014, constituídos sobre amortização da outorga fiscal, custo de captação e margem de construção são amortizados em quotas fixas mensais consolidada no valor de R\$4.144, pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV art. 69 da Lei 12.973/14.

A Administração da Companhia e das controladas CART, VIA 040, METRÔRIO, METROBARRA, CLN, PEX, LAMSA e GRU AIRPORT consideram que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e conseqüentemente a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

As holdings INVEPAR e GRUPAR não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias, pois a administração entende que as projeções de resultado tributável, dessas companhias, não apresentam base para realização dos respectivos impostos diferidos. Os valores não constituídos de IRPJ e CSLL diferidos são R\$225.363 e R\$2.545, respectivamente.

As controladas GRU AIRPORT, CART, VIA 040, METROBARRA e PEX não constituíram IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$890.735 (de julho de 2014 a junho de 2016), R\$104.648 (de janeiro de 2015 a junho de 2016), R\$13.290 (de janeiro de 2015 a junho de 2016), R\$37.101 (de outubro/2015 a junho de 2016) e R\$1.880 (de janeiro de 2014 a junho de 2016), respectivamente.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, as controladas estimam recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados:

	Consolidado
	30/06/2016
2016	14.681
2017	10.032
2018	802
2019	4.171
2020 a 2022	229.249
2023 a 2025	726.572
Total dos ativos fiscais diferidos	985.507
Total dos passivos fiscais diferidos	(1.007.266)
Total dos impostos diferidos	(21.759)

c) Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2016	31/12/2015
Imposto de renda e contribuição social	-	-	10.489	31.764
PIS e COFINS	193	2.193	14.841	9.988
ISS	8	6	12.043	13.633
IRRF e CSRF	707	4.470	6.239	13.276
INSS sobre terceiros	-	3	2.864	3.301
Outros	-	42	385	549
Circulante	908	6.714	46.861	72.511
Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.997	23.943
PIS e COFINS	-	-	728	680
Não circulante	-	-	4.725	24.623

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015
	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social das operações continuadas	(579.554)	(489.750)	(261.970)	(245.403)	(938.791)	(820.467)	(445.680)	(363.040)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	197.048	166.515	89.070	83.437	319.189	278.959	151.531	123.434
Adições permanentes	(79)	(2.597)	(37)	(2.571)	(2.111)	(4.251)	(902)	(3.790)
Exclusões permanentes	-	-	-	-	1.344	4.744	385	3.490
Equivalência Patrimonial	(121.255)	(132.112)	(57.073)	(62.366)	2.634	(2.499)	(645)	(736)
IR/CS diferidos não constituídos	(75.714)	(31.806)	(33.029)	(20.634)	(355.483)	(310.272)	(147.408)	(146.680)
Outros	-	-	1.069	2.134	(147)	3.737	1.206	5.423
Total dos impostos no resultado	-	-	-	-	(34.574)	(29.582)	4.167	(18.859)

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a Lei 12.973 que, dentre outras providências, revogou o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015 (adoção opcional a partir de 2014), com a introdução de novo regime tributário.

A Companhia avaliou os impactos desta Lei e os aplicou a partir de 1º de janeiro de 2015 para a Invepar e suas controladas.

7. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas do grupo INVEPAR, sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou coligadas, são efetuadas com taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Em relação aos mútuos realizados entre a controladora e suas partes relacionadas, esclarecemos que ocorrem em função da necessidade temporária de caixa destas companhias para o cumprimento de seus investimentos e/ou de suas operações, sendo sujeitas aos encargos financeiros pactuados entre as partes, conforme praticado no mercado e aprovados pelos órgãos da Administração.

Composição

Controladora								
30/06/2016								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado jun/16	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-	
LAMSA	Nota de Débito(*)	Controlada	1.310	-	13	-	-	
LAMSA	Dividendos	Controlada	11.739	-	-	-	-	
VIA 040	Nota de Débito(*)	Controlada	23.988	-	-	-	-	
CART	Nota de Débito(*)	Controlada	3.886	-	-	-	-	
CLN	Nota de Débito(*)	Controlada	437	-	-	-	-	
CLN	AFAC	Controlada	-	15.711	-	-	-	
CLN	Dividendos	Controlada	1.231	-	-	-	-	
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	32.965	-	-	5.465	
METROBARRA	Nota de Débito(*)	Controlada	249	-	-	-	-	
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-	
LAMBRA	Nota de Débito(*)	Controlada	18.146	-	-	-	-	
LAMBRA	Dividendos	Controlada	-	87.260	-	-	-	
METRÓRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	3.255	-	-	-	-	
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	15.266	-	-	-	
Total			64.241	162.277	13	22.842	5.465	

Controladora								
31/12/2015								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado jun/15	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-	
LAMSA	Nota de Débito(*)	Controlada	1.198	-	13	-	(22)	
VIA 040	Nota de Débito(*)	Controlada	2.071	-	6	-	-	
VIA 040	Nota de Débito(*)	Controlada	13.549	-	-	-	-	
CART	Nota de Débito(*)	Controlada	2.438	-	16	-	-	
CLN	Nota de Débito(*)	Controlada	3.987	-	-	-	-	
CLN	Juros sobre capital próprio	Controlada	-	855	-	-	-	
CLN	AFAC	Controlada	-	15.711	-	-	-	
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	30.293	-	-	273	
METROBARRA	Mútuo	Controlada	-	183.998	-	-	-	
METROBARRA	Nota de Débito(*)	Controlada	13.747	-	-	-	-	
GRUPAR	Dividendos	Controlada	-	11.075	-	-	-	
LAMBRA	Nota de Débito(*)	Controlada	31	-	-	-	-	
LAMBRA	Dividendos	Controlada	-	15.726	-	-	-	
METRÓRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	5.519	-	68	-	(72)	
METRÓRIO	Nota de Débito(*)	Controlada	11.382	-	-	-	-	
METRÓRIO	Juros sobre capital próprio	Controlada	39.001	-	-	-	-	
LAMSAC	Nota de Débito(*)	Controlada	7.283	-	-	-	-	
Total			100.206	257.658	103	22.842	179	

Consolidado

30/06/2016								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado jun/16	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-	
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.231	-	
ODEBRECHT	Dividendos e JCP	-	-	-	115	-	-	
LAMBRA ***	Dividendos	Controlada	-	87.260	-	-	-	
LAMBRA ***	Nota de Débito(*)	Controlada	18.146	-	-	-	-	
CBN x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	1.929	-	-	
CRA x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	60	-	-	
CRT x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	884	-	-	
PEX x CBN	Nota de Débito(*)	Controlada	117	-	-	-	-	
PEX x LAMSAC ***	Nota de Débito(*)	Controlada	-	42	-	-	-	
VIARIO	Mútuo	Controlada em conjunto	-	15.266	-	-	451	
CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	32.965	-	-	5.465	
Total			18.263	135.533	2.988	24.073	5.916	

Consolidado

31/12/2015								
Parte relacionada	Transação	Relação	Ativo		Passivo		Resultado jun/15	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
CONSTRUTORA OAS S.A.(**)	Serviços de construção	Acionista	-	-	319.628	-	(717.861)	
OAS/FUNCEF/PETROS/PREVI	Dividendos	Acionista	-	-	-	22.842	-	
ACSA	Dividendos	-	-	-	-	1.231	-	
ODEBRECHT	Dividendos	-	-	-	-	80	-	
CBN x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	1.838	-	-	
CRA x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	126	-	-	
CRT x PEX	Passagem pista AVI	Controlada	-	-	931	-	-	
PEX x CBN	Nota de Débito(*)	Controlada	117	-	-	-	-	
INVEPAR X CRA	Mútuo	Controlada em conjunto	-	30.293	-	-	273	
Total			117	30.293	322.523	24.153	(717.588)	

(*) Nota de débito: Serviços compartilhados referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(**) Os valores referentes a Construtora OAS S.A. estão representados na rubrica de Fornecedores quando dos saldos no passivo, e na rubrica de intangível quando no ativo pelos adiantamentos efetuados, e das medições contabilizadas por prestações de serviços de construção. Os montantes apresentados em 30 de junho de 2015 no resultado (custo) representam os custos das obras das controladas GRU AIRPORT no montante de R\$39.823, LAMSAC no montante de R\$446.091 e VIA 040 de R\$231.947, executadas pela Construtora OAS. S.A.

(***) Controlada classificada como ativo mantido para venda.

No período findo em 30 de junho de 2016, a controlada LAMSAC pagou à OAS o montante de R\$135.407 pela prestação de serviços de construção. Em 30 de junho de 2015, o pagamento foi de R\$270.077 (GRU AIRPORT no montante de R\$31.691, VIA 040 no montante de R\$231.947 e LAMSAC no montante de R\$6.439).

Em 16 de setembro de 2015, a Companhia notificou a Construtora OAS S.A. sobre a sua intenção de resilir o contrato, no prazo de 30 dias, contados a partir da emissão da referida notificação, conforme previsão contratual, e considerando, (i) a paralisação das atividades contratuais, decorrentes do mútuo interesse das partes em evitar e/ou minimizar custos e despesas desnecessários; (ii) as tratativas para terminação consensual do contrato, que se encontram em estágio avançado, mas não concluídas; (iii) a necessidade da Companhia, no que tange a contratação de outras empreiteiras, visando o cumprimento das regras estabelecidas pelo Poder Concedente, bem como a urgência da consecução das obras para atendimento ao interesse público primário.

Dado o distrato contratual supracitado, a Companhia e a Construtora OAS S.A. impetraram diversos pleitos entre as partes visando manter o equilíbrio contratual. Os pleitos formalizados pela Construtora OAS S.A. contra a Via 040, foram analisados por consultores técnicos e jurídicos, contratados pela Via 040, que culminaram em um acordo de pagamento da Via 040 para com a Construtora OAS S.A. no montante total de R\$35.431 e que teve R\$ 34.292 reconhecido a título de fornecedores a pagar, que se encontra quitado na data base destas informações financeiras intermediárias.

Em 16 de outubro de 2015, foi formalizado o distrato contratual com a Construtora OAS S.A.

Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia, de comum acordo com a Construtora OAS S.A., liquidou, parte da obrigação firmada com a mesma, advindas dos pleitos supracitados, com pagamento de R\$34.292. O saldo residual será pago pela Companhia assim que a Construtora OAS S.A. realizar correções nas obras entregues, prevista no acordo entre as partes. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 não há outros saldos residuais que não estes advindos do distrato contratual supracitado.

Em abril de 2015 METRÔRIO e METROBARRA firmaram contrato de locação dos trens da linha 4 para utilização nas linhas 1 e 2. A remuneração pela utilização dos trens ocorre mediante a liberação dos trens pela engenharia do METROBARRA, conforme cronograma. O contrato permanecerá em pleno vigor até o dia imediatamente anterior à data de início dos testes da Linha 4.

Em 9 de junho de 2015 foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada CRA no valor de R\$27.500, o qual está sendo atualizado a taxa de 130% do CDI. O prazo de pagamento da operação, com renovação automática e mensal até 15 de janeiro de 2029.

Em outubro de 2015, a Invepar emitiu debêntures no montante de R\$ 2 bilhões, com vencimento em outubro de 2024. Deste montante, R\$1 bilhão é referente aos acionistas da Companhia: PETROS, FUNCEF e PREVI.

Em 18 de dezembro de 2015, foi firmado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a controlada METROBARRA no valor de R\$183.000 que foi liquidado em 23 de junho de 2016. Sobre o montante do principal incidiram juros equivalentes a 100% da CDI acrescidos de sobretaxa de 3,50% a.a.

Em 28 de abril de 2016, foi assinado contrato de mútuo entre a INVEPAR e a coligada VIARIO no valor de R\$15.266 com vencimento em 2017. Sobre o montante do principal incidiram juros equivalentes a 130% do CDI.

Operação de prestação de garantias por LAMBRA e aquisição de recebíveis

Para realização das obras e serviços de engenharia para a construção da via expressa “Línea Amarilla”, a Línea Amarilla SAC (LAMSAC), companhia controlada pela Invepar localizada em Lima – Peru contratou a Construtora OAS S.A. – sucursal Perú (OAS Perú), através de contrato EPC– Engineering, Procurement and Construction (na modalidade turn key lump sum), denominado “Contrato EPC”, cujo objeto se refere à execução de obras e serviços de engenharia para a construção da via expressa ”Via Parque Rímac“, atualmente denominada ”Línea Amarilla“, objeto de concessão da LAMSAC, localizada na região metropolitana da Cidade de Lima, Peru) o qual tem o preço global de S/. 1,125,569 mil mais IGV - Imposto General a las Ventas. Dessa forma, as obras são executadas pela OAS Perú por um preço global e somente poderá ser revisto mediante eventos específicos previstos no contrato.

A OAS Perú solicitou à LAMSAC o ressarcimento de custos adicionais das obras. Os custos adicionais incluíam pleitos referentes a “atrasos na liberação de áreas para obra (desapropriações)”, “riscos geológicos” e “mudança de norma técnica de engenharia”, os quais foram reconhecidos e aprovados pela Municipalidade de Lima (poder concedente da LAMSAC).

Em decorrência das vedações estabelecidas nos contratos de financiamentos da LAMSAC, as quais requerem aprovação prévia dos credores para alterações no contrato de construção EPC, foram estruturadas operações financeiras com o intuito de viabilizar a continuidade das obras dentro do prazo contratual.

As operações financeiras realizadas ao longo de 2015 envolveram as seguintes garantias:

i) Constituição de Aval corporativo e Cash colateral (depósito em garantia)

A partir de maio de 2015 a controlada LAMBRA (controladora direta da LAMSAC) prestou garantias para empréstimos contratados pela Construtora OAS S.A. - sucursal Perú (OAS Perú) junto ao Banco de Crédito del Perú (BCP), através de fiança corporativa e constituição de cash colateral (depósito em garantia) nos montantes de USD20,000 mil e USD40,000 mil, respectivamente.

Em 26 de junho, a negociação com o BCP que inicialmente previa a existência de uma fiança direta de LAMBRA com relação ao financiamento a ser tomado pela OAS Perú no montante de aproximadamente US\$ 20,000 mil foi modificada de forma a comportar apenas a constituição de cash colateral. Com isso, foi realizado novo cash colateral de USD 5,000 mil por meio de aporte de capital social.

Em julho de 2015, LAMBRA trocou a fiança corporativa no valor de USD 20,000 mil pela constituição de cash colateral. A viabilização dos recursos para a garantia se deu através de empréstimos contratados junto ao BCP Perú no montante total de USD 19,900 mil, sendo USD 15,000 mil em julho de 2015 e USD 4,900 mil em agosto de 2015.

Em agosto e setembro de 2015, foram realizados novos cash colaterals através de aporte de capital no montante de USD 20,450 mil sendo USD 10,517 mil e USD 9,933 mil, respectivamente, para continuidade da parte crítica da obra.

Em 04 de dezembro de 2015 LAMBRA liquidou os empréstimos junto ao BCP com recursos oriundos de aportes de capital social da Invepar montante de USD 19,900 mil. Nessa data, o volume total de cash colateral dado em garantia aos empréstimos da OAS Perú perfazem um montante de USD 86,115 mil.

ii) Aquisição de recebíveis

Em outubro de 2015 a LAMBRA adquiriu da OAS Perú direitos de créditos frente a LAMSAC com relação a valores devidos no âmbito do Contrato EPC referentes a custos adicionais de “riscos geológicos”, no valor de S/. 48,784 mil , na data de assinatura do Sexto Aditivo ao Contrato de EPC, a LAMBRA adquiriu determinados direitos de crédito referentes aos recebíveis de OAS Perú nos termos do Sexto Aditivo ao Contrato EPC, que contemplavam os conceitos de “atrasos na liberação de áreas para obra (desapropriações)” e “mudança de norma técnica de engenharia” no valor de S/. 480,924, incluindo a parcela de serviços a serem prestados até o término do contrato.

A aquisição dos recebíveis junto à OAS Perú foi realizada através das seguintes operações:

i) O saldo de cash colateral acrescidos de juros da LAMBRA no montante de USD 86,115 mil, equivalentes a S./ 290,121 (PTAX de 3,369 de 03 de dezembro de 2015 segundo Banco Central de Reserva del Perú) e a R\$ 333.785 (PTAX de 1,1505 de 31 de dezembro de 2015, segundo BACEN Brasil), foi utilizado para a aquisição de recebíveis da OAS Perú junto à LAMSAC.

ii) Aporte de capital social em LAMBRA no montante de S./ 134,126 , equivalentes a R\$ 152.952 (taxa média de 1,1404 de acordo com condições de mercado).

Em 30 de junho de 2016, o montante decorrente da aquisição dos recebíveis pela LAMBRA é de S./ 464,749, equivalentes a R\$ 453.409, (PTAX de 0,9756 de 30 de junho de 2016 segundo BACEN Brasil).

Todas as movimentações financeiras no âmbito do Sexto Aditivo ao Contrato EPC foram realizadas por meio da conta fideicomisso da OAS/BCP (escrow account do projeto). Além disto, a validação dos custos relativos às obras e serviços de engenharia que constituem o objeto dos recebíveis, foi realizada por empresas técnicas de engenharia independentes com apoio técnico da área de Engenharia da Invepar.

Celebração do Sexto Aditivo ao Contrato EPC

O Sexto Aditivo ao Contrato de EPC tem como objeto a alteração do valor global contrato, bem como a definição de novos prazos de execução das Obras, os quais contemplam os seguintes itens que tem impactos financeiros no Contrato:

- a) Atraso em liberação de áreas;
- b) Riscos Geológicos;
- c) Custos de Interferências;
- d) Ampliação de prazo para conclusão das obras;
- e) Alterações de prazos e renovação de garantias.

O Sexto Aditivo ao Contrato EPC foi assinado em 26 de novembro de 2015 e somente se tornará eficaz após a aprovação formal da operação pelos credores da LAMSAC, salvo pelas suas cláusulas de vigência e de renovação da garantia contratual.

Para validação dos custos relativos às obras e serviços de engenharia que constituem o objeto do Sexto Aditivo, foram contratadas empresas técnicas de engenharia independentes, bem como foram realizadas análises das áreas de Engenharia da Invepar e LAMSAC.

Processo de Recuperação Judicial

O Grupo OAS ajuizou, em 31.03.2015, o Processo de Recuperação Judicial em nome de 10 (dez) empresas do Grupo, dentre elas a OAS Infraestrutura S/A e a Construtora OAS S/A, acionistas integrantes do bloco de controle da Invepar, detentoras de 24,44% do capital social desta sociedade, tendo sido aprovada, por maioria, a versão final do Plano de Recuperação Judicial na Assembleia Geral dos Credores realizada em 17.12.2015.

No Plano de Recuperação Judicial, está prevista a alienação dos ativos do Grupo OAS e, dentre eles, a UPI Invepar, ou melhor, as Ações Invepar, as quais somente poderão ser alienadas, exclusivamente, por meio de leilão judicial, na modalidade de propostas fechadas, com a observância do preço mínimo de R\$1.350.000, nas condições estabelecidas no referido Plano.

A Cláusula 5.1, inciso (vii) do Contrato de Compra e Venda da UPI Invepar (“SPA”), anexo e parte integrante do Plano de Recuperação Judicial, prevê como condição precedente, a celebração de instrumento pelo Grupo OAS outorgando à Invepar e suas Subsidiárias a ampla quitação em relação a quaisquer atos, fatos, atividades, omissões, direitos de ação ou eventos ocorridos antes da ou na Data de Fechamento decorrentes de ou nos termos de qualquer contrato, Demanda ou Lei aplicável (incluindo, sem limitação, dividendos ou lucros), exceto unicamente pelas Demandas Excluídas.

As Demandas Excluídas estão discriminadas no Anexo 5.1 (vii) do SPA, no qual consta a previsão de que o Grupo OAS e suas Afiliadas renunciam quaisquer Demandas contra a Invepar e suas Subsidiárias em relação à CART, salvo se a Invepar ou a CART derem início a qualquer processo contra o Grupo OAS ou suas Afiliadas, que tenha por objeto pedido de recebimento de indenização ou compensação por perdas e danos decorrentes dos trabalhos de construção realizados pelo Grupo OAS ou suas Afiliadas no passado.

Nesta hipótese, o Grupo OAS ou suas Afiliadas poderão apresentar reconvenção nos autos do Processo com pedido de recebimento de valor agregado que não exceda o menor valor entre (a) R\$457.000 e (b) o valor efetivamente pleiteado pela CART a título de perdas e danos, o que poderá incluir a cobrança de valores que o Grupo OAS ou suas Afiliadas teriam direito a receber da Invepar ou da CART.

Pela renúncia da OAS expressa no SPA, e ainda pela intenção da administração da CART de não iniciar qualquer processo contra a OAS, busca-se o encerramento amistoso da relação contratual.

Os fatos resumidos acima respaldam as conclusões alcançadas pela administração da CART de que nenhum passivo é devido pela Companhia oriundo do desfecho do referido contrato de construção com a OAS.

Remuneração da Administração

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Controladora, que incluem os membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários, está composta como segue:

Composição	Controladora			Consolidado		
	30/06/2016			30/06/2016		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	2.525	924	3.449	7.102	1.783	8.885
Participação nos resultados / Bônus variáveis	-	-	-	2.358	-	2.358
Encargos	580	185	765	1.847	329	2.176
Outros benefícios	756	-	756	1.938	-	1.938
Total	3.861	1.108	4.969	13.245	2.111	15.356

Composição	Controladora			Consolidado		
	30/06/2015			30/06/2015		
	Diretoria	Conselhos	Total	Diretoria	Conselhos	Total
Pró-labore	1.204	795	1.999	7.376	1.615	8.991
Participação nos resultados / Bônus variáveis	2.348	-	2.348	6.902	-	6.902
Encargos	1.061	159	1.220	3.167	276	3.443
Outros benefícios	791	-	791	1.921	-	1.921
Total	5.404	954	6.358	19.366	1.891	21.257

Em 29 de abril de 2016, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária a remuneração global anual dos administradores da Invepar Holding de até R\$28.707 para o exercício de 2016.

A Companhia, assim como suas controladas, não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

8. INVESTIMENTOS

Controladora

As participações em controladas, controladas em conjunto e coligadas, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços patrimoniais das respectivas investidas em cada data-base.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 30/06/2016		Saldos em 31/12/2015 Investimentos	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 30/06/2016 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
Controladas										
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	99.732	-	-	42.881	-	(74.781)	67.832
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	60.156	-	-	5.488	-	(376)	65.268
CART	100,00	1.308.194.522	1.308.194.522	481.617	126.500	(101)	(97.861)	-	-	510.155
METRÓRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.381.824	-	-	11.694	-	(33.486)	1.360.032
METROBARRA	100,00	394.943.991	-	53.583	131.545	-	(70.910)	-	-	114.218
VIA 040	100,00	395.000.000	-	320.939	-	-	17.884	-	-	338.823
				<u>2.397.851</u>	<u>258.045</u>	<u>(101)</u>	<u>(90.824)</u>	<u>-</u>	<u>(108.643)</u>	<u>2.456.328 *</u>
Controladas em conjunto										
VIARIO	33,34	110.244.227	-	72.383	8.575	-	(2.701)	-	-	78.257
CBN	50,00	155.768.685	-	106.057	-	-	(337)	-	-	105.720
CRA	50,00	70.719.454	-	42.958	-	-	(4.323)	-	-	38.635
				<u>221.398</u>	<u>8.575</u>	<u>-</u>	<u>(7.361)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>222.612 *</u>
Coligada										
VLT	24,93	295.802.212	-	19.318	28.003	-	(419)	-	-	46.902
CRT	24,92	17.994	3.550	66.208	-	(2.173)	5.868	-	(1.844)	68.059
				<u>85.526</u>	<u>28.003</u>	<u>(2.173)</u>	<u>5.449</u>	<u>-</u>	<u>(1.844)</u>	<u>114.961 *</u>
TOTAL				<u>2.704.775</u>	<u>294.623</u>	<u>(2.274)</u>	<u>(92.736)</u>	<u>-</u>	<u>(110.487)</u>	<u>2.793.901</u>
Ativos mantidos para venda										
LAMBRA	100,00	820.939.074	-	2.482.857	-	(14.452)	(20.507)	(368.883)	(120.311)	1.958.704
PEX PERU	99,90	3.004.995	-	4	3.383	-	(1.274)	(322)	-	1.791
				<u>2.482.861</u>	<u>3.383</u>	<u>(14.452)</u>	<u>(21.780)</u>	<u>(369.205)</u>	<u>(120.311)</u>	<u>1.960.496</u>
TOTAL				<u>5.187.636</u>	<u>298.006</u>	<u>(16.726)</u>	<u>(114.516)</u>	<u>(369.205)</u>	<u>(230.798)</u>	<u>4.754.396</u>
Saldo Passivo do Investimento										
Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 30/06/2016		Saldos em 31/12/2015 Investimentos	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Dividendos e JSCP	Saldos em 30/06/2016 Investimentos
		Ordinárias	Preferenciais							
Controlada										
PEX	100,00	8.090.101	-	(3.268)	-	-	(1.676)	-	-	(4.944)
GRUPAR	80,00	45.937.243.155	-	(112.668)	-	-	(262.221)	-	-	(374.889)
				<u>(115.936)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(263.897)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(379.833)</u>
				<u>Saldo em 31/12/2015</u>						<u>Saldo em 30/06/2016</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital **				<u>53.564</u>						<u>53.564 *</u>

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago pelo METROBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa, conforme informado no item “n” desta nota.

Em 30 de junho de 2016, o ágio registrado sobre os investimentos na CART e CRT montam R\$4.582 e R\$23.541 respectivamente.

Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2014	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Alienação de investimento	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2015
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos							Investimentos
Controladas											
LAMSA	100,00	51.927.409	103.854.827	74.464	-	-	107.205	-	-	(81.937)	99.732
CLN	91,49	10.463.020	18.257.592	53.809	-	-	6.863	-	-	(516)	60.156
CART	100,00	991.431.181	991.431.181	466.065	239.000	(201)	(223.247)	-	-	-	481.617
METRÓRIO	100,00	1.446.898.779	-	1.342.977	-	-	84.731	-	-	(45.884)	1.381.824
LAMBRA	100,00	820.939.074	-	1.369.134	611.312	(28.320)	74.861	456.310	-	(440)	2.482.857
METROBARRA	100,00	106.094.133	-	55.862	41.800	-	(44.079)	-	-	-	53.583
PEX Peru	99,90	4.995	-	4	-	-	-	-	-	-	4
VIA 040	100,00	395.000.000	-	293.496	82.500	-	(55.057)	-	-	-	320.939
				3.655.811	974.612	(28.521)	(24.487)	456.310	-	(128.777)	4.880.712
Controladas em conjunto											
VIARIO	33,34	100.488.389	-	16.129	59.245	-	(2.991)	-	-	-	72.383
CBN	50,00	155.768.685	-	76.857	33.000	-	(3.800)	-	-	-	106.057
CRA	50,00	70.719.454	-	31.732	20.000	-	(8.774)	-	-	-	42.958
				124.718	112.245	-	(15.565)	-	-	-	221.398 *
Coligada											
VLT	24,87	172.157.464	-	(9.104)	26.398	-	2.024	-	-	-	19.318
CRT	24,92	17.994	3.550	69.158	-	(4.346)	7.649	-	-	(6.253)	66.208
				60.054	26.398	(4.346)	9.673	-	-	(6.253)	85.526 *
TOTAL				3.840.583	1.113.255	(32.867)	(30.379)	456.310	-	(135.030)	5.187.636
Saldo Passivo do Investimento											
Investida	Participação da Invepar %	Quantidade de ações em 31/12/2015		Saldos em 31/12/2014	Aumento de capital	Amortização	Equivalência patrimonial	Ajustes de conversão	Alienação de investimento	Dividendos e JSCP	Saldos em 31/12/2015
		Ordinárias	Preferenciais	Investimentos							Investimentos
Controlada											
PEX	100,00	8.090.101	-	(1.844)	2.610	-	(4.034)	-	-	-	(3.268)
GRUPAR	80,00	45.937.243.158	-	418.152	96.011	-	(617.142)	-	(9.689)	-	(112.668)
				416.308	98.621	-	(621.176)	-	(9.689)	-	(115.936)
											Saldo em 31/12/2015
											53.564 *

** Adiantamento para futuro investimento

(*) Saldos que compõem o valor do investimento consolidado.

(**) Montante pago pelo METRÔBARRA para os acionistas da CRB para aquisição futura dessa empresa, conforme informado no item “n” desta nota.

Em 31 de dezembro de 2015, o ágio registrado sobre os investimentos na CART, CRT e LAMBRA montam R\$4.683, R\$25.714 e R\$1.046.548 respectivamente.

a) Informações sobre os investimentos da controladora

Os valores abaixo apresentados correspondem a 100% dos números das empresas, ou seja, não foi considerado o percentual de participação da Invepar.

a.1) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 30 de junho de 2016

Empresas	(+ Investimento total)				(- Investimento não caixa)				Participação da Invepar %		
	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Variação cambial	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção		(=) Investimento caixa	
Rodovias	LAMSA	1.829	18.220	-	-	-	597	165	19.287	100	
	CLN	77	37	298	-	-	28	7	377	91,49	
	CART	248	247	73.755	-	-	3.485	749	70.016	100	
	CBN	1.563	2	77.524	-	3.409	-	805	74.875	50	
	CRT	724	11	3.681	-	1.155	-	-	3.261	24,92	
	CRA	-	42	717	-	-	-	4	755	50	
	LAMSAC **	52	-	70.501	-	-	900.539	-	(829.986)	100 *	
	VIARIO	4.765	-	168.498	-	11.427	-	-	161.836	33,34	
	PEX	806	29	-	-	-	312	-	523	100	
	VIA 040	4.029	1.536	163.011	-	41.222	-	1.206	126.148	100	
	PEX PERU **	265	148	-	-	-	-	-	413	100	
Mobilidade Urbana	METRÔRIO	6.825	358	29.893	-	180	-	18.435	-	18.461	100
	METROBARRA	112.210	1	-	-	29.128	-	16.879	-	66.204	100
	VLT	974	-	269.080	-	-	-	-	-	270.054	24,87
Aeroportos	GRU AIRPORT	279	482	86.723	270.778	276.098	-	7.347	2.227	72.590	40,8 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

(**) Ativo disponível para venda

a.2) Outras informações sobre as controladas, controladas em conjunto e coligadas em 31 de dezembro de 2015

Empresas	(+) Investimento total				(-) Investimento não caixa				(=) Investimento caixa	Participação da Invepar %	
	Adição ao imobilizado	Software e outros	Direito de Concessão (Investimento)	Resultado financeiro sobre capitalização da outorga	Capitalização de resultado financeiro	Variação cambial	Aquisição de Intangível / Imobilizado ainda não liquidada	Margem de Construção			
Rodovias	LAMSA	7.626	41.329	1.645	-	-	-	2.164	342	48.094	100
	CLN	407	43	1.547	-	-	-	34	13	1.950	91,49
	CART	4.953	970	156.827	-	-	-	14.640	1.553	146.557	100
	CBN	190	43	121.585	-	3.090	-	-	1.248	117.480	50
	CRT	1.579	215	34.121	-	2.439	-	-	-	33.476	24,92
	CRA	-	86	4.121	-	-	-	-	33	4.174	50
	LAMSAC	11.890	7.043	1.492.320	-	134.166	430.924	322.538	-	623.625	100 *
	VIARIO	169	60	368.752	-	-	-	-	-	368.981	33,34
	PEX	218	226	-	-	-	-	54	-	390	100
	VIA 040	12.208	1.351	598.598	-	58.492	-	51.585	5.310	496.770	100
Mobilidade Urbana	METRÓRIO	19.897	4.122	101.680	-	1.722	-	28.187	-	95.790	100
	METROBARRA	563.097	26	-	-	31.300	-	68.279	-	463.544	100
	VLT	3.944	-	302.596	-	7.951	-	-	-	298.589	24,87
Aeroportos	GRU AIRPORT	4.656	11.494	286.446	625.201	636.633	-	7.385	9.109	274.670	40,8 *

(*) O percentual de 100% da LAMSAC e 40,8% de GRU AIRPORT representa participação indireta.

b) METRÔRIO

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“METRÔRIO”) é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 26 de agosto de 2008 com o objetivo de: (i) participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista; (ii) a participação em empreendimentos imobiliários; e (iii) a participação, como cotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, o METRÔRIO passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros.

c) CART

A Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”) é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 12 de novembro de 2008, cuja atividade exclusiva é a exploração do sistema rodoviário do corredor Raposo Tavares, sob o regime de concessão, do Edital nº 04 do Programa Estadual de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo.

d) CBN

A Concessionária Bahia Norte S.A. é uma Sociedade de Propósito Específico (“SPE”), de capital fechado, constituída em 29 de junho de 2010, que tem como objeto social, específica e exclusivamente, a exploração e operação do sistema rodoviário composto por trechos das rodovias BA-093, BA-512, BA-521, BA-524, BA-526 e BA-535, seus acessos, faixas de domínio, edificações e terrenos, bem como pelas áreas ocupadas com instalações operacionais e administrativas, tudo em conformidade com as condições do contrato de concessão firmado entre o Estado da Bahia, o Departamento de Infraestrutura de Transportes da Bahia (“DERBA”), a Agência Estadual de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações do Estado da Bahia (“AGERBA”, em conjunto com o Estado da Bahia e DERBA, o “Poder Concedente”), pelo prazo de 25 anos.

e) CRT

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. sociedade anônima de capital aberto constituída em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão, não onerosa, de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, teve início em 23 de março de 1996 e portanto término em 22 de março de 2021.

f) CRA

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE - “Express Way”, pelo prazo de 35 anos, a partir de novembro de 2011.

g) GRUPAR

Em 6 de fevereiro de 2012, a INVEPAR venceu, em consórcio com a Airports Company South Africa Soc Limited - ACSA, o leilão da concessão de serviços públicos para construção parcial, manutenção e exploração do Aeroporto Internacional Governador André Franco Montoro, na Cidade de Guarulhos em São Paulo. Para explorar a concessão foi criada a Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. - “GRU AIRPORT” da qual o Consorcio INVEPAR - ACSA, através do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - “GRUPAR”, possui 51% (sendo 80% da INVEPAR e 20% da ACSA) e 49% são detidos pela INFRAERO, conforme o edital da licitação. Conforme memorando de entendimentos firmado entre INVEPAR e ACSA, a ACSA aumentou sua participação em GRUPAR para 20% de seu capital em outubro de 2015.

h) LAMBRA

Em 21 de março de 2012, a Invepar passou a ser controladora da V.P.R. Brasil Participações S.A. com 100% do capital social da mesma, por meio da subscrição e integralização de ações da OAS S.A. que era a única titular das ações representativas do patrimônio da V.P.R. Brasil Participações S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de março de 2012, os acionistas deliberaram a incorporação por parte da Invepar da V.P.R. Brasil Participações S.A, com a emissão de 17.429.354 novas ações ordinárias e 34.858.708 novas ações preferenciais.

A Invepar obteve da extinta VPR Brasil Participações S.A., 100% do capital social da Línea Amarilla Brasil Participações S.A. (“LAMBRA”), que por sua vez é detentora de 100% do capital social da Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), uma sociedade com sede no Peru, constituída em 6 de outubro de 2009 com objeto social de construção e exploração de uma via expressa na região metropolitana de Lima, conforme contrato de concessão firmado em 12 de novembro de 2009 junto a Municipalidad Metropolitana de Lima, no Peru, tendo a referida concessão um prazo de 30 anos.

Em 14 de fevereiro de 2013, foi levado ao registro público o Aditivo Contratual (“Aditivo”) firmado em 13 de fevereiro de 2013, o qual amplia o prazo da concessão em mais 10 anos, passando a 40 anos, a partir da assinatura do Contrato. Destaque-se, ainda, que, em atendimento ao Contrato, a Concessionária iniciou a percepção das receitas arrecadadas pelas praças de pedágio a partir de 10 de fevereiro de 2013.

Na data base de 30 de junho de 2016 a controlada encontra-se classificada como ativo disponível para venda e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na Demonstração do Resultado como resultado de operação descontinuada.

i) VIARIO

A Concessionária VIARIO S.A. é uma sociedade anônima, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas operações em 26 de abril de 2012 de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro. A VIARIO tem como objetivo a concessão para implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias de Ligação Transolímpica. O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do contrato de concessão.

j) PEX

A empresa tem como objeto social a (i) exploração de serviços acessórios ao setor de transportes e estacionamento, inclusive a administração e intermediação de meio de pagamento de pedágios e estacionamentos; (ii) a realização de cobrança, recebimento, depósito, pagamento e administração de recursos, por conta e ordem dos usuários do serviço; e (iii) aquisição, manutenção, troca, venda, doação, locação e comodato de equipamentos como meio para a realização de suas operações.

k) VLT

Em 26 de abril de 2013, a Comissão Especial de Licitação da concorrência promovida pelo Município do Rio de Janeiro - Estado do Rio de Janeiro, por meio da Secretaria Municipal da Casa Civil, divulgou o resultado do certame relativo à contratação, em regime de parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, dos serviços, fornecimentos e obras de implantação, operação e manutenção de sistema de transporte de passageiros através de Veículo Leve sobre Trilhos ("VLT"), na região portuária e central do Rio de Janeiro, pelo prazo de 25 anos, iniciado a partir da emissão da Ordem de Início.

A referida Comissão declarou o Consórcio VLT CARIOCA, formado pela INVEPAR (24,4375%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,4375%), Odebrecht TransPort S.A. (24,4375%), RIOPAR Participações S.A. (24,4375%), Benito Roggio Transporte S.A. - BRT (2,00%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%), vencedor, tornando-se o resultado público após a divulgação da respectiva ata da sessão de abertura dos envelopes contendo as propostas econômicas. O Consórcio sagrou-se vencedor ao propor o menor valor a título de pagamento de prestação pecuniária mensal.

Em 25 de setembro de 2014 foi alterada a composição acionária através da compra de parte das ações da BRT, passando a ser INVEPAR (24,8750%), Actua Assessoria S.A., controlada da CCR (24,8750%), Odebrecht TransPort S.A. (24,8750%), RIOPAR Participações S.A. (24,8750%), Benito Roggio Transporte S.A. (0,25%) e RATP do Brasil Operações, Participações e Prestações de Serviços para Transporte Ltda. (0,25%).

l) LAMSA

A Linha Amarela S.A. - LAMSA ("LAMSA"), cuja sede está localizada na Avenida Governador Carlos Lacerda S/N, Rio de Janeiro - RJ - Brasil e foi constituída sob forma de sociedade anônima de capital fechado, fundada em 21 de novembro de 1995, e tem como objeto social exclusivamente operar e explorar, através da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão outorgada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro da via denominada Linha Amarela. O prazo da concessão é de 40 anos contados a partir do início das operações, ocorrido em janeiro de 1998, conforme previsto no 11º Termo Aditivo Contratual assinado em 14 de maio de 2010.

m) CLN

A Concessionária Litoral Norte S.A. - CLN ("CLN") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de fevereiro de 2000, com sede na Rodovia 099 BA - Estrada do Coco, Praça do Pedágio, Camaçari - BA.

A CLN tem como objeto social operar e explorar, por meio da cobrança de pedágio e outras atividades pertinentes, a concessão da via denominada BA-099, sistema rodoviário Estrada do Coco - Linha Verde, de acordo com o Contrato de Concessão outorgado pelo Departamento de Infraestrutura de Transporte da Bahia - DERBA, em 21 de fevereiro de 2000.

n) METROBARRA

Em 20 de dezembro de 2012, através de Assembleia Geral de Constituição, foi criado o METROBARRA S.A. sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ e tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

O METROBARRA tem por objeto social a locação de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista, inclusive como holding.

o) VIA 040

Em 31 de janeiro de 2014 através de Assembleia Geral de Constituição, foi criada a Concessionária BR-040 S.A. com sede na cidade de Nova Lima - MG, tendo como única subscritora de seu capital social a INVEPAR.

Em 12 de março de 2014 foi celebrado o contrato de concessão entre a Concessionária BR-040 S.A. ("VIA 040") e a União Federal, por intermédio da ANTT, tendo por objeto a contratação, na modalidade de concessão, da recuperação, operação, manutenção, conservação, implantação de melhorias e ampliação do sistema rodoviário BR-040/DF/GO/MG, pelo prazo de 30 anos, podendo ser prorrogado por igual período, iniciado a partir da data da Assunção.

p) PEX Peru

Em 14 de outubro de 2014, através do registro de escritura pública, foi criada a PEX Perú S.A.C. com sede na cidade de Lima (Peru), tendo como subscritoras de seu capital social a INVEPAR com 99,9% e a LAMBRA com 0,1%. Tem objeto social a administração de pagamento automático de pedágio.

Na data base de 30 de junho de 2016 a controlada encontra-se classificada como ativo disponível para venda e o resultado de suas operações foi desconsolidado e apresentado na Demonstração do Resultado como resultado de operação descontinuada.

9. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base na divisão de sua gestão e tendo como critério as áreas de atuação de cada uma, sendo agrupados da seguinte forma: (i) rodovias; (ii) mobilidade urbana; (iii) aeroportos; e (iv) holding.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes a 30 de junho de 2016, são as seguintes:

	30/06/2016					Consolidado
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	
Receita líquida de serviços	437.794	459.535	796.187	-	(27.489)	1.666.027
Receita de construção	214.477	29.893	79.284	-	-	323.654
	652.271	489.428	875.471	-	(27.489)	1.989.681
Custo de serviços prestados	(233.561)	(273.213)	(635.854)	-	27.489	(1.115.139)
Custo de construção	(212.350)	(29.893)	(77.057)	-	-	(319.300)
Lucro bruto	206.360	186.322	162.560	-	-	555.242
Despesas gerais e administrativas	(60.195)	(73.772)	(72.868)	(36.124)	-	(242.959)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(356.633)	364.380	7.747
Outras receitas operacionais	253	1.370	(970)	-	-	653
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	146.418	113.920	88.722	(392.757)	364.380	320.683
Receitas financeiras	41.792	57.415	25.734	39.795	(33.621)	131.115
Despesas financeiras	(196.918)	(223.714)	(776.806)	(226.592)	33.441	(1.390.589)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(8.708)	(52.379)	(662.350)	(579.554)	364.200	(938.791)
Imposto de renda e contribuição social	(23.886)	(6.837)	(3.851)	-	-	(34.574)
Correntes	(25.781)	(5.333)	-	-	-	(31.114)
Diferidos	1.895	(1.504)	(3.851)	-	-	(3.460)
Prejuízo do período das operações continuadas	(32.594)	(59.216)	(666.201)	(579.554)	364.200	(973.365)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	(21.780)	-	-	-	-	(21.780)
Prejuízo do período após ativos mantidos para venda	(54.374)	(59.216)	(666.201)	(579.554)	364.200	(995.145)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	326.351	-	67.460	393.811
Prejuízo do período	(54.374)	(59.216)	(339.850)	(579.554)	431.660	(601.334)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(75.472)	(75.322)	(363.106)	(17.441)	-	(531.341)
Provisão para manutenção	(4.412)	-	-	-	-	(4.412)
Adição ao imobilizado	6.989	119.035	279	146	-	126.449
Adição ao intangível	257.137	30.252	357.983	117	-	645.489

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2016

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	256.166	374.510	808.457	299.451	(62.456)	1.676.128
Ativo mantido para venda	-	-	-	1.960.496	2.010.356	3.970.852
Ativo não circulante	4.356.409	3.476.173	16.193.377	2.981.138	(2.621.716)	24.385.381
Total do ativo	4.612.575	3.850.683	17.001.834	5.241.085	(673.816)	30.032.361
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	1.425.127	449.532	1.729.879	26.356	(62.829)	3.568.065
Passivos classificados como mantidos para venda	-	-	-	-	2.010.356	2.010.356
Passivo não circulante	2.177.788	1.926.901	16.178.894	2.714.225	(518.461)	22.479.347
Patrimônio líquido	1.009.660	1.474.250	(906.939)	2.500.504	(2.102.882)	1.974.593
Total do passivo e patrimônio líquido	4.612.575	3.850.683	17.001.834	5.241.085	(673.816)	30.032.361

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Administração da Companhia e correspondentes a 30 de junho de 2015, são as seguintes:

	30/06/2015					
	Rodovias	Mobilidade Urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Receita líquida de serviços	285.699	373.756	814.010	-	-	1.473.465
Receita de construção	359.197	39.345	151.125	-	-	549.667
	644.896	413.101	965.135	-	-	2.023.132
Custo de serviços prestados	(152.163)	(204.002)	(619.603)	-	-	(975.768)
Custo de construção	(355.642)	(39.345)	(146.880)	-	-	(541.867)
Lucro bruto	137.091	169.754	198.652	-	-	505.497
Despesas gerais e administrativas	(51.298)	(53.174)	(81.166)	(39.729)	-	(225.367)
Equivalência patrimonial	-	-	-	(323.912)	316.563	(7.349)
Outras receitas operacionais	(45.831)	1.032	(2.480)	(10)	-	(47.289)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	39.962	117.612	115.006	(363.651)	316.563	225.492
Receitas financeiras	19.247	49.119	41.725	7.233	(8.109)	109.215
Despesas financeiras	(159.001)	(89.421)	(845.292)	(68.678)	7.218	(1.155.174)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(99.792)	77.310	(688.561)	(425.096)	315.672	(820.467)
Imposto de renda e contribuição social	(25.002)	(26.708)	22.128	-	-	(29.582)
Correntes	(25.259)	(14.885)	-	-	-	(40.144)
Diferidos	257	(11.823)	22.128	-	-	10.562
Lucro líquido (prejuízo) do período das operações continuadas	(124.794)	50.602	(666.433)	(425.096)	315.672	(850.049)
Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	-	-	-	-	-	64.654
Prejuízo do período após ativos mantidos para venda	(124.794)	50.602	(666.433)	(425.096)	315.672	(785.395)
Atribuível aos acionistas não controladores	-	-	326.509	-	33.790	360.299
Prejuízo do período	(124.794)	50.602	(339.924)	(425.096)	349.462	(425.096)
Informações complementares:						
Depreciação e amortização	(67.357)	(55.942)	(341.849)	(15.806)	-	(480.954)
Provisão para manutenção	(12.128)	-	-	-	-	(12.128)
Adição ao imobilizado	11.263	284.168	3.827	288	-	299.546
Adição ao intangível	718.867	40.263	535.769	154	-	1.295.053

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2015

	Rodovias	Mobilidade urbana	Aeroportos	Holding	Eliminações (*)	Consolidado
Ativo						
Ativo circulante	737.215	403.104	325.926	272.095	(559.821)	1.178.519
Ativo não circulante	7.249.667	3.365.244	16.198.881	5.456.136	(4.194.540)	28.075.388
Total do ativo	7.986.882	3.768.348	16.524.807	5.728.231	(4.754.361)	29.253.907
Passivo e patrimônio líquido						
Passivo circulante	2.664.094	1.430.762	1.491.281	30.265	(560.198)	5.056.204
Passivo não circulante	2.907.261	902.179	15.274.264	2.226.923	(461.560)	20.849.067
Patrimônio líquido	2.415.527	1.435.407	(240.738)	3.471.043	(3.732.603)	3.348.636
Total do passivo e patrimônio líquido	7.986.882	3.768.348	16.524.807	5.728.231	(4.754.361)	29.253.907

(*) A coluna inclui as eliminações e reclassificações entre segmentos no contexto das Informações Intermediárias.

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	30/06/2016
Custo							
Etiquetas eletrônicas	6,6	1.447	760	-	-	-	2.207
Instalações	13,6	14.351	25	-	-	(9.369)	5.007
Máquinas e equipamentos	9,2	598.659	5.219	(298)	4.482	(162)	607.900
Móveis e utensílios	9,2	20.840	2.482	(258)	292	(5.261)	18.095
Veículos	19,1	44.081	1.343	(29)	-	(5.637)	39.758
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	5.140	-	-	45	-	5.185
Equipamentos de informática	19,6	79.264	2.955	(476)	1.507	(7.582)	75.668
Imobilizado em andamento		347.358	112.850	-	(6.326)	(4.904)	448.978
Adiantamento a fornecedores		8	786	(794)	-	-	-
Outros		418	-	-	-	-	418
		1.111.566	126.420	(1.855)	-	(32.915)	1.203.216
Depreciação acumulada							
Etiquetas eletrônicas		(223)	(11)	-	-	-	(234)
Instalações		(4.162)	(121)	-	-	1.238	(3.045)
Máquinas e equipamentos		(39.599)	(18.693)	621	(4)	39	(57.636)
Móveis e utensílios		(7.246)	(2.625)	216	(7)	915	(8.747)
Veículos		(12.988)	(2.859)	8	-	881	(14.958)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.437)	(78)	-	-	-	(2.515)
Equipamentos de informática		(49.831)	(4.634)	467	11	4.299	(49.688)
Outros		(773)	(158)	-	-	-	(931)
		(117.259)	(29.179)	1.312	-	7.372	(137.754)
Imobilizado líquido		994.307	97.241	(543)	-	(25.543)	1.065.462

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	31/12/2014	Adições	Baixas	Variação Cambial	Transferências *	31/12/2015
Custo							
Etiquetas eletrônicas	6,6	1.323	124	-	-	-	1.447
Instalações	13,6	12.821	694	(1)	861	(24)	14.351
Máquinas e equipamentos	9,2	90.721	23.689	(12.108)	956	495.401	598.659
Móveis e utensílios	9,2	39.243	6.161	(988)	707	(24.283)	20.840
Veículos	19,1	19.968	3.070	(1.152)	1.051	21.144	44.081
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros	6,8	5.137	3	-	-	-	5.140
Equipamentos de informática	19,6	69.886	14.671	(5.267)	-	(26)	79.264
Peças sobressalentes		10.101	393	-	-	(10.494)	-
Imobilizado em andamento		360.949	571.589	(62.387)	1.418	(524.211)	347.358
Adiantamento a fornecedores		18.125	9	(100)	-	(18.026)	8
Outros		391	28	(1)	-	-	418
		628.665	620.431	(82.004)	4.993	(60.519)	1.111.566
Depreciação acumulada							
Etiquetas eletrônicas		(203)	(20)	-	-	-	(223)
Instalações		(2.974)	(1.188)	-	-	-	(4.162)
Máquinas e equipamentos		(33.843)	(18.412)	2.014	(403)	11.045	(39.599)
Móveis e utensílios		(11.466)	(4.564)	579	(703)	8.908	(7.246)
Veículos		(7.971)	(2.566)	589	(28)	(3.012)	(12.988)
Benfeitorias em prédios e instalações de terceiros		(2.116)	(321)	-	-	-	(2.437)
Equipamentos de informática		(39.931)	(9.908)	3.032	(413)	(2.611)	(49.831)
Outros		(498)	(274)	-	-	(1)	(773)
		(99.002)	(37.253)	6.214	(1.547)	14.329	(117.259)
Imobilizado líquido		529.663	583.178	(75.790)	3.446	(46.190)	994.307

Em 30 de junho de 2016, a adição do imobilizado em andamento refere-se basicamente aos investimentos da controlada METROBARRA no montante de R\$112.210.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo imobilizado em 30 de junho de 2016.

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências	Ativo mantido para venda	30/06/2016
Custo						
Software	118.351	2.956	-	495	(14.868)	106.934
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	365.014	-	-	3.092	-	368.106
Direito de concessão - investimento CLN (b)	138.748	298	-	-	-	139.046
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.786.796	73.755	(147)	-	-	1.860.404
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d)	1.799.664	29.893	-	-	-	1.829.557
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e)	1.326.979	-	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	3.006.307	-	-	-	(3.006.307)	-
Direito de concessão - ágio - LAMSAC	1.136.546	-	-	-	(1.136.546)	-
Direito de concessão - investimento GRU (b)	3.875.189	86.723	-	-	-	3.961.912
Direito de concessão - outorga GRU (c)	13.490.813	270.778	-	-	-	13.761.591
Direito de concessão - investimento - VIA 040	1.128.355	162.907	(1.709)	-	-	1.289.553
Outros	54.900	18.219	-	(3.587)	-	69.532
	28.867.619	645.529	(1.856)	-	(4.157.721)	25.353.571
Amortização						
Software	(34.198)	(6.612)	-	-	2.764	(38.046)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(60.251)	(6.933)	-	-	-	(67.184)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2050)	(25.769)	(1.697)	-	-	-	(27.466)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(215.942)	(33.637)	30	-	-	(249.549)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(142.965)	(10.568)	-	-	-	(153.533)
Direito de concessão - ágio - CART (a)	(1.273)	(101)	-	-	-	(1.374)
Direito de concessão - investimento METRÔRIO (d) (até 2038)	(377.746)	(33.281)	-	-	-	(411.027)
Direito de concessão - outorga METRÔRIO (e) (até 2038)	(458.629)	(21.430)	-	-	-	(480.059)
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	(11.614)	-	-	-	11.614	-
Direito de concessão - ágio LAMSAC (b)	(89.998)	-	-	-	89.998	-
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(249.056)	(85.733)	-	-	-	(334.789)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(1.487.992)	(272.623)	-	-	-	(1.760.615)
Direito de concessão - investimento - VIA 040 (até 2044)	(9.319)	(12.822)	(118)	-	-	(22.259)
Outros	(140)	1	-	-	-	(139)
	(3.164.892)	(485.436)	(88)	-	104.376	(3.546.040)
Intangível líquido	25.702.727	160.093	(1.944)	-	(4.053.345)	21.807.531

	31/12/2014	Adições	Baixas	Varição Cambial	Transferências *	31/12/2015
Custo						
Software	90.857	27.771	-	-	(277)	118.351
Direito de concessão - investimento LAMSA (b)	358.043	1.645	-	-	5.326	365.014
Direito de concessão - investimento CLN (b)	137.201	1.547	-	-	-	138.748
Direito de concessão - investimento CART (b)	1.653.379	156.826	(23.409)	-	-	1.786.796
Direito de concessão - outorga CART (a)	634.000	-	-	-	-	634.000
Direito de concessão - Ágio - CART (a)	5.957	-	-	-	-	5.957
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d)	1.631.945	101.680	(15.545)	-	81.584	1.799.664
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e)	1.326.979	-	-	-	-	1.326.979
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	1.440.070	1.138.541	-	427.696	-	3.006.307
Direito de concessão - Ágio - LAMSAC	872.770	-	-	263.776	-	1.136.546
Direito de concessão - investimento GRU (b)	3.692.141	286.446	(103.675)	-	277	3.875.189
Direito de concessão - outorga GRU (c)	13.133.127	625.201	(267.515)	-	-	13.490.813
Direito de concessão - investimento - VIA 040	551.381	598.598	(726)	167	(21.065)	1.128.355
Outros	19.001	41.247	(22)	-	(5.326)	54.900
	25.546.851	2.979.502	(410.892)	691.639	60.519	28.867.619
Amortização						
Software	(20.757)	(13.053)	-	(388)	-	(34.198)
Direito de concessão - investimento LAMSA (b) (até 2038)	(56.511)	(3.740)	-	-	-	(60.251)
Direito de concessão - investimento CLN (b) (até 2050)	(21.333)	(4.436)	-	-	-	(25.769)
Direito de concessão - investimento CART (b) (até 2039)	(154.194)	(63.907)	2.159	-	-	(215.942)
Direito de concessão - outorga CART (a) (até 2039)	(121.832)	(21.133)	-	-	-	(142.965)
Direito de concessão - Ágio - CART	(1.072)	(201)	-	-	-	(1.273)
Direito de concessão - investimento METRÓRIO (d) (até 2038)	(301.480)	(58.161)	548	-	(18.653)	(377.746)
Direito de concessão - outorga METRÓRIO (e) (até 2038)	(415.648)	(42.981)	-	-	-	(458.629)
Direito de concessão - investimento LAMSAC (b)	(5.594)	(3.869)	-	(2.151)	-	(11.614)
Direito de concessão - ágio LAMSAC (b)	(41.844)	(28.320)	-	(19.834)	-	(89.998)
Direito de concessão - investimento GRU (b) (até 2032)	(93.576)	(155.480)	-	-	-	(249.056)
Direito de concessão - outorga GRU (c) (até 2032)	(962.316)	(561.054)	35.378	-	-	(1.487.992)
Direito de concessão - investimento - VIA 040	(934)	(12.667)	(42)	-	4.324	(9.319)
Outros	(138)	(2)	-	-	-	(140)
	(2.197.229)	(969.004)	38.043	(22.373)	(14.329)	(3.164.892)
Intangível líquido	23.349.622	2.010.498	(372.849)	669.266	46.190	25.702.727

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

O grupo INVEPAR tem realizado ampliações e melhorias nas concessões que opera. Tendo em vista que tais obras foram financiadas com capital de terceiros, a Companhia efetuou a capitalização dos juros referentes aos montantes que foram usados nas obras, obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. O valor do resultado financeiro capitalizado em 30 de junho de 2016 foi de R\$75.850 (R\$237.112 em 31 de dezembro de 2015).

- (a) Outorga CART - Com a assinatura do contrato de concessão, a controlada CART se comprometeu a desembolsar o valor de R\$634.000 em conta a favor do DER/SP, a título de outorga fixa, já liquidado. O valor de R\$5.957 refere-se ao ágio pago na aquisição do controle da CART. O valor do direito de concessão foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos.
- (b) Investimentos - Direitos de concessão decorrentes dos investimentos realizados por cada controlada na infraestrutura da concessão, os quais, são obrigações dos respectivos contratos de concessão.

- (c) Outorga GRU AIRPORT - Com a assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme orientação OCPC 05, que serão pagas em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano e serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Em 13 de julho de 2015 foi pago o total de R\$1.016.299 (R\$933.288 em 11 de julho de 2014).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente à finalização de cada fase.

Em Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) de 1ª e 2ª Emissão, realizada em 10 de maio de 2016, foi aprovado pelo BNDES e Repassadores, a solicitação da alteração da obrigação da composição da “Conta Outorga Fixa” e da “Conta Outorga Variável”, que passará a ocorrer não mais em 12/05 e 12/03 respectivamente, mas sim 60 dias antes das datas dos devidos pagamentos das Contribuições Fixa e Variável ao Poder Concedente. Essa alteração se dará com a celebração do Aditamento do Contrato de Cessão Fiduciária, que alterará a redação do Parágrafo Sexto das Cláusulas Décima Primeira e Décima Segunda. O objetivo do ajuste contratual foi realizado de forma que a obrigação do pagamento ao cliente (Poder Concedente) esteja atrelada a efetiva data de pagamento e não a uma data fixa.

Em 11 de maio de 2016, foi enviado ao BNDES e Bancos Repassadores um pedido de anuência solicitando: (i) a não constituição da Conta Outorga Fixa em 12 de maio; e (ii) prazo de 45 dias para definir as alternativas à constituição da mencionada conta.

No dia 12 de maio de 2016, o BNDES junto aos Repassadores, determinaram: (i) prorrogação do prazo por 30 dias corridos a contar de 12 de maio de 2016, para preenchimento da Conta Outorga Fixa, ou, para apresentação de solução para o pagamento da Outorga Fixa relativa a 2016, podendo tal prazo ser prorrogado a critério dos credores por igual período.

Conforme acordado com o BNDES, bancos repassadores e de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária e Administração de Contas, em 16 de maio de 2016, o Banco Itaú (Banco Administrador das contas do Aeroporto) efetuou temporariamente o bloqueio das contas bancárias, até a constituição da Conta Outorga Fixa, ocasionando no aumento no controle dos pagamentos, a saber: (i) limite de alçada para realizar pagamentos, considerando como meta a média de pagamentos realizados no último trimestre; (ii) todas as operações bancárias passam a ser realizados apenas pelo Banco Itaú; (iii) o montante dos recebimentos cedidos fiduciariamente passa a ser dividido em 35% para Conta Operação e 65% para composição da Conta Pagamento de Juros; (iv) após a composição da Conta Pagamento, o saldo excedente será transferido para composição das demais Contas. O bloqueio das contas não interfere na operação e no funcionamento do Aeroporto.

No dia 20 de maio de 2016, a Companhia propôs ao BNDES e Repassadores: (i) a constituição parcelada da Conta Outorga Fixa, sendo R\$ 205.000 no aceite da proposta e complemento de R\$ 145.000 até 30 de junho de 2016; e (ii) amortização parcial da outorga fixa, utilizando o saldo total da Conta Outorga Fixa em 11 de julho de 2016, no montante R\$ 350.000, além de pagamentos mensais de R\$ 145.000 no final de cada mês até novembro com pagamento do saldo remanescente em dezembro de 2016. Tal proposta foi aceita pelo BNDES em 7 de junho de 2016.

- (d) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão da controlada METRÔRIO. Através do Sexto Aditivo o METRÔRIO e o poder concedente acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Os investimentos são reconhecidos no Ativo intangível à medida em que são realizados.
- (e) Outorga METRÔRIO - Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar. O montante referente ao Ativo intangível - Direito de concessão “Outorga principal” é de R\$231.196 e a “Outorga suplementar” é de R\$162.940, totalizando R\$394.136. O valor de R\$932.843 refere-se ao direito de concessão adquirido que foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada pelo período da concessão, considerando se tratar de ativo intangível com prazo de vida útil definida.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas

As receitas foram projetadas pelo período da concessão, considerando o crescimento da base de clientes da Unidade Geradora de Caixa.

- Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da controlada bem como, com o crescimento das receitas.

- Investimentos de capital

Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos serviços, com base, principalmente, nas obrigações contratuais e no histórico da concessão.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da controlada e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

- Prazo de amortização

A amortização do intangível referente às concessões é linear, exceto GRU AIRPORT, de acordo com o número de dias restantes para o final do período de cada concessão. O valor é registrado na conta de custo de amortização da concessão no custo operacional e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. A Companhia não identificou a necessidade de provisão para redução do valor do ativo intangível em 30 de junho de 2016.

12. FORNECEDORES

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Fornecedores nacionais	295.277	398.881
Fornecedores internacionais	18.189	79.168
Circulante	313.466	478.049
Fornecedores nacionais	6.184	6.638
Não circulante	6.184	6.638

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Empresa	Tipo / Credor	Moeda	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Garantia	Total circulante	Total não circulante	30/06/2016	31/12/2015
CART	BNDES	Real	mar/21 a mar/25	TJLP e TRB*	2,45%	(b)	155.015	683.085	838.100	901.722
CART	Debêntures	Real	dez-24	IPCA	5,8% e 6,05%	(b)	40.289	963.139	1.003.428	931.404
CART	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(2.140)	(48.768)	(50.908)	(51.008)
CLN	BNB	Real	nov-17	-	10%	(b) e (d)	5.477	1.649	7.126	7.143
CLN	HSBC	Real	abr-16	CDI	1,51%	(d)	-	-	-	2.665
CLN	BNB II	Real	dez-24	-	4,12%	(b)	-	33.896	33.896	35.614
CLN	(-) Custo de captação	Real	dez-24	-	-	-	(175)	(270)	(445)	(450)
GRU AIRPORT	BNDES	Real	dez-27	TJLP	2,88% e 3,40%	(b)	60.508	2.710.992	2.771.500	2.686.970
GRU AIRPORT	Debêntures	Real	dez/25 e out/26	IPCA	6,40% e 7,86%	(b)	36.961	708.103	745.064	701.364
GRU AIRPORT	(-) Custo de captação	Real	dez-25	-	-	-	(945)	(8.230)	(9.175)	(9.734)
LAMSAC ***	Bonds	Novo sol	jun-37	Pré-fixado e VAC **	6,45% e 8,58%	(b) e (c)	-	-	-	1.426.925
LAMSAC ***	BCP e Interbank	Novo sol	mar/16 e jun/22	-	2,97 e 3,31%	(b) e (c)	-	-	-	151.884
LAMSAC ***	(-) Custo de captação	Novo sol	jun-37	-	-	-	-	-	-	(48.773)
LAMSA	Debêntures	Real	mai-27	TR	9,5%	(b) e (e)	35.939	360.060	395.999	367.923
LAMSA	ITAU	Real	ago-18	USD	3,298%	-	25.962	27.580	53.542	56.666
LAMSA	(-) Custo de captação	Real	ago-18	USD	-	-	(106)	(170)	(276)	(400)
METRÓRIO	BNDES	Real	fev/17 a out/24	TJLP	1,72% e 1,92%	(b) e (d)	43.043	259.326	302.369	322.740
METRÓRIO	FINEP	Real	jan-18	Fixa	5,25% e 8,25%	(d)	3.231	1.848	5.079	6.684
METRÓRIO	Outros	USD	nov-16	CDI	3%	(a)	1.373	-	1.373	3.342
METRÓRIO	Prótransporte	Real	jun-34	TR	8%	(b) e (d)	16.223	235.310	251.533	249.199
METRÓRIO	Capital de giro	USD	mar-18	-	2%	(a)	18.764	103.821	122.585	147.893
METRÓRIO	Debêntures	Real	mar-18	CDI	1,45% e 112,1%	(a)	133.871	180.000	313.871	329.438
METRÓRIO	(-) Custo de captação	Real	mar-18	-	-	-	(3.003)	(937)	(3.940)	(827)
METROBARRA	Debêntures	Real	dez-29	CDI	2%	(d)	-	953.467	953.467	602.537
METROBARRA	(-) Custo de captação	Real	dez-29	-	-	-	-	(2.101)	(2.101)	(3.754)
INVEPAR	Debêntures	Real	out-24	IPCA	11,93%	(b)	-	2.320.136	2.320.136	2.096.788
INVEPAR	(-) Custo de captação	Real	out-24	-	-	-	-	(8.586)	(8.586)	(8.643)
VIA 040	FINAME - BNDES	Real	ago-24	TJLP	6%	(c)	980.287	9.088	989.375	786.557
VIA 040	(-) Custo de captação	Real	ago-24	-	-	-	(13.144)	-	(13.144)	(5.774)
							1.537.430	9.482.438	11.019.868	11.686.095

(a) Sem Garantia.

(b) Garantia de Projeto (representado pelo i)

(c) Fiança Bancária.

(d) Fiança ou Aval do Acionista.

(e) Fiança de uma subsidiária da Companhia.

i Garantia de Projeto: Penhor de ações e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Creditórios, e/ou Cessão Fiduciária dos Diretos Emergentes, Alienação Fiduciária de Ativos Financeiros e/ou Conta Reserva.

(*) TRB - Taxa de Referência do BNDES indexada ao IPCA

(**) VAC - Inflação no Peru

(***) Passivos associados a ativos mantidos para venda

	Total circulante	Total não circulante	30/06/2016
Empréstimos	1.295.919	4.103.947	5.399.866
Debêntures	241.511	5.378.491	5.620.002
	<u>1.537.430</u>	<u>9.482.438</u>	<u>11.019.868</u>

	Total circulante	Total não circulante	31/12/2015
Empréstimos	2.050.031	4.679.749	6.729.780
Debêntures	983.880	3.972.435	4.956.315
	<u>3.033.911</u>	<u>8.652.184</u>	<u>11.686.095</u>

Empresas	31/12/2015	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação amortizado	Custo de captação incorrido	Variação cambial e monetária	Passivo mantido para venda	Eliminações	30/06/2016
			Principal	Juros *								
INVEPAR	2.088.145	-	-	-	223.381	-	24	-	-	-	-	2.311.550
LAMSA	424.189	50.000	(13.428)	(17.108)	21.465	-	124	-	(15.977)	-	-	449.265
CLN	44.972	-	(4.307)	(1.067)	976	-	3	-	-	-	-	40.577
CART	1.782.118	30.000	(76.175)	(75.601)	67.236	-	-	-	63.042	-	-	1.790.620
METRÓRIO	1.058.468	450.000	(430.517)	(108.806)	45.209	180	1.031	(949)	(28.170)	-	6.424	992.870
METROBARRA	598.783	933.258	(603.179)	(49.454)	55.975	14.330	8.730	(7.077)	-	-	-	951.366
LAMBRA	1.530.037	-	(51.240)	-	61.299	-	-	-	(4.341)	(1.535.755)	-	-
GRUPAR	3.378.600	65.823	(1.000)	(132.601)	190.688	5.320	559	-	-	-	-	3.507.389
VIA 040	780.783	160.479	10.961	(313)	2.062	41.222	-	(18.963)	-	-	-	976.231
Total dívida	#####	1.689.560	(1.168.885)	(384.950)	668.291	61.052	10.471	(26.989)	14.554	(1.535.755)	6.424	11.019.868

Empresas	31/12/2014	Captação	Pagamento		Provisão juros	Juros capitalizados	Custo de captação	Variação cambial e monetária	30/06/2015
			Principal	Juros *					
INVEPAR	493.681	840.000	(220.000)	(36.106)	56.841	-	(61)	-	1.134.355
LAMSA	389.987	-	(19.946)	(2.685)	16.681	-	-	-	384.037
CLN	53.615	28	(4.271)	(1.504)	1.441	-	-	-	49.309
CART	1.716.709	-	(41.632)	(31.968)	64.317	-	1.438	70.509	1.779.373
METRÓRIO	1.013.212	-	(28.858)	(32.235)	52.722	891	438	18.485	1.024.655
METROBARRA	677.759	-	-	-	-	43.820	1.282	-	722.861
LAMBRA	1.007.722	106.684	-	(57.117)	12.957	43.772	-	102.442	1.216.460
GRUPAR	3.115.720	393.571	-	(121.013)	165.487	10.747	-	(1.803)	3.562.709
VIA 040	521.895	117.000	(407)	(381)	158	26.419	(5.589)	-	659.095
Total dívida	8.990.300	1.457.283	(315.114)	(283.009)	370.604	125.649	(2.492)	189.633	10.532.854

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para financiamento de construção, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Segue abaixo a composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2017	245.798
2018	1.120.826
2019	527.660
2020	810.778
2021	988.186
2022	1.124.289
2023	1.270.568
2024	1.214.745
2025	462.345
2026	377.737
2027 em diante	<u>1.339.506</u>
	<u>9.482.438</u>

Cláusulas restritivas

<u>Empresa</u>	<u>Dívida</u>	<u>Covenants</u>	<u>Limite</u>	<u>Apuração</u>
LAMSA	2ª Emissão de Debêntures (CEF)	ICSD DL/EBITDA EBITDA/DFL	$\geq 1,3$ ≤ 2 $\geq 1,5$	Anual Trimestral* Trimestral*
CART	2ª Emissão de Debêntures/BNDES	ICSD PL/AT	$\geq 1,2$ $> 20\%$	Semestral Semestral
METRÓRIO	Pró Transporte (CEF) BNDES	ICSD EBITDA/RF **	≥ 1 ≥ 2	Anual Anual
INVEPAR	Debêntures e Nota Promissória	CS/(CS+DL)	$\geq 25\%$	Anual

(*) A quebra do Covenants só ocorrerá no caso de descumprimento do índice no período de 12 meses.

(**) Resultado financeiro líquido

Em 30 de junho de 2016, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos ou debêntures foram atendidas.

Debêntures e empréstimos

INVEPAR

Em 15 de outubro de 2015 foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real adicional, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos e sob o regime misto de colocação, mediante a emissão de 200.000 debêntures da Companhia, com valor nominal unitário de R\$10, totalizando R\$2.000.000 e tendo vencimento em 15 de outubro 2024. Parte dos recursos obtidos foi utilizada para o pré-pagamento de dívidas existentes - 2ª Emissão de Debêntures da Companhia, 1ª e 2ª Emissões de Notas Promissórias Comerciais da Companhia e de Cédulas de Crédito Bancário - no montante equivalente a R\$1.200.000, acrescidos dos juros correspondentes até a presente data e, a outra parte, será utilizada para a realização de investimentos, direta ou indiretamente, em empresas nas quais a INVEPAR possui participação acionária.

GRU AIRPORT

- a) Em 28 de abril de 2016, a Concessionária realizou empréstimo conta garantida no montante de R\$ 50.000.
- b) No que se refere às renegociações ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2016 sobre a dívida da Companhia, vide informações adicionais nas Notas Explicativas 11 e 14.

LAMSA

- a) Em 07 de agosto de 2015, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 14,320 sendo o dólar de início 3,49 equivalente a R\$50.000. O empréstimo terá remuneração de 3,2980% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Itaú BBA Internacional PLC.

O prazo de vencimento do empréstimo é de três anos, contados da data de emissão, vencendo, portanto, em 07 de agosto de 2018.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorreu em 10 de fevereiro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal é equivalente ao da remuneração a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão.

- b) Em 14 de março de 2016, a Companhia captou empréstimo em moeda estrangeira sob o amparo da Lei 4.131, no valor de USD 13,736 sendo o dólar de início 3,64 equivalente a R\$50.000. O empréstimo terá remuneração de 5,1615% ao ano acrescida de variação cambial e Imposto de Renda de 17,6471%. Para esta operação a Companhia apresentou como Garantia de Cessão Fiduciária – Recebíveis – Swap próprio e foram adquiridas pelo Banco Santander (Brasil) S.A..

O prazo de vencimento do empréstimo é de quatro anos, contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 16 de março de 2020.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência, a partir do 6º (sexto) mês contado da data de emissão, inclusive.

O primeiro pagamento ocorrerá em 14 de setembro de 2016 e o último pagamento será na data de vencimento do empréstimo. O prazo de pagamento do principal ocorrerá a partir do 12º (décimo segundo) mês contado da data de emissão, após o período de carência.

METRÔRIO

- a) Em 12 de março de 2014, foi celebrado um Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças com o Citibank N.A., especificamente destinado para fins societários em geral, incluindo, mas não se limitando a reforço de seu capital de giro, no valor de US\$ 36,389, em parcela única, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,2313 a.a., pagos em parcela única. Parte do principal foi pago em 11 de março de 2016.
- b) Em 11 de março de 2016, foi celebrado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e Outras Avenças entre a Companhia e o Citibank N.A., no valor US\$37,736, os juros incidirão sobre o saldo devedor do principal, calculados à taxa de 2,7000 a.a., em 2 parcelas pagáveis em 13 de março de 2017 e 12 de março 2018. A forma de pagamento do principal será a partir de 366 dias contados da data de desembolso em 2 parcelas consecutivas, nas datas de 13 de março 2017 e 12 de março de 2018.
- c) Em 12 de março de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 4ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

Para todos os fins de direito, a HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. é a instituição intermediária líder responsável pela Oferta. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 24 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 13 de março de 2016.

- d) Em 19 de novembro de 2014, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo BB – Banco de Investimento S.A.. A Emissão foi realizada em 13 de março de 2014, e composta por 5.500 (cinco mil e quinhentas) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$55.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses contados da Data de Emissão, liquidado em 19 de maio de 2016.

- e) Em 16 de maio de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 9ª Emissão de Notas Promissórias, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Notas Promissórias foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de maio de 2016, e composta por 200 Notas Promissórias, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$500.000,00 (Quinhentos mil reais), perfazendo o montante de R\$ 100.000.000 (Cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 180 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de novembro de 2016.

VIA040

- a) Em 10 de setembro de 2014, a Companhia firmou contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante total de R\$965.750, dividido em dois subcréditos: “A” R\$717.130 e “B” R\$248.620, destinado à prestação de serviço público de recuperação, conservação, implantação de melhorias e ampliação de capacidade da rodovia BR 040. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,0% a.a. mais TJLP.

O principal e o juros da dívida devem ser pagos ao BNDES em prestação única, no valor principal vincendo da dívida, vencendo-se no dia 15 de novembro de 2016, após alteração da data original que era em 15 de março de 2016.

As liberações ocorridas, referentes aos subcréditos A e B, foram as seguintes:

Subcrédito	Data	Montante
A	22 de setembro de 2014	R\$322.000
	26 de dezembro de 2014	R\$190.000
	22 de maio de 2015	R\$117.000
	27 de agosto de 2015	R\$22.814
	24 de setembro de 2015	R\$65.403
B	25 de janeiro de 2016	R\$83.085
	27 de janeiro de 2016	R\$77.394

Como garantia ao fiel cumprimento das obrigações da Companhia para com o BNDES, a INVEPAR, detentora da totalidade das ações, alienou fiduciariamente, por meio de Contrato de Penhor de Direitos Creditórios, as ações que detêm da Companhia como garantia ao pagamento do Empréstimo PONTE, aos bancos fiadores da operação.

Este contrato possui cláusulas de vencimento antecipado atreladas a inadimplência, indicadores profissionais ou societários e também está sujeito às cláusulas aplicáveis aos contratos do BNDES. Em 30 de junho de 2016, todas as cláusulas de vencimento antecipado foram atendidas.

METROBARRA

a) Em 22 de dezembro de 2015, a Companhia realizou a quarta emissão de debêntures privadas, com esforços restritos no valor de R\$600.000.

Tais debêntures não são conversíveis em ações e não possuem cláusula de repactuação. As debêntures são remuneradas a CDI + 3,5% ao ano, e tem vencimento em 21 de maio de 2016 e são garantidas pela alienação fiduciária das ações da Companhia.

Em 12 de maio de 2016 a Companhia assinou junto à CEF o boletim de subscrição para emissão de debêntures no montante de R\$932.861, no qual o principal objetivo é a quitação das debêntures no montante de R\$600.000.

Em 13 de maio de 2016, os recursos foram liberados pela CEF, equalizando assim, a estrutura de capital da controlada.

14. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	<u>31/12/2015</u>	Outorga Variável		Outorga Fixa			<u>30/06/2016</u>
		Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Pagamento	
Outorga METRÔRIO (a)	2.171	-	-	(381)	-	-	1.790
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.216.367	90.305	(183.541)	51.725	21.662	-	1.196.518
Outorga CART (c)	415	2.275	(2.317)	-	-	-	373
Circulante	1.218.953	92.580	(185.858)	51.344	21.662	-	1.198.681
Outorga METRÔRIO (a)	47.651	-	-	3.202	-	(448)	50.405
Outorga GRU AIRPORT (b)	11.648.477	-	-	529.809	249.116	-	12.427.402
Não Circulante	11.696.128	-	-	533.011	249.116	(448)	12.477.807
Total	12.915.081	92.580	(185.858)	584.355	270.778	(448)	13.676.488

	<u>31/12/2014</u>	Outorga Variável		Outorga Fixa			<u>31/12/2015</u>	
		Atualização resultado	Pagamento	Atualização resultado	Atualização intangível	Transferência		Pagamento
Outorga METRÔRIO (a)	1.266	-	-	1.044	-	-	(139)	2.171
Outorga GRU AIRPORT (b)	1.178.361	183.541	(185.177)	103.938	50.016	901.987	(1.016.299)	1.216.367
Outorga CART (c)	386	4.448	(4.419)	-	-	-	-	415
Circulante	1.180.013	187.989	(189.596)	104.982	50.016	901.987	(1.016.438)	1.218.953
Outorga METRÔRIO (a)	42.381	-	-	5.552	-	-	(282)	47.651
Outorga GRU AIRPORT (b)	10.861.467	-	-	1.113.812	575.185	(901.987)	-	11.648.477
Não Circulante	10.903.848	-	-	1.119.364	575.185	(901.987)	(282)	11.696.128
Total	12.083.861	187.989	(189.596)	1.224.346	625.201	-	(1.016.720)	12.915.081

(a) O saldo referente ao METRÔRIO no montante de R\$1.790 refere-se:

1. Ônus da concessão assumido no processo de licitação no montante de R\$942 (R\$1.143 em 31 de dezembro de 2015), repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. Com base no Aditivo, este saldo será pago pela Concessionária em dação através da aquisição de carros metrô até janeiro de 2018.

2. O valor de R\$848 (R\$1.028 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do METRÔRIO até janeiro de 2038.

O valor de R\$50.405 (R\$47.651 em 31 de dezembro de 2015), líquido do montante penhorado da renda e já depositado judicialmente, no valor total de R\$52.972 (R\$50.501 em 31 de dezembro de 2015) refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2014, o METRÔRIO recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e Estação General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro (RIOTRILHOS) e Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, o METRÔRIO mantém a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

- (b) Pela assinatura do contrato de concessão, a controlada GRU AIRPORT se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% conforme OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$810.650. Esses pagamentos ocorrerão no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva dois meses antes, os pagamentos serão reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil).

Além da contribuição fixa, a controlada GRU AIRPORT também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual, deduzida da receita de construção. Caso a receita bruta anual observada pela controlada GRU AIRPORT exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 13 de maio de 2016, GRU AIRPORT comunicou ao mercado que não realizou a composição da Conta Reserva prevista nos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Bancos Repassadores e a nas escrituras da 1ª e da 2ª emissão de debêntures de GRU AIRPORT, uma vez que a obrigação de pagamento da outorga fixa poderá ser postergada de julho de 2016 para dezembro de 2016. Esta decisão considerou: (i) a Nota Técnica ANAC 33/2015/GERE/SRA que reconhece direito de compensação em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão ANAC nº 121/2012; (ii) protocolo realizado em 19 de abril de 2016, por GRU Airport à ANAC pedindo revisão extraordinária, solicitando como compensação do desequilíbrio reconhecidamente suportado pela Concessionária na referida Nota Técnica ANAC 33/2015/GERE/SRA, a prorrogação de julho para dezembro do vencimento da outorga fixa devida para o ano de 2016; (iii) o pleito realizado em 29 de abril de 2016 pela associação de Classe ANEAA (Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos) para postergação do pagamento da outorga fixa dos aeroportos concedidos à iniciativa privada; e (iv) considerando que até a data limite da composição da Conta Reserva em 12 de maio de 2016, nem a solicitação realizada pela Concessionária GRU Airport nem a da ANEAA haviam sido respondidas.

No dia 20 de maio de 2016, GRU AIRPORT propôs ao BNDES e Repassadores: (i) a constituição parcelada da Conta Outorga Fixa, sendo R\$ 205.000 no aceite da proposta e complemento de R\$ 145.000 até 30 de junho de 2016; e (ii) amortização parcial da outorga fixa, utilizando o saldo total da Conta Outorga Fixa em 11 de julho de 2016, no montante R\$ 350.000, além de pagamentos mensais de R\$ 145.000 no final de cada mês até novembro com pagamento do saldo remanescente em dezembro de 2016. Tal proposta foi aceita pelo BNDES em 7 de junho de 2016.

Em 30 de junho de 2016, no passivo circulante, o montante de R\$90.305 refere-se a outorga variável e R\$1.106.212 a outorga fixa.

- (c) A partir de 1º de julho de 2013, o percentual de outorga variável sobre a receita bruta da CART foi reduzido de 3%, para 1,5%, conforme deliberação do Conselho Diretor da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP). O pagamento ocorre mensalmente.

15. PROVISÃO PARA RISCOS

As controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais pendentes e, com base na experiência referente às quantias reivindicadas, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir os desembolsos estimados com as ações em curso, como segue:

Natureza do risco	Consolidado				
	31/12/2015	Constituição	Reversões/ pagamentos	Atualização monetária	30/06/2016
Trabalhistas	14.086	1.713	(248)	891	16.442
Cíveis	10.389	951	(1.365)	1.539	11.514
Tributários	10	1.302	-	-	1.312
Outros	1.695	90	(7)	962	2.740
Total	26.180	4.056	(1.620)	3.392	32.008

a) Riscos trabalhistas

As controladas são parte em processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

b) Riscos cíveis

As controladas são parte em processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos nos sistemas rodoviário, metroviário e aeroportuário.

c) Riscos tributários

A controlada METRÔRIO optou pelo contingenciamento dos valores da ação judicial referente a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado.

Riscos possíveis

A Companhia e suas controladas são réis em processos de natureza cível, trabalhista e tributário, sobre os quais seus consultores jurídicos entendem como possíveis as probabilidades de perda. Amparada na opinião de seus consultores jurídicos, não foi efetuada provisão para contingências com esta avaliação.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, as controladas realizaram a análise das demandas judiciais com probabilidade de desembolso futuro possível como se segue:

<u>Natureza do risco</u>	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Trabalhistas	39.184	33.734
Cíveis	71.503	78.657
Tributários	136.669	128.977
Ambientais	107	107
Total	247.463	241.475

A Controlada METRÔRIO possui como principais causas trabalhistas: sucessão, acidente de trabalho, periculosidade, horas extras, equiparação e reversão por justa causa; e como causas cíveis: sucessão, terceirização e superlotação.

A Controlada GRU AIRPORT possui como causas tributárias, no montante de R\$136.217: Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil e pela Secretaria da Receita Federal do Distrito Federal, relacionados à atividade de armazenagem de mercadoria sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto.

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

Do montante de R\$71.713, R\$46.941 refere-se a controlada METRÔRIO, que possui bloqueios judiciais no montante de R\$1.574 em 30 de junho de 2016 (R\$1.562 em 31 de dezembro de 2015) e valores relacionados à depósitos judiciais para causas não consideradas de desembolso futuro provável, conforme discriminados abaixo:

Depósitos recursais

Em 30 de junho de 2016, o METRÔRIO possuía R\$24.763 em depósitos recursais (R\$25.678 em 31 de dezembro de 2015).

Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra o METRÔRIO, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a Companhia do Metropolitano do Rio de Janeiro (CMRJ), nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma o METRÔRIO interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens. O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 30 de junho de 2016 é de aproximadamente R\$29.734 (R\$29.023 em 31 de dezembro de 2015), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 30 de junho de 2016, o montante penhorado da renda e já depositado judicialmente é de R\$20.604 (R\$20.171 em 31 de dezembro de 2015).

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)

a) Capital social

Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$3.351.958, representado por 429.171.372 ações, sendo 143.057.124 ações ordinárias e 286.114.248 ações preferenciais.

O capital social autorizado da Companhia é de R\$3.410.494.

As composições acionárias da Companhia em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 estão assim constituída:

	<u>Ordinárias</u>	<u>Preferenciais</u>	<u>Total</u>	<u>%</u>
Construtora OAS S.A.	1	-	1	0,00
OAS Infraestrutura S.A.	35.764.280	69.117.380	104.881.660	24,44
BB Carteira Livre I Fundo de Investimento em Ações	35.764.281	73.939.746	109.704.027	25,56
Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF	35.764.281	71.528.561	107.292.842	25,00
Fundação Petrobras de Seguridade Social - PETROS	<u>35.764.281</u>	<u>71.528.561</u>	<u>107.292.842</u>	<u>25,00</u>
Total	<u>143.057.124</u>	<u>286.114.248</u>	<u>429.171.372</u>	<u>100,00</u>

As ações preferenciais não têm direito a voto e têm direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias no recebimento do dividendo apurado conforme Estatuto Social.

b) Dividendo mínimo obrigatório

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Art. 202 da lei das sociedades por ações. Em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentou prejuízo acumulado.

17. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou suas demonstrações dos resultados de 30 de junho de 2016 e 2015 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

Receitas por natureza

	Consolidado			
	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Receita de pedágio	470.584	308.653	232.383	153.811
Receita com passagens	427.603	369.116	226.747	187.413
Receitas de aeronaves e passageiros	298.191	281.131	143.634	139.846
Receita com armazenagem e capatazia	162.894	163.615	78.200	86.141
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios	472.071	494.207	239.089	246.744
Outras receitas	5.093	4.644	2.597	2.336
Impostos, deduções e cancelamentos	(170.409)	(147.901)	(82.882)	(76.005)
Receita de serviços	1.666.027	1.473.465	839.768	740.286
Receita de construção	323.654	549.667	161.035	261.028
Receita total	1.989.681	2.023.132	1.000.803	1.001.314

Custos e despesas por natureza

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Pessoal e encargos	(28.200)	(26.166)	(14.797)	(13.563)	(294.585)	(262.433)	(149.577)	(136.364)
Conservação e manutenção	(1.009)	(1.208)	(424)	(1.044)	(134.577)	(116.250)	(71.070)	(61.041)
Comunicação, marketing e publicidade	(552)	-	(486)	-	(6.461)	(5.486)	(3.778)	(4.074)
Seguros e garantias	(72)	(43)	(43)	(24)	(10.390)	(8.098)	(5.822)	(3.636)
Serviços de terceiros	-	-	-	-	(29.865)	(37.265)	(15.178)	(5.017)
Veículos	(17)	-	(3)	-	(8.173)	(6.495)	(4.125)	(3.274)
Consultoria e assessoria	(5.323)	(8.638)	(2.689)	(4.722)	(22.840)	(27.947)	(12.180)	(18.230)
Aluguéis e impostos	(1.536)	(1.776)	(792)	(870)	(27.090)	(30.492)	(13.905)	(16.070)
Energia elétrica	-	-	-	-	(82.025)	(67.970)	(38.344)	(35.407)
Provisões para crédito de liquidação duvidosa e riscos	-	-	-	-	(16.499)	(10.060)	(12.728)	(5.672)
Provisão de manutenção	-	-	-	-	(4.412)	(12.128)	(2.586)	(6.439)
Outorga variável	-	-	-	-	(91.842)	(93.512)	(45.091)	(47.327)
Depreciação e amortização	(17.441)	(15.806)	(8.418)	(8.100)	(531.341)	(476.603)	(269.259)	(243.296)
Custo de construção	-	-	-	-	(319.300)	(541.867)	(159.143)	(257.490)
Outros	(2.556)	(3.734)	(1.581)	(1.904)	(97.345)	(93.685)	(44.559)	(58.815)
	(36.124)	(39.739)	(20.193)	(22.442)	(1.676.745)	(1.790.291)	(847.345)	(902.152)
Custo de serviços prestados	-	-	-	-	(1.115.139)	(975.768)	(561.533)	(509.289)
Custo de construção	-	-	-	-	(319.300)	(541.867)	(159.143)	(257.490)
Despesas gerais e administrativas	(36.124)	(39.729)	(20.193)	(22.427)	(242.959)	(225.367)	(126.662)	(106.559)
Outras receitas e despesas	-	(10)	-	(15)	653	(47.289)	(7)	(28.814)
	(36.124)	(39.739)	(20.193)	(22.442)	(1.676.745)	(1.790.291)	(847.345)	(902.152)

18. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora				Consolidado			
	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015
Receitas financeiras	(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Juros ativos	29.859	273	20.289	273	8.778	6.799	4.139	5.371
Juros sobre aplicações financeiras	6.603	5.923	3.272	2.143	64.077	78.598	40.148	43.551
Operações de Hedge	2.832	-	382	-	2.832	14.167	382	(5.396)
Varição monetária ativa	238	978	39	665	1.685	2.963	495	1.709
Variações cambiais ativas	263	59	263	34	53.743	6.688	28.834	3.456
Total receitas financeiras	39.795	7.233	24.245	3.115	131.115	109.215	73.998	48.691
Despesas financeiras								
Comissões e despesas bancárias	(3.176)	(10.296)	5.675	(6.677)	(8.366)	(12.951)	5.523	(8.069)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3)	(22.246)	(3)	(16.478)	(221.583)	(190.436)	(110.133)	(106.450)
Operações de hedge	-	-	-	-	(69.604)	-	(34.182)	-
Varição monetária passiva	-	-	-	-	(72.206)	(80.083)	(27.924)	(29.654)
Variações cambiais passivas	-	(11)	-	(11)	(9.764)	(21.057)	(6.401)	(17.787)
Juros sobre debêntures	(223.381)	(34.598)	(103.823)	(17.960)	(411.098)	(170.332)	(206.670)	(87.606)
Atualização da outorga de GRU (*)	-	-	-	-	(581.534)	(677.780)	(284.255)	(257.184)
Outros	(32)	(1.527)	(9)	(1.518)	(16.434)	(2.535)	(7.196)	(1.978)
Total despesas financeiras	(226.592)	(68.678)	(98.160)	(42.644)	(1.390.589)	(1.155.174)	(671.238)	(508.728)
Total resultado financeiro	(186.797)	(61.445)	(73.915)	(39.529)	(1.259.474)	(1.045.959)	(597.240)	(460.037)

(*) A Concessionária se obriga a pagar à União a contribuição fixa, paga em parcelas anuais reajustada pelo IPCA. A atualização da outorga referente a 30 de junho de 2016 totaliza R\$852.312 dos quais R\$270.778 foram capitalizadas ao intangível e R\$581.534 foram registradas como despesa financeira do período.

19. RESULTADO POR AÇÃO

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para 30 de junho de 2016 e 2015.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	01/01/2016 a 30/06/2016			01/01/2015 a 30/06/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(200.425)	(400.909)	(601.334)	(141.684)	(283.412)	(425.096)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(1,401)	(1,401)		(0,991)	(0,991)	
	01/04/2016 a 30/06/2016			01/04/2015 a 30/06/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(99.808)	(199.647)	(299.455)	(70.578)	(141.177)	(211.755)
Denominador básico						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo básico por ação (R\$)	(0,698)	(0,698)		(0,493)	(0,493)	

	01/01/2016 a 30/06/2016			01/01/2015 a 30/06/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo das operações continuadas atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(200.425)	(400.909)	(601.334)	(141.684)	(283.412)	(425.096)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	(334)	(668)	(1.002)	(293)	(586)	(879)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(200.759)	(401.577)	(602.336)	(141.977)	(283.998)	(425.975)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(1,403)	(1,403)		(0,993)	(0,993)	
	01/04/2016 a 30/06/2016			01/04/2015 a 30/06/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador diluído						
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais	(99.808)	(199.647)	(299.455)	(70.578)	(141.177)	(211.755)
(-) Efeito da diluição da participação na CRT - referente às debêntures conversíveis em ações	(28)	(56)	(84)	(58)	(115)	(173)
Prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e preferenciais ajustado	(99.836)	(199.703)	(299.539)	(70.636)	(141.292)	(211.928)
Denominador diluído						
Média ponderada das ações (em milhares)	143.057	286.114	429.171	143.057	286.114	429.171
Prejuízo diluído por ação (R\$)	(0,698)	(0,698)		(0,494)	(0,494)	

Não ocorreram outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

A coligada CRT possui debêntures conversíveis em ações. Em GRUPAR, a ACSA aumentou sua participação de 10% para 20% do capital em outubro de 2015. Conforme demonstrado no cálculo de diluição acima, há diferença entre o cálculo do resultado por ação básico e diluído.

20. SEGUROS

Em 30 de junho de 2016, a Companhia e suas controladas mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

Empresa	Modalidade	Limite Máximo de Indenização	Vigência		Seguradora
			Início	Vencimento	
INVEPAR/METRORIO/CART/LAMSA/CLN/ LAMBRA/LAMSAC/GRUPAR/PEX/INSTITUTO INVEPAR/METROBARRA/GRU AIRPORT	D&O	100.000.000	21/09/2015	21/09/2016	XL Seguros
INVEPAR/METRORIO/CART/LAMSA/CLN	RO	280.000.000	01/08/2015	01/08/2016	* BRADESCO
INVEPAR/METRORIO/CART/LAMSA/CLN	RCG	100.000.000	01/08/2015	01/08/2016	* ALLIANZ
INVEPAR	AUTO FROTA	TABELA FIPE	29/09/2015	29/09/2016	BB
INVEPAR	MULTIRISCO	11.000.000	23/01/2016	23/01/2017	TOKIO
METRORIO	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/12/2015	31/12/2016	YASUDA MARITIMAO
METRORIO	TRANS.NAC.	4.000.000	28/02/2016	28/02/2017	RSA
METRORIO	TRANS.INT.IMP.	3.000.000	28/02/2016	28/02/2017	RSA
LAMSA	AUTO FROTA	TABELA FIPE	29/09/2015	29/09/2016	BB
LAMSA	G. CONCESSÃO	22.528.387	18/12/2015	18/12/2016	AUSTRAL
CART	G. CONCESSÃO	55.528.439	16/03/2016	16/03/2017	POTENCIAL SEGURADORA
CART	G. CONCESSÃO	130.573.329	16/03/2016	16/03/2017	POTENCIAL SEGURADORA
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	18/11/2015	18/11/2016	ITAÚ
CLN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	20/10/2015	20/10/2016	ITAÚ
CLN	G. CONCESSÃO	5.392.566	23/02/2016	23/02/2017	AUSTRAL
GRU	RD/Carinhão	DIVERSOS	24/05/2016	24/05/2017	ALLIANZ
GRU	RO	1.600.000.000	24/05/2016	24/05/2017	TOKIO
GRU	RC AEROP.	500.000.000	24/05/2016	24/05/2017	MAPFRE
GRU	G. CONCESSÃO	524.774.670	04/06/2016	04/06/2017	BTG PACTUAL
GRU	RCOBRAS	10.443.645	24/05/2016	24/05/2017	ALLIANZ
VIA040	G. EXEC.	457.731.747	20/03/2016	20/03/2017	BANCO FATOR
VIA040	G. EXEC.	505.133.917	20/03/2016	20/03/2017	BANCO FATOR
VIA040	RO	40.000.000	19/03/2016	19/03/2017	BRADESCO
VIA040	RCG	50.000.000	19/03/2017	19/03/2017	TOKIO
CBN	RO	223.690.300	17/08/2015	17/08/2016	* XL Seguros
CBN	RCG	30.000.000	17/08/2015	17/08/2016	* HDI Gerling
CBN	G. CONC.	51.326.450	18/08/2015	18/08/2016	* AUSTRAL
CBN	AUTO FROTA	TABELA FIPE	30/09/2015	30/09/2016	TOKIO
CBN	D&O	40.000.000	08/04/2016	08/04/2017	AXA
CRA	G.EXEC.	29.595.762	04/12/2015	04/12/2016	BANCO FATOR
CRA	RCG	30.000.000	29/06/2016	29/06/2017	HDI Gerling
CRA	RO	100.000.000	29/06/2016	29/06/2017	XL Seguros
CRA	D&O	20.000.000	01/07/2016	01/07/2017	AXA
CRT	RO	45.000.000	11/07/2015	11/07/2016	* HDI Gerling
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/08/2015	31/08/2016	* LIBERTY
CRT	AUTO FROTA	TABELA FIPE	31/01/2016	30/01/2017	TOKIO
CRT	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	15.600.000	22/11/2015	22/11/2016	FATOR
CRT	RCG	7.000.000	12/08/2015	12/09/2016	FAIRFAX
VIARIO	D&O	20.000.000	21/10/2015	21/10/2016	XL Seguros
VIARIO	RO	410.812.000	09/07/2016	09/07/2017	XL Seguros
VIARIO	RCG	66.156.000	09/07/2016	09/07/2017	HDI Gerling
VIARIO	G. OBRIG.	53.183.877	26/04/2016	15/07/2016	* J.MALUCELLI
VIARIO	RCOBRAS	20.000.000	14/11/2012	14/11/2016	ZURICH
VIARIO	RE	1.703.729.529	14/11/2012	14/11/2017	ZURICH
VLT	MULTIRISCO	2.451.640	12/07/2015	12/07/2016	* FAIRFAX
VLT	RCG	10.000.000	12/07/2015	12/07/2016	* CHUBB
VLT	D&O	50.000.000	31/03/2016	31/03/2017	ZURICH
VLT	RC	50.000.000	10/10/2014	08/11/2016	FAIRFAX
VLT	RE	1.529.800.000	10/10/2014	08/11/2018	FAIRFAX
VLT	G.EXEC.	213.118.515	23/06/2016	23/06/2017	J.MALUCELLI
METROBARRA	RE	10.000.000	16/10/2013	31/12/2017	ITAÚ
METROBARRA	RCOBRAS	11.000.000	16/10/2013	31/12/2016	ITAÚ
METROBARRA	GARANTIA	45.998.628	25/07/2014	30/11/2016	SWISS RE
LAMSAC	RO	US\$ 20.000.000	31/12/2015	31/12/2017	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	ROUBO	US\$ 90.000	31/12/2015	31/12/2017	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	AUTO FROTA / CAMINHÕES	VARIOS VALORES	31/12/2015	31/12/2016	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	ROUBO / PASSEIO E CAMINHON	VARIOS VALORES	31/12/2015	31/12/2016	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	RCG	US\$ 1.000.000	31/12/2015	31/12/2016	RIMAC SEGUROS
LAMSAC	ACIDENTE PESSOAIS	CAPITAIS DIVERSOS	01/01/2016	01/01/2017	RIMAC SEGUROS

* Os referidos seguros foram renovados no dia 01/08/16 e terão vigência até 01/08/17.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

21. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 30 de junho de 2016 e de 2015. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, valores a receber, empréstimos e financiamentos e obrigações com os Poderes Concedentes.

Instrumentos financeiros	Controladora			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	62	-	86	-
Aplicações financeiras	240.897	-	159.813	-
Parte Relacionada	-	100.733	-	275.496
Dividendos e JSCP propostos	-	99.566	-	66.657
Total do ativo	240.959	200.299	159.899	342.153
Passivos				
Fornecedores	-	3.417	-	6.057
Parte relacionada	-	13	-	103
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	2.311.550	-	2.088.145
Dividendos e JSCP propostos	-	22.842	-	22.842
Obrigações com empregados e administradores	-	22.018	-	17.391
Total do passivo	-	2.359.840	-	2.134.538

Instrumentos financeiros	Consolidado			
	30/06/2016		31/12/2015	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	662.821	-	212.804	-
Aplicações financeiras	799.837	-	609.456	-
Contas a receber	-	304.113	-	315.906
Parte Relacionada	-	18.263	-	117
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	56.998	-
Total do ativo	1.462.658	322.376	879.258	316.023
Passivos				
Fornecedores	-	319.650	-	484.687
Parte Relacionada	-	2.988	-	2.895
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	11.019.868	-	11.686.095
Instrumentos financeiros derivativos	53.574	-	5.746	-
Dividendos e JSCP propostos	-	24.073	-	24.153
Obrigações com Poderes Concedentes	-	13.676.488	-	12.915.081
Total do passivo	53.574	25.043.067	5.746	25.112.911

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

a) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores de mercado

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- *Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras*

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado similares aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor de mercado em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

- *Contas a receber*

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pelo grupo em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

- *Empréstimos, financiamentos*

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto à BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como “passivos financeiros não mensurados a valor justo, exceto nas Controladas CART e GRU AIRPORT, as debêntures em 30 de junho de 2016 tinham, respectivamente, os valores de R\$ 858.612 e R\$ 659.494 (R\$ 819.727 e 658.284 em 31 de dezembro de 2015).

- *Concessão de serviço público*

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), Taxa Referencial (TR) e Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

c) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia e suas controladas a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, de caixa, bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito. As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica provisão para crédito de liquidação duvidosa, nota explicativa nº 5.

d) Risco de taxa de câmbio

O grupo gerencia seu risco de câmbio por meio de transações de *hedge* que devam ocorrer no período mínimo de doze meses. Transações para as quais haja incertezas são cobertas por *hedge* por prazo indeterminado. É política do grupo negociar os termos dos derivativos designados na relação de *hedge*, mantendo uma correspondência com os termos dos itens objeto do *hedge* de modo a maximizar a eficácia do *hedge*. O grupo mantém cobertura (*hedge*) para suas exposições a flutuações na conversão para reais de suas operações no exterior, mantendo empréstimos a pagar líquidos em moedas estrangeiras e utilizando *swaps* de moedas e contratos cambiais a termo.

e) Operação de derivativos

A Companhia e suas controladas adotam uma política conservadora em relação a derivativos, fazendo uso desses instrumentos somente quando há necessidade de proteção de passivos, de natureza operacional ou financeira e eventualmente de algum ativo. Adicionalmente, os valores destas operações são dimensionados e limitados. Em 11 de março de 2016, foi firmado um Aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito entre o MetroRio e o banco Citibank, no valor US\$37,736. Para proteção desta operação foi contratado um SWAP no mesmo valor a uma taxa de R\$ 3,71 por cada US\$ 1, a variação no resultado provisionado do SWAP está diretamente ligada a flutuação da taxa do Dólar. Em 30 de junho de 2016, INVEPAR, METROBARRA, METRÔRIO e LAMSA possuíam operações com instrumentos financeiros com características de derivativos para proteção dos contratos já firmados em moedas estrangeiras conforme demonstrado abaixo:

Em aberto**INVEPAR**

30/06/2016							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Índice	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	BRADESCO	11/11/2015	15/10/2024	85.944	IPCA	n/a	1.945
SWAP	BTG PACTUAL	11/11/2015	15/10/2024	50.555	IPCA	n/a	1.144
SWAP	CITIBANK	11/11/2015	15/10/2024	50.555	IPCA	n/a	1.144
Ativo não circulante							<u>4.233</u>
31/12/2015							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Índice	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	BRADESCO	11/11/2015	15/10/2024	85.944	IPCA	n/a	638
SWAP	BTG PACTUAL	11/11/2015	15/10/2024	50.555	IPCA	n/a	375
SWAP	CITIBANK	11/11/2015	15/10/2024	50.555	IPCA	n/a	388
Ativo não circulante							<u>1.401</u>

METROBARRA

30/06/2016							
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/07/2016	1.503	Dólar	4,33	(1.089)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	03/03/2016	29/07/2016	90	Dólar	4,49	(80)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	1.082	Dólar	4,08	(862)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	29/08/2016	2.814	Dólar	4,39	(3.107)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	874	Dólar	4,38	(634)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	28/09/2016	1.748	Euro	4,44	(1.311)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	756	Euro	4,18	(617)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	450	Euro	4,49	(335)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	30/11/2016	1.092	Euro	4,54	(823)
							<u>(8.858)</u>
Passivo circulante							(8.858)

31/12/2015								
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	16/01/2015	29/02/2016	935	Euro	3,42	843	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	16/01/2015	31/03/2016	935	Euro	3,45	845	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	27/05/2016	1.311	Euro	4,23	325	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	918	Euro	4,28	227	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/07/2016	1.504	Euro	4,33	372	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	874	Euro	4,38	216	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/09/2016	1.774	Euro	4,44	437	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	450	Euro	4,49	111	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	30/11/2016	1.092	Euro	4,54	268	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	27/04/2016	635	Euro	4,18	157	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/12/2015	30/05/2016	1.800	Euro	4,54	(91)	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/12/2015	30/06/2016	1.800	Euro	4,61	(92)	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	15/12/2015	29/04/2016	1.800	Euro	4,49	(88)	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/03/2015	28/03/2016	135	Euro	3,87	66	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	14/12/2015	27/01/2016	1.918	Euro	4,37	(52)	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	540	Dólar	4,00	73	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	29/08/2016	1.082	Dólar	4,08	146	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	27/01/2016	2.782	Dólar	3,79	397	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	24/11/2015	28/10/2016	756	Dólar	4,18	101	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	VOTORANTIM	16/01/2015	29/01/2016	935	Dólar	3,25	849	
							5.110	
							Ativo circulante	5.433
							Passivo circulante	(323)

METRÓRIO

30/06/2016								
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais	
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	11/11/2015	25/07/2016	11	Euro	4,05	(9)	
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	19/02/2016	15/08/2016	67	Euro	4,71	(72)	
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	18/01/2016	17/10/2016	603	Euro	4,81	(647)	
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	18/01/2016	29/07/2016	1.360	Euro	4,05	(1.557)	
SWAP	CITIBANK	-	12/03/2018	140.000	Dólar	-	(27.380)	
							(29.665)	
							Passivo circulante	(29.665)
31/12/2015								
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/04/2016	70	Euro	4,28	13	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/05/2016	381	Euro	4,33	74	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	17/06/2016	740	Euro	4,37	140	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	SANTANDER	11/11/2015	25/07/2016	11	Euro	4,42	2	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	30/09/2015	30/06/2016	267	Euro	4,85	(67)	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	11/11/2015	25/01/2016	21	Euro	4,15	4	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	11/11/2015	25/02/2016	10	Euro	4,20	2	
NDF - Contrato de compra de dólar futuro	HSBC	11/11/2015	28/03/2016	17	Euro	4,25	3	
Swap	CITIBANK	-	11/03/2016	85.000	Dólar	n/a	43.205	
							43.376	
							Ativo circulante	48.799
							Passivo circulante	(5.423)

LAMSA

30/06/2016								
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais	
SWAP	ITAÚ	07/08/2015	07/08/2018	50.000	Dólar	n/a	(7.040)	
SWAP	SANTANDER	-	16/03/2020	50.000	Dólar	n/a	(8.011)	
							(15.051)	
							Passivo circulante	(15.051)
31/12/2015								
Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais	
SWAP	ITAÚ	07/08/2015	07/08/2018	50.000	Dólar	n/a	2.766	
							2.766	
							Ativo circulante	2.766

Liquidados

METROBARRA

Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/01/2015	29/02/2016	935	Euro	3,42	846
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	29/02/2016	427	Euro	4,46	(56)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	29/02/2016	381	Euro	4,46	(50)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	26/01/2016	28/03/2016	1.681	Euro	4,51	(645)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/03/2015	28/03/2016	134	Euro	3,87	35
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	27/01/2016	2.782	Dólar	3,79	854
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/12/2015	27/01/2016	632	Dólar	4,37	47
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/12/2015	27/01/2016	858	Dólar	4,37	64
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/12/2015	27/01/2016	427	Dólar	4,37	32
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	15/01/2015	31/03/2016	935	Dólar	3,45	601
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	27/04/2016	635	Dólar	4,00	(119)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/04/2016	1.800	Dólar	3,96	(940)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	27/05/2016	1.311	Dólar	3,99	(370)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	28/03/2016	27/05/2016	1.800	Dólar	3,99	(370)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	30/05/2016	1.800	Dólar	4,03	(927)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	03/03/2016	30/05/2016	1.450	Dólar	4,03	(486)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	540	Dólar	3,33	(361)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	06/06/2016	932	Dólar	4,01	(259)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	03/03/2016	29/06/2016	150	Dólar	3,68	(111)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	29/06/2016	918	Dólar	3,68	(553)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	24/11/2015	30/06/2016	1.800	Dólar	3,61	(1.801)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	VOTORANTIM	15/01/2015	29/01/2016	935	Dólar	3,38	1.007
							<u>(3.563)</u>

METRÔRIO

Tipo da operação	Banco	Data de início	Liquidação	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	11/11/2015	25/01/2016	21	Euro	4,46	6
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	11/11/2015	25/02/2016	10	Euro	4,40	2
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	18/01/2016	08/03/2016	62	Euro	4,14	(20)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	11/11/2015	28/03/2016	17	Euro	4,12	(2)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	18/01/2016	15/04/2016	67	Euro	4,52	(38)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	HSBC	30/09/2015	30/06/2016	261	Euro	4,85	(324)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	18/01/2016	26/02/2016	229	Euro	4,45	(23)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	11/11/2015	25/04/2016	70	Euro	4,28	(18)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	11/11/2015	25/05/2016	381	Euro	4,33	(141)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	18/01/2016	15/06/2016	67	Euro	4,62	(48)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	11/11/2015	27/06/2016	740	Euro	4,37	(457)
NDF - Contrato de compra de moeda futura	SANTANDER	19/02/2016	30/06/2016	198	Euro	4,70	(216)
							<u>(1.279)</u>

LAMSA

Tipo da operação	Banco	Data de início	Data de vencimento	Valor Base	Moeda	Preço de exercício em Reais	Ajuste a mercado em Reais
SWAP	ITAÚ	05/08/2015	07/08/2018	50.000	Dólar	3,8975	(2.871)

f) Risco de liquidez

O grupo acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo do grupo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, debêntures, ações preferenciais, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

30 de junho de 2016	Até 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos e debêntures	1.312.563	6.635.062	3.072.243	11.019.868
Fornecedores	319.650	-	-	319.650
Concessão de serviço público	52.568	-	13.623.920	13.676.488

g) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e financiamentos.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial consolidado da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da CVM:

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Selic (% ao ano)	14,15%	10,61%	7,08%
DI Ativo (% ao ano)	14,13%	10,60%	7,07%
DI Passivo (% ao ano)	14,13%	17,66%	21,20%
TR Ativo (% ao ano)	2,10%	1,58%	1,05%
TR Passivo (% ao ano)	2,10%	2,63%	3,15%
TJLP (% ao ano)	7,50%	9,38%	11,25%
Taxa Câmbio Ativo (R\$/US\$)	R\$3,21	R\$2,41	R\$1,60
Taxa Câmbio Passivo (R\$/US\$)	R\$3,21	R\$4,01	R\$4,81
IPCA Ativo (% ao ano)	8,84%	6,63%	4,42%
IPCA Passivo (% ao ano)	8,84%	11,05%	13,26%
TFP - Taxa Fixa Peru	2,50%	1,88%	1,25%

Fonte: BACEN, BNDES, IBGE, CETIP e BM&F BOVESPA

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Análise de sensibilidade de variações na taxas de juros

Em 30 de junho de 2016, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

g.1) Ativo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÓRIO	Equivalente de caixa	DI	96.978	13.703	10.277	6.851
METRÓRIO	Aplicações Financeiras	DI	67.277	9.506	7.130	4.753
CLN	Aplicações Financeiras	DI	2.559	362	271	181
CART	Aplicações Financeiras	DI	160.609	22.694	17.021	11.347
GRU AIRPORT	Equivalente de caixa	DI	420.264	59.383	44.537	29.692
GRU AIRPORT	Aplicações Financeiras	DI	163.960	23.168	17.376	11.584
GRUPAR	Equivalente de caixa	DI	184	26	19	13
PEX	Equivalente de caixa	DI	1.580	223	167	112
LAMSA	Equivalente de caixa	DI	9.246	1.306	980	653
METROBARRA	Equivalente de caixa	DI	100.033	14.135	10.601	7.067
METROBARRA	Aplicações Financeiras	DI	39.606	5.596	4.197	2.798
VIA 040	Aplicações Financeiras	DI	72.951	10.308	7.731	5.154
			1.135.247	160.410	120.308	80.205
Fundo Mover						
	Certificados de Depósito Bancário CDB	DI	115.376	16.303	12.227	8.151
	Letras financeiras do tesouro	SELIC	11.852	1.677	1.258	839
	Títulos públicos federais - Tesouro Nacional	IPCA	3.689	326	245	163
	Debêntures	DI	161.961	22.885	17.164	11.443
			292.878	41.191	30.893	20.595

g.2) Passivo financeiro

Empresa	Operação	Risco/ indexador	Base	RESULTADO		
				Cenário provável	Cenário A	Cenário B
METRÓRIO	BNDES	TJLP	302.369	22.678	28.347	34.017
METRÓRIO	FINEP	TJLP	5.079	381	476	571
METRÓRIO	Financiamento importação	Taxa Câmbio R\$/US\$	957 *	3.074	3.840	4.608
METRÓRIO	Financiamento CAIXA	TR	251.533	5.282	6.603	7.923
METRÓRIO	Debênture	DI	313.871	44.350	55.437	66.525
METRÓRIO	CITIBANK	DI	122.585	17.321	21.652	25.982
LAMSA	Debênture	TR	395.999	8.316	10.395	12.474
CART	BNDES	TJLP e TRB	838.100	62.858	78.572	94.286
CART	Debênture	IPCA	1.003.428	88.703	110.879	133.055
METROBARRA	Debênture	DI	953.467	134.725	168.406	202.087
GRU AIRPORT	Empréstimo	TJLP	2.771.500	207.863	259.828	311.794
GRU AIRPORT	Debêntures	IPCA	745.064	65.864	82.330	98.795
VIA 040	Empréstimo	TJLP	989.375	74.203	92.754	111.305
INVEPAR (controladora)	Notas promissórias	DI	2.320.136	327.835	409.794	491.753
			11.013.463	1.063.452	1.329.312	1.595.175

(*) Em junho de 2016 montante em Dólares.

h) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	Consolidado	
	30/06/2016	31/12/2015
Empréstimos, financiamentos e debêntures	11.019.868	11.686.095
Obrigações com poderes concedentes	13.676.488	12.915.081
Caixa e equivalentes de caixa	(662.821)	(212.804)
Aplicações financeiras	(799.837)	(609.456)
Dívida líquida	23.233.698	23.778.916
Patrimônio líquido	1.974.593	3.348.636
Patrimônio líquido e dívida líquida	25.208.291	27.127.552

i) Hierarquia do valor justo

O grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	30/06/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	628.757	-	628.757	-
Aplicações financeiras	799.837	-	799.837	-
Total	1.428.594	-	1.428.594	-

Mensurados a valor justo Ativos financeiros	Consolidado			
	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Equivalentes de caixa	169.332	-	169.332	-
Aplicações financeiras	609.456	-	609.456	-
Total	778.788	-	778.788	-

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	Consolidado			
	30/06/2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	5.399.866	-	5.399.866	-
Debêntures	5.620.002	-	5.620.002	-
Concessão de serviço público	13.676.488	-	13.676.488	-
Total	24.696.356	-	24.696.356	-

Mensurados a valor justo Passivos financeiros	Consolidado			
	31/12/2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	6.729.780	-	6.729.780	-
Debêntures	4.956.315	-	4.956.315	-
Concessão de serviço público	12.915.081	-	12.915.081	-
Total	24.601.176	-	24.601.176	-

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

22. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	Consolidado	
	30/06/2016	30/06/2015
Aquisição de imobilizado/intangível ainda não liquidada financeiramente	47.083	36.422
Capitalização do resultado financeiro	75.850	40.847
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados no ativo intangível	270.778	377.663

23. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

METRÔRIO

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo à contratação de fornecimento de energia elétrica com a Duke Energy Internacional Geração Paranapanema S.A., para o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, celebrado em 26 de janeiro de 2009. Essa obrigação foi contratada por dois motivos estratégicos:

- (i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e
- (ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

CART

O prazo da concessão da CART e as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com a Agência de Transportes do Estado de São Paulo - ARTESP têm seu término previsto para o ano de 2039.

Com a assinatura do Termo de Contrato de Concessão Rodoviário nº 002/ARTESP/2009, relacionado ao Edital de Concorrência Pública Internacional nº 004/2008, a CART assumiu os seguintes compromissos:

- a) Investimentos: (i) duplicação de rodovia e implantação de retornos em nível e desnível; (ii) construção de postos de pesagem (fixos e móveis) e postos de serviços de atendimento aos usuários; (iii) construção de nove praças de pedágio e demolição de duas praças de pedágios preexistentes; e (iv) implantação e melhoria de acessos, trevos, alças, passarelas para travessia de pedestre, dispositivos de entroncamentos e readequação de intersecções.
- b) Outorga fixa e variável: pagamento pelo direito de exploração do sistema rodoviário.
- c) Garantias: (i) garantia de cumprimento das funções de ampliação correspondente a 1,5% do valor da contratação, limitado a 10% do valor do investimento. (ii) garantia de cumprimento das funções operacionais, de conservação e de pagamento.
- d) Recursos financeiros: obtidos através de aporte de capital pela acionista e captação no mercado de capitais.

LAMSA

A Lamsa possui os contratos vigentes que contabilizados na medida em que são prestados os serviços.

<u>Contratado</u>	<u>Serviço</u>	<u>Valor mensal</u>	<u>Data assinatura</u>	<u>Prazo vigência</u>
Vida UTI	Resgate em ambulâncias	R\$170	10/11/2008	Indeterminado
Arjo	Segurança	R\$106	31/03/2012	Indeterminado
Rizoma Engenharia	Serviços de Limpeza	R\$307	30/08/2015	Indeterminado
Cerbero Prestação	Vigilância Patrimonial	R\$43	31/03/2012	Indeterminado

A Lamsa não mantém qualquer dependência econômica, financeira ou tecnológica com fornecedores ou instituições com os quais mantém relação comercial.

VIA 040

A VIA 040 deverá manter, em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), como garantia do fiel cumprimento das obrigações contratuais, a Garantia de Execução do Contrato nos montantes indicados na tabela abaixo:

<u>Meta de duplicação</u>	<u>Valor</u>
Até o atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER*	425.000
Do atendimento da meta total de duplicação prevista no item 3.2.1.1 do PER* até o 30º ano	225.000

*PER - Programa de Exploração Rodoviária

A redução do valor da garantia de execução do contrato está condicionada ao cumprimento as metas de duplicação da rodovia descritas no PER. A garantia de execução do contrato será reajustada anualmente, com o mesmo índice de reajuste da tarifa básica de pedágio. A VIA 040, como compromisso contratual, assumiu os compromissos de investimentos previstos no PER.

O Programa de Exploração da Rodovia (PER) especifica as condições para execução do Contrato, caracterizando todos os serviços e obras esperados da VIA 040 ao longo do prazo da Concessão, divididos em frentes. Em cada uma das frentes são detalhadas as atividades de responsabilidade da VIA 040, com a fixação do prazo e das condições para o cumprimento integral do PER.

24. ATIVOS CLASSIFICADOS COMO MANTIDOS PARA VENDA E OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Conforme o fato relevante divulgado aos seus acionistas e ao mercado em geral, em 21 de janeiro de 2016, a INVEPAR contratou assessores financeiros e jurídicos com o intuito de analisar oportunidades e alternativas de alienação de participações acionárias, em especial da concessionária Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC").

A LAMSAC é parte do segmento de rodovias e representa um componente da entidade que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distinguidos do resto da Companhia e uma importante área geográfica de operações.

Em fevereiro de 2016, a Administração concluiu que a LAMSAC, bem como sua controladora LAMBRA e a ligada PEX PERU, estavam disponíveis para venda imediata, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse grupo de ativos, sendo sua venda considerada altamente provável. O objetivo dessa venda é ampliar sua capacidade de investimento em infraestrutura no Brasil. A administração espera que a venda possa ser concluída até 31 de dezembro de 2016.

A Administração espera que os valores a serem obtidos com a venda excedem substancialmente o valor contábil dos respectivos ativos e, conseqüentemente, não há previsão de se reconhecer perdas por redução ao valor recuperável na reclassificação para ativo mantido para venda.

Abaixo estão demonstrados os ativos e passivos das empresas mantidos para venda e operação descontinuada reclassificadas no período:

BALANÇO PATRIMONIAL

<u>ATIVO</u>	<u>30/06/2016</u>	<u>PASSIVO</u>	<u>30/06/2016</u>
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	42.885	Fornecedores	37.160
Aplicações financeiras	236.273	Empréstimos e financiamentos	699.994
Contas a receber	5.493	Impostos a recolher	23.147
Estoques	1.018	Obrigações com empregados e administradores	163
Impostos a recuperar	443	Adiantamentos de clientes	1.059
Debêntures	7.577	Partes relacionadas	37.935
Adiantamentos	277	Outros	515
Outros	3.564		
Total do ativo circulante	<u>297.530</u>	Total do passivo circulante	<u>799.972</u>
NÃO CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
Impostos a recuperar	129.595	Empréstimos e financiamentos	1.082.239
Imobilizado	20.166	Impostos diferidos passivos	27.696
Intangível	3.523.561	Impostos a recolher	12.638
		Partes relacionadas	236
		Provisão para manutenção	9.417
		Dividendos e JSCP propostos	78.158
Total do ativo não circulante	<u>3.673.322</u>	Total do passivo não circulante	<u>1.210.384</u>
TOTAL DOS ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA	<u>3.970.852</u>	TOTAL DOS PASSIVOS MANTIDOS PARA VENDA	<u>2.010.356</u>

O valor líquido da controladora de R\$1.960.496 está detalhado na Nota 8 de Investimentos.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	01/01/2016 a 30/06/2016	01/01/2015 a 30/06/2015	01/04/2016 a 30/06/2016	01/04/2015 a 30/06/2015
Receita líquida de serviços	156.729	125.566	79.314	64.418
Receita de construção	94.125	446.091	57.693	430.863
	<u>250.854</u>	<u>571.657</u>	<u>137.008</u>	<u>495.280</u>
Custo de serviços prestados	(49.631)	(31.752)	(26.881)	(15.075)
Custo de construção	(94.125)	(446.091)	(57.693)	(430.863)
Lucro bruto	<u>107.098</u>	<u>93.814</u>	<u>52.433</u>	<u>49.342</u>
Despesas gerais e administrativas	(28.431)	(18.219)	(11.445)	(8.029)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	<u>78.667</u>	<u>75.596</u>	<u>40.989</u>	<u>41.313</u>
Receitas financeiras	32.431	20.729	19.584	5.465
Despesas financeiras	(112.800)	(5.672)	(89.114)	(1.247)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	<u>(1.703)</u>	<u>90.653</u>	<u>(28.541)</u>	<u>45.532</u>
Imposto de renda e contribuição social	(20.078)	(25.999)	(8.943)	(11.884)
Correntes	(16.750)	(21.603)	(3.740)	(10.412)
Diferidos	(3.327)	(4.395)	(5.203)	(1.472)
Prejuízo (lucro) líquido do período	<u>(21.780)</u>	<u>64.654</u>	<u>(37.485)</u>	<u>33.648</u>

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

INVEPAR

Em 5 de agosto de 2016, conforme autorização do Conselho de Administração da Companhia, foram assinados os contratos de compra e venda de ações (“Contratos”), para a alienação da totalidade das ações de emissão da Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), de titularidade subsidiária integral da INVEPAR, Línea Amarilla Brasil Participações S.A. (“LAMBRA”), pelo valor nominal referenciado a 31/12/2015 (“Preliminary Purchase Price”) de s/ 3.698.500.000,00 (três bilhões, seiscentos e noventa e oito milhões e quinhentos mil de soles); e, alienação da totalidade das participações societárias direta e indireta da Companhia PEX Peru S.A.C. (“PEX Peru”), pelo valor nominal referenciado a 31/12/2015 (“Preliminary Purchase Price”) s/ 37.300.000,00 (trinta e sete milhões e trezentos mil de soles) para a Vinci Highways S.A.S., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da França, registrada sob o nº 433 636 461 RCS Nanterre, com sede na rue Louis Blériot, 92500 Rueil-Malmaison, França (“VINCI”).

CART

De acordo com a deliberação da ARTESP publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 30 de Junho de 2016, foi autorizado a partir de 1º de Julho de 2016 o reajuste de 9,32% às tarifas de pedágio para as rodovias administradas pela Companhia.

VIA040

A partir 30 de julho de 2016, passou a vigorar a tarifa de pedágio no valor de R\$ 4,80 (quatro reais e oitenta centavos) em todas as praças de pedágio, representando um reajuste de 4,35% em relação a tarifa anterior (R\$ 4,60). A Resolução ANTT nº 5143 de 15 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 26 do mesmo mês, aprovou a 1ª Revisão Ordinária e a 3ª Revisão Extraordinária da Tarifa Básica de Pedágio – TBP do Contrato de Concessão.

VLT

Em 4 de julho, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 21.624, mediante a emissão de 125.356.530 ações ordinárias, todas subscritas e integralizadas pelos acionistas na proporção de suas participações.

Em 22 de julho o VLT firmou contrato de mútuo com as acionistas no montante de R\$ 25.000 remunerados pelo CDI + 5%, a liquidação de principal e juros ocorrerá em 31 de dezembro de 2016.

No dia 26 de julho de 2016 foi iniciada a cobrança tarifária no montante de R\$ 3,80.

VIARIO

Em 8 de julho foi firmado contrato de mútuo entre os acionistas no montante de R\$30.575, com vencimento em 15 de janeiro de 2034. Na mesma data, foi liberada a 1ª parcela no valor líquido de R\$18.000.

Em 9 de julho foram inaugurados os 26 km de extensão da via expressa e corredor do BRT Transolímpica. A VIARIO será responsável pela manutenção, conservação e operação de 13 dos 26 km da via, além dos serviços de socorro mecânico, médico e resgate neste trecho. A Transolímpica entrará em operação nos Jogos Rio 2016 e será aberta à população após os Jogos.

METROBARRA / METRÔRIO

Em 1 de agosto ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) para portadores de ingressos que possuem o Cartão Olímpico, atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. A Linha 4 tem a extensão de 16 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul).

GRU AIRPORT

No dia 7 de julho de 2016, GRU AIRPORT informou à Agência Nacional da Aviação Civil, que daria continuidade a proposta de constituição e pagamento parcelado da Outorga Fixa.

Em 11 de julho de 2016 foi efetuado o pagamento de R\$ 350.000 da Outorga Fixa devida ao FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), dentro de um plano de parcelamento proposto pela Companhia à ANAC. As demais parcelas serão pagas até dezembro de 2016. O BNDES, através da decisão de diretoria nº 354/2016 de 7 de junho de 2016, no âmbito do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 13.2.1216.1 celebrado em 13 de dezembro de 2013, anuiu acerca da implementação desse plano de pagamento parcelado da outorga fixa. GRU AIRPORT, amparada em parecer emitido por seus assessores jurídicos, entende que o pagamento parcelado acrescido dos respectivos encargos não caracteriza inadimplemento do Contrato de Concessão.

Em 27 de julho de 2016, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social dentro do limite autorizado no valor de R\$350.000, mediante a emissão de 454.545.000 novas ações ordinárias, onde o preço de emissão das ações foi fixado em R\$ 0,77. O aumento de capital será integralizado mediante aporte de capital pelos Acionistas, na proporção de suas participações acionárias.

Em 1 de agosto de 2016, GRU AIRPORT pagou a 2º parcela da Outorga Fixa, depositando o montante de R\$ 145.000. Na mesma data a Companhia recebeu o montante de R\$ 67.000, referente a aporte de capital de seus acionistas.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 2016: A Invepar - Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Companhia” ou “Invepar”) divulga hoje os resultados do segundo trimestre de 2016 (2T16). Senhores acionistas, a Administração da Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. (“Invepar” ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação do mercado e de seus acionistas as Informações Trimestrais - ITR - relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, acompanhado do relatório de revisão trimestral dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal.

A Invepar apresenta suas Informações Trimestrais - ITR - relativas ao trimestre findo em 30 de junho de 2016 de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“IFRS”) e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), aplicáveis às operações da Companhia.

No dia 15 de julho de 2016 foi publicado Comunicado ao Mercado informando a mudança da auditoria externa independente da Companhia a partir do segundo trimestre de 2016, tendo sido aprovada a contratação da Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”) em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”). Adicionalmente foi mencionado que a Companhia obteve a anuência da Deloitte sobre a referida substituição e que a Deloitte encaminhará sua anuência em à CVM.

Conforme o Fato Relevante publicado em 21 de janeiro de 2016, a INVEPAR contratou assessores para avaliar alternativas da alienação de participações acionárias, em especial da Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), com o objetivo de ampliar sua capacidade de investimento em infraestrutura no Brasil.

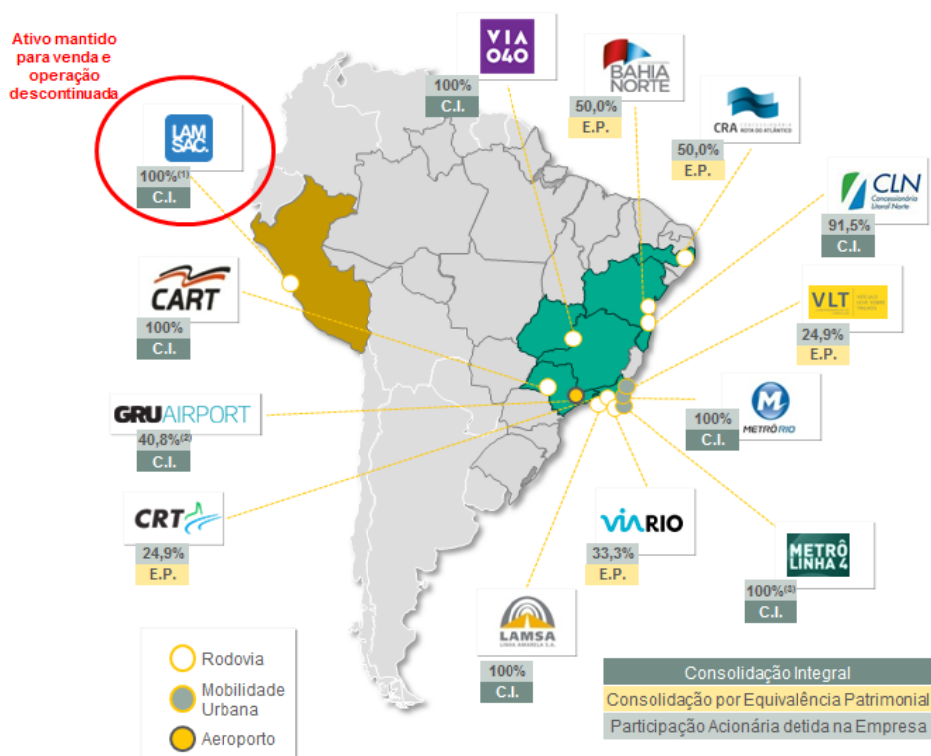
Por este motivo, nos resultados do primeiro e do segundo trimestre de 2016 (1T16 e 2T16), os números da LAMSAC foram reclassificados para “ativos mantidos para venda e operação descontinuada”, conforme CPC 31. Conforme mencionado no fato relevante publicado em 08 de agosto de 2016, foram assinados em 05 de agosto de 2016 contratos de compra e venda de ações, para a alienação da totalidade das ações de emissão da Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), de titularidade subsidiária integral da Invepar, Linea Amarilla Brasil Participações S.A. O valor global da transação está sujeito a regras de atualização monetária, ajustes diversos previstos nos respectivos Contratos e o recebimento pela LAMBRA do pagamento integral de dívidas subordinadas com a LAMSAC. O valor bruto global da transação estimado na presente data é de R\$ 4.553.170.075,00 (quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, cento e setenta mil e setenta e cinco de reais).

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes. Vale ressaltar que os indicadores operacionais incorporam os dados da LAMSAC, e só serão desconsideradas após sua efetiva alienação.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados consolidados em relação segundo trimestre de 2015 e todos os valores estão em R\$ milhões, exceto quando indicado de outra forma. Conforme CPC 31, para efeito de comparabilidade os dados consolidados de resultado de 2T15 não contemplam os números da LAMSAC.

A seguir a ilustração que demonstra as participações que a Invepar detém nos ativos e o tratamento para efeitos de consolidação dos resultados, distinguindo entre a consolidação integral e a consolidação por equivalência patrimonial:





¹ Invepar detém 100% da Linea Amarilla Brasil Participações S.A. (LAMBRA) que detém 100% da concessionária Linea Amarilla S.A.C. (LAMSAC), que opera a Concessionária LAMSAC.

² Invepar detém 80% de GRUPar (Aeroporto de Guarulhos Participações S.A.), que detém 51% de GRU Airport (Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.).

³ Através da MetrôBarra, a Invepar tem a opção de comprar 100% das ações da Concessionária Rio Barra SA, que detém os direitos de construir, operar e manter a Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro. O processo de aquisição depende de condições precedentes. Até então, a MetrôBarra (100% subsidiária da Invepar) fornecerá material rodante e sistemas para a Linha 4.

Nota 1: A PEX é uma empresa criada para prestação de serviços de cobrança automática de pedágio. A mesma é consolidada integralmente no balanço da Invepar.

Nota 2: A PEX Peru, empresa criada para prestação de serviços de cobrança automática de pedágio, está sendo classificada como ativo mantido para venda e operação descontinuada.

DESTAQUES DO PERÍODO

Invepar

- Conforme Fato Relevante publicado dia 22 de abril de 2016, a OAS divulgou comunicado informando que “encerrou o prazo para os demais acionistas da Invepar exercerem o direito de preferência para aquisição das ações da Invepar, sem que nenhum deles tenha exercido referido direito”.

Rodovias

CLN

- No dia 18 de abril, as tarifas de pedágio da Companhia foram reajustadas em 11%, conforme Resolução AGERBA nº 07. As tarifas básicas passaram a ser R\$ 6,00 nos dias úteis e R\$ 9,00 nos feriados e finais de semana.

CART

- Em abril deste ano, ocorreu a integralização do aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 11 milhões, o aumento de capital foi aprovado em 02 de dezembro de 2015, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária no montante de R\$ 133 milhões, mediante emissão de 227.511.745 ações ordinárias e 227.511.745 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.



- Em 15 de abril de 2016, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, através da Ata da Assembleia Geral Extraordinária, no montante de R\$ 145 milhões, mediante a emissão de 316.763.341 ações ordinárias e 316.763.347 ações preferenciais, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal.
- Em maio de 2016, a CART obteve a 7ª posição no ranking geral do Prêmio Artesp “Concessionárias do Ano” de 2015. O resultado reflete o avanço na performance dos atendimentos, serviços prestados e segurança oferecida aos usuários nas rodovias sob sua concessão.

Via040

- Conclusão dos serviços de duplicação dos dois trechos remanescentes da etapa inicial de duplicação, em João Pinheiro – MG e Luziânia – GO. A Companhia aguarda sua homologação junto à ANTT.

ViaRio

- Início da fase dos testes necessários para a entrada em operação.

Mobilidade Urbana

MetrôRio

- No dia 2 de abril de 2016, a tarifa foi reajustada de R\$3,70 para R\$4,10. Em março do mesmo ano, a AGETRANSP¹ autorizou o reajuste anual da tarifa do MetrôRio, previsto no contrato de concessão.
- Concluída a implantação do sistema de Piloto Automático nas entradas dos pátios do Centro de Manutenção.
- Em junho de 2016, foi realizado o primeiro teste com energia de tração em um trem CRC da Linha 4, no trajeto de General Osório 2 até Jardim Oceânico. Este marco foi muito importante, pois materializou todas as etapas do processo construtivo da linha 4, desde a escavação, passando pela via permanente, até a instalação dos sistemas de energia de tração.
- No dia 10 de junho de 2016, o MetrôRio em parceria com o Comando de Operações Especiais², com a elite da polícia francesa RAID³ e com o Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais realizou a primeira simulação de segurança tendo em vista os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. O treinamento visa a preparação das equipes para situações de emergência.

METROBARRA

- A Linha 4 do Metrô do Rio de Janeiro e o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) foram apontados pela agência inglesa Moody's como os maiores legados dos Jogos Olímpicos Rio 2016 para a cidade.

¹ AGETRANSP - Agência Reguladora dos Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários e Metroviários e de Rodovias do Estado do Rio de Janeiro.

² Comando de Operações Especiais - Batalhão de Operações Policiais Especiais, Batalhão de Choque e Batalhão de Ações com Cães.

³ RAID - *Unité de Recherche, Assistance, Intervention et Dissuasion*



VLT

- No dia 14 de abril, a composição do VLT 109 chegou direto da fábrica da Alstom em Taubaté, São Paulo, e se juntou às três composições produzidas no Brasil e às cinco que vieram de La Rochelle, na França.
- No dia 05 de junho foi inaugurado o primeiro trecho do VLT que compreende em 18 km entre a Rodoviária e o Aeroporto Santos Dumont, ambos no Centro.

Aeroportos

GRU Airport

- No 2º semestre de 2016, na pesquisa realizada pela Secretaria de Aviação Civil (SAC), GRU Airport foi apontado como o melhor aeroporto do país na “Satisfação Geral do Passageiro” na categoria acima de 15 milhões de passageiros/ano com nota 4,40 numa escala de 1 a 5.
- Em maio de 2016, GRU Airport e a Dufry assinaram um acordo que prevê aumento de 2.320 m² de área de vendas, que será utilizada para a abertura de uma megastore Dufry Shopping no Terminal 2 e lojas *last minute* (última oportunidade de compra em lojas Dufry, antes de embarcar na aeronave). Além disso, o contrato estende a operação de lojas de *duty free* e *duty paid* nos Terminais 2 e 3 do aeroporto até 2032.

INDICADORES OPERACIONAIS

Indicadores Operacionais	2T15	2T16	▲	6M15	6M16	▲
Rodovias (MM)						
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs	58,3	73,3	25,7%	117,6	148,4	26,2%
Veículos leves	33,4	38,1	14,2%	67,6	78,0	15,4%
Veículos pesados	24,9	35,2	41,6%	50,0	70,4	40,8%
Veículos Equivalentes Pagantes - VEPs Comparáveis ¹	58,2	57,2	-1,8%	117,6	116,0	-1,4%
Veículos leves Comparáveis ¹	33,4	33,1	-0,7%	67,6	67,5	-0,1%
Veículos pesados Comparáveis ¹	24,9	24,1	-3,3%	50,0	48,5	-3,0%
Mobilidade Urbana (MM)						
Passageiros Transportados	56,9	62,8	10,3%	114,4	122,9	7,4%
Passageiros Pagantes	51,4	56,2	9,4%	103,7	110,9	7,0%
Relação Pagantes / Transportados	0,9	0,9	-0,8%	0,9	0,9	-0,4%
Aeroportos						
Passageiros Total (MM)	9,2	8,5	-7,0%	19,1	18,1	-5,0%
Movimento total de Aeronaves (Mil)	70,8	64,2	-9,3%	145,2	135,0	-7,0%
Carga Total (Mil toneladas) ²	68,8	65,1	-5,3%	143,3	121,5	-15,2%

(1) Bases comparáveis: exclusão da Via 040, pois possui menos de um ano de operação de cobrança de pedágio (início da operação em jul/15)

(2) Desconsidera os efeitos de carga nacional por não impactar o resultado financeiro.

RODOVIAS

O tráfego consolidado de Veículos Equivalentes Pagantes (VEPs) cresceu 25,7% no 2T16, em relação ao mesmo período do ano anterior. No 2T16 observou-se a operação integral de arrecadação da Via 040, contribuindo com 4,9 milhões de veículos leves e 11,1 milhões de pesados no total do grupo. No acumulado do 6M16, o número de VEPs totalizou 148,4 milhões acréscimo de 26,2% em relação aos 6M15.

Para comparação do segmento de Rodovias, excluindo o efeito da Via 040, a variação do total de VEPs no 2T16 comparado ao mesmo período do ano anterior foi de -1,8%, impactado



principalmente pela Lei dos Caminhoneiros⁴ e retração econômica reduzindo em -3,3% veículos pesados. No acumulado dos 6M16 a redução foi de -1,4% em relação aos 6M15, ocasionado principalmente pela variação de -3,0% nos veículos pesados.

MOBILIDADE URBANA

O número de passageiros transportados no MetrôRio aumentou 10,3% no 2T16 em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento foi devido ao maior número de dias úteis equivalentes do 2T16 ante 2T15. Outros fatores que contribuíram positivamente foram: (i) fechamento da Avenida Rio Branco, no centro do Rio de Janeiro; (ii) obras na Avenida Brasil com a construção do BRTTransBrasil que liga Zona Norte-Oeste carioca e Baixada Fluminense ao Centro da cidade; (iii) racionalização de linhas de ônibus; e (iv) início da movimentação olímpica. No acumulado dos 6M16, o número de passageiros foi 7,4% superior ao realizado nos 6M15.

AEROPORTOS

O tráfego de passageiros total em GRU Airport apresentou uma redução de -7,0% no 2T16 em relação ao 2T15. A diminuição foi pela redução do número de passageiros domésticos impactada principalmente pela retração econômica, levando algumas companhias aéreas a reduzir a oferta de assentos e frequências de voos. O tráfego de passageiros internacionais manteve-se em 3,2 milhões. No acumulado dos 6M16, o número de passageiros total foi 5,0% inferior ao registrado nos 6M15.

A movimentação de cargas no conjunto de importação e exportação sofreu redução de 5,3% no 2T16 comparado ao mesmo período do ano anterior, influenciada principalmente pela variação cambial e queda no segmento farmacêutico. No acumulado dos 6M16, a movimentação de cargas foi 15,2% inferior aos 6M15.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

RECEITA OPERACIONAL

A Receita Líquida Ajustada atingiu R\$ 839,8 milhões no 2T16, um crescimento de 13,4% em relação ao apurado no mesmo período de 2015.

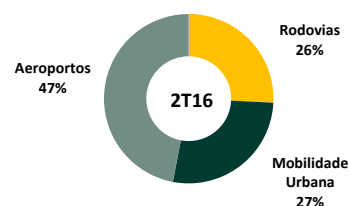
R\$ MM	2T15	2T16	▲	6M15	6M16	▲
Receita Líquida	1.001,3	1.000,9	0,0%	2.023,1	1.989,7	-1,7%
Receita de Rodovias	142,4	216,4	52,0%	285,7	437,8	53,2%
Receita de Mobilidade Urbana	189,2	228,7	20,9%	373,8	432,0	15,6%
Receita de Aeroportos	408,7	394,7	-3,4%	814,0	796,2	-2,2%
Receita de Construção (IFRS)	261,0	161,0	-38,3%	549,7	323,7	-41,1%
Receita Líquida Ajustada ⁽¹⁾	740,3	839,8	13,4%	1.473,5	1.666,0	13,1%

⁽¹⁾ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Os principais impactos foram:

Rodovias: crescimento de R\$ 74,0 milhões (+52,0%) em relação ao 2T15, principalmente por: (i) R\$ 69,7 milhões da Via 040 devido o início da cobrança de pedágio: 9 praças de pedágio foram inauguradas em 30

Composição da Receita Líquida Ajustada



⁴ Lei dos Caminhoneiros - nº 13.103 - Art. 17. Os veículos de transporte de cargas que circularem vazios não pagarão taxas de pedágio sobre os eixos que mantiverem suspensos.



de julho de 2015 e as outras 2 em 23 de agosto de 2015 e (ii) R\$ 4,7 milhões da CART, devido ao aumento de VEPs e reajuste tarifário em julho de 2015. No 2T16, o não reajuste tarifário na LAMSA e a Lei Municipal 5.980/2015⁵ que estava em vigor até fevereiro de 2016, impactaram negativamente na receita tarifária.

Mobilidade Urbana: atingiu R\$ 228,7 milhões de receita líquida ajustada no 2T16 (+20,9%) impactado principalmente pelo MetrôRio com os seguintes efeitos: (i) reajuste tarifário, de R\$ 3,70 para R\$ 4,10 (+10,81%), vigorando a partir de 2 de abril de 2016; e (ii) crescimento da demanda, impactado pelos fatores mencionados anteriormente no desempenho operacional. A receita não tarifária do MetrôRio, contribuiu com um aumento de R\$ 2,8 milhões (+38,7%) se comparado ao 2T15, em função de novos contratos de Telecom, repactuação do contrato de Publicidade com a empresa parceira e incremento de receita com o contrato com a empresa Tecban (ATM).

Aeroportos: GRU Airport registrou uma receita líquida ajustada de R\$ 394,7 milhões no 2T16 (-3,4%), representando uma redução de R\$ 14 milhões em relação ao 2T15. A receita tarifária sofreu decréscimo de R\$ 4,2 milhões (-1,8%) principalmente pela: (i) queda no segmento de cargas impactado pelos fatores mencionados anteriormente no desempenho operacional; e (ii) redução no número de passageiros nacionais e internacionais. A receita não tarifária reduziu R\$ 12,2 milhões (-5,1%), motivada principalmente pela retração econômica que tem afetado o consumo dos passageiros nas dependências do aeroporto, principalmente na linha de Duty Free, Varejo e Alimentação.

CUSTOS E DESPESAS

No 2T16, os Custos e Despesas Operacionais Ajustados apresentaram um aumento de 9,4% em relação ao 2T15, atingindo R\$ 685,6 milhões.

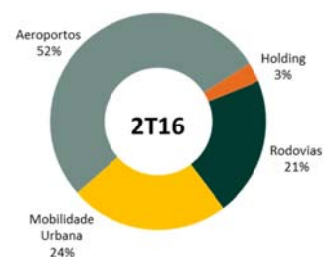
R\$ MM	2T15	2T16	▲	6M15	6M16	▲
Custos & Despesas Operacionais	(902,2)	(847,3)	-6,1%	(1.790,3)	(1.676,7)	-6,3%
Pessoal	(129,9)	(149,6)	15,2%	(251,7)	(294,6)	17,0%
Conservação & Manutenção Operacionais	(60,2)	(71,1)	18,0%	(115,2)	(134,6)	16,8%
Operacionais	(83,3)	(100,8)	21,0%	(167,9)	(208,2)	24,0%
Outorga Variável	(47,3)	(45,1)	-4,7%	(93,5)	(91,8)	-1,8%
Despesas Administrativas	(77,3)	(49,8)	-35,6%	(134,5)	(92,5)	-31,3%
Custo de Construção (IFRS)	(257,5)	(159,1)	-38,2%	(541,9)	(319,3)	-41,1%
Provisão para Manutenção (IFRS)	(6,4)	(2,6)	-59,8%	(12,1)	(4,4)	-63,6%
Depreciação & Amortização	(240,1)	(269,3)	12,1%	(473,4)	(531,3)	12,2%
Custos & Despesas Operacionais Ajustados ⁽¹⁾	(638,2)	(685,6)	7,4%	(1.236,3)	(1.353,0)	9,4%

⁽¹⁾ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e o Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

O aumento de R\$ 47,4 milhões dos custos e despesas ajustados no números consolidados em relação ao 2T15, pode ser explicado principalmente por:

Rodovias: aumento de R\$ 17,4 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, devido: (i) à implantação da Via 040 com acréscimo de R\$ 15,6 milhões, principalmente de gastos operacionais e de conservação e manutenção; e (ii) ao aumento dos gastos administrativos e operacionais e também conservação e manutenção na CART em R\$ 2,2 milhões.

Composição dos Custos e Despesas Ajustados



⁵ Lei Municipal nº 5980/2015 - isenção de pagamento de pedágio por retorno em até 2 horas.



Mobilidade Urbana: crescimento de R\$ 30,4 milhões comparado ao 2T15. O MetrôRio registrou: (i) aumento no quadro de funcionários e reajuste salarial; (ii) acréscimo nos custos de manutenção periódica nas estações; (iii) reajustes tarifários da energia de distribuição; e (iv) aumento da depreciação e amortização com a entrada em operação de novos projetos.

Aeroportos: aumento de R\$ 1,9 milhão em relação ao 2T15, relacionado principalmente a depreciação e amortização como também custos de conservação e manutenção. Em contrapartida obteve diminuição no quadro de empregados com o aumento da eficiência operacional e redução nos gastos operacionais e administrativos.

EBITDA E MARGEM EBITDA

R\$ MM	2T15	2T16	▲	6M15	6M16	▲
Equivalência Patrimonial	31,5	(39,4)	-225,1%	57,3	(14,0)	-124,5%
EBIT	130,6	114,1	-12,7%	290,1	298,9	3,0%
(+) Depreciação & Amortização	240,1	269,3	12,1%	473,4	531,3	12,2%
EBITDA ¹	370,7	383,3	3,4%	763,6	830,2	8,7%
Ajustes	2,9	0,7	-76,1%	4,3	0,1	-98,7%
(-) Receita de Construção (IFRS)	(261,0)	(161,0)	-38,3%	(549,7)	(323,7)	-41,1%
(+) Custo de Construção (IFRS)	257,5	159,1	-38,2%	541,9	319,3	-41,1%
(+) Provisão de Manutenção (IFRS)	6,4	2,6	-59,8%	12,1	4,4	-63,6%
EBITDA Ajustado²	373,6	384,0	2,8%	767,9	830,3	8,1%
Receita Líquida Ajustada ²	740,3	839,8	13,4%	1.473,5	1.666,0	13,1%
Margem EBITDA (%) Ajustada ²	50,5%	45,7%	-4,7 p.p.	52,1%	49,8%	-2,3 p.p.

⁽¹⁾ Instrução CVM Nº527/12 – Considera as operações descontinuadas para efeitos gerenciais.

⁽²⁾ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e ao Custo de Construção e à Provisão para Manutenção.

R\$ MM	2T15	2T16	▲	6M15	6M16	▲
EBITDA Ajustado⁽¹⁾	373,6	384,0	2,8%	767,9	830,3	8,1%
Rodovias	47,0	112,0	138,2%	108,3	224,2	106,9%
Mobilidade Urbana	84,5	105,4	24,7%	173,6	189,2	9,0%
Aeroportos	225,0	217,8	-3,2%	452,6	449,6	-0,7%
Holding ⁽²⁾	17,1	(51,2)	-398,5%	33,4	(32,7)	-198,0%

⁽¹⁾ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e o Custo de Construção e à Provisão para Manutenção;

⁽²⁾ Incorporadas às eliminações relacionadas à equivalência patrimonial.

O EBITDA Ajustado totalizou R\$ 384,0 milhões (+2,8%) representando um aumento de R\$ 10,4 milhões comparado ao mesmo período do ano anterior. A margem EBITDA Ajustada foi de 45,7% (-4,7 p.p.). Os principais fatores foram:

Rodovias: aumento de R\$ 65,0 milhões (+138,2%) principalmente por: (i) variação positiva de R\$ 63,3 milhões da Via 040 gerada pelo início da arrecadação em julho de 2015; e (ii) R\$ 3,5 milhões da CART referente ao aumento da receita líquida tarifária.

Mobilidade Urbana: aumento no EBITDA ajustado de R\$ 20,9 milhões (+24,7%). O MetrôRio contribuiu com R\$ 9,9 milhões devido ao aumento da demanda e o MetrôBarra com variação positiva de R\$ 11 milhões, em função da receita de aluguel dos trens.

Aeroportos: decréscimo de R\$ 7,2 milhões (-3,2%), devido à redução das receitas tarifárias e não tarifárias.

Holding: expressiva variação entre o 2T15 e 2T16 principalmente em função do efeito da Operação Descontinuada de LAMSAC, PEX Peru e LAMBRA. Este efeito se deu principalmente em função de despesas financeiras registradas em 2T16 pela LAMBRA.



As margens EBITDA ajustadas dos segmentos estão demonstradas na tabela a seguir:

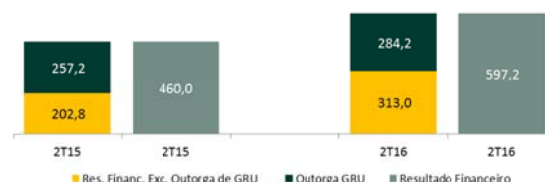
Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾ (%) por Segmento	2T15	2T16	▲	6M15	6M16	▲
Rodovias ⁽²⁾	33,0%	51,8%	18,7 p.p.	37,9%	51,2%	13,3 p.p.
Mobilidade Urbana	44,7%	43,3%	-1,3 p.p.	46,4%	41,2%	-5,3 p.p.
Aeroportos	55,0%	55,2%	0,1 p.p.	55,6%	56,5%	0,9 p.p.

⁽¹⁾ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita e o Custo de Construção e à Provisão para Manutenção;

⁽²⁾ Desconsidera os resultados de LAMSAC e PEX Peru;

RESULTADO FINANCEIRO

A despesa financeira líquida no 2T16 totalizou R\$ 597,2 milhões representando um aumento de R\$ 137,2 milhões em relação a 2T15. Essa variação ocorreu devido aos impactos não caixa da outorga fixa em GRU Airport e pelo maior endividamento do grupo, o qual inclui a debênture da Invepar emitida em novembro de 2015.



A outorga fixa de GRU Airport representou R\$ 284,2 milhões do resultado financeiro total. Após a entrada em operação do TPS3 em mai/14, a atualização monetária da Outorga Fixa de GRU Airport passou a ser contabilizada da seguinte forma: conforme os investimentos (Capex) vão sendo realizados, essa atualização monetária deixa de ser capitalizada no Ativo Intangível e passa a ser reconhecida como despesa financeira. Outro ponto de destaque foi a elevada taxa de inflação (IPCA) do período, impactando ainda mais o resultado.

Da parcela restante do resultado financeiro (R\$ 313,0 milhões em 2T16 versus R\$ 202,8 milhões em 2T15), o aumento no resultado líquido se deve ao aumento de juros e correção monetária de empréstimos contraídos para fazer face ao plano de investimentos das empresas.

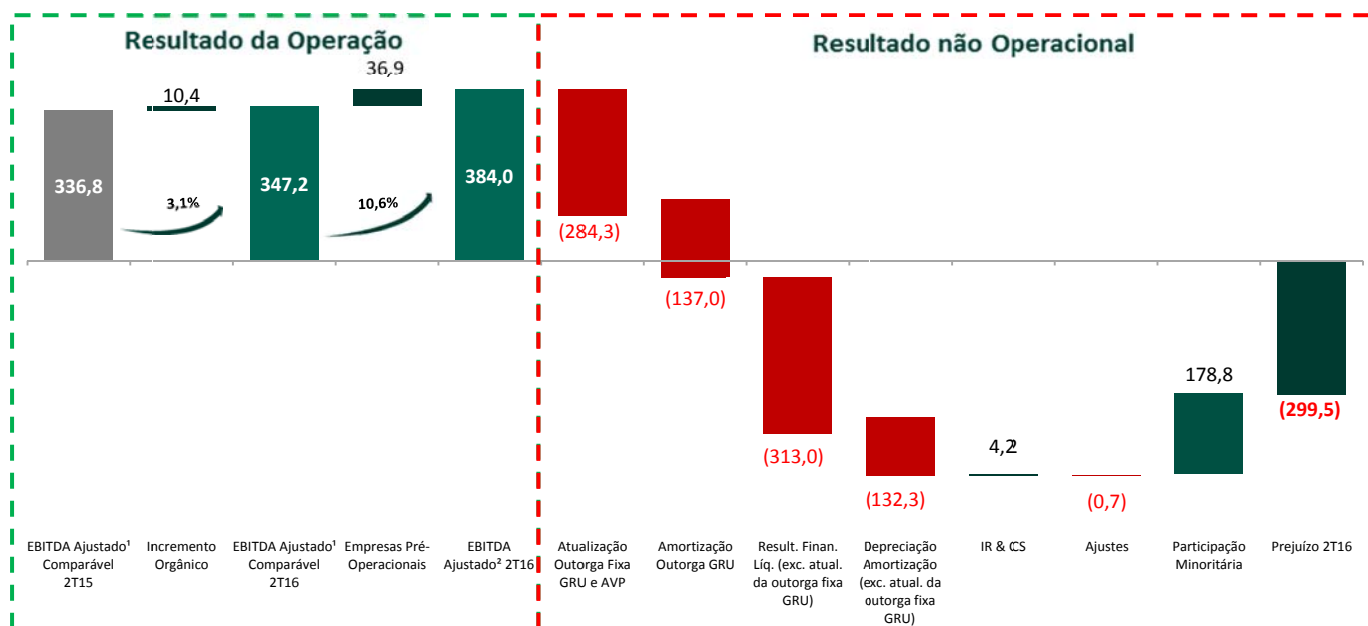
RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado negativo de R\$ 299,5 milhões foi impactado pelo aumento das despesas, principalmente devido à correção monetária e amortização da outorga fixa de GRU, pelas despesas financeiras com empréstimos e financiamentos contraídos pelas empresas, assim como à maior depreciação em função do Terminal 3 em GRU Airport.

Resultado do Exercício comparativo do Segundo trimestre e acumulado de 2015 e 2016



Conforme pode ser verificado no gráfico, o resultado líquido negativo foi consequência de efeitos não operacionais, alguns deles não gerando efeito caixa.



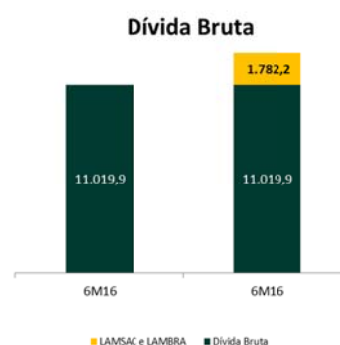
DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Consolidado R\$ MM	6M15	6M16	▲
Dívida Bruta	10.532,9	11.019,9	4,6%
Curto Prazo	3.147,8	1.537,4	-51,2%
Longo Prazo	7.385,1	9.482,4	28,4%
Disponibilidades	1.950,1	1.462,7	-25,0%
Caixa e equivalentes de caixa	244,9	662,8	170,7%
Aplicações Financeiras	1.705,2	799,8	-53,1%
Dívida Líquida	8.582,8	9.557,2	11,4%

Nota: Conforme CPC 31, os saldos comparativos patrimoniais não devem considerar a LAMSAC.

O grupo Invepar encerrou os 6M16 com saldo de caixa e aplicações financeiras no total de R\$ 1,5 bilhão. A variação no saldo ocorreu devido aos diversos investimentos nos segmentos de atuação e obrigações financeiras do grupo.

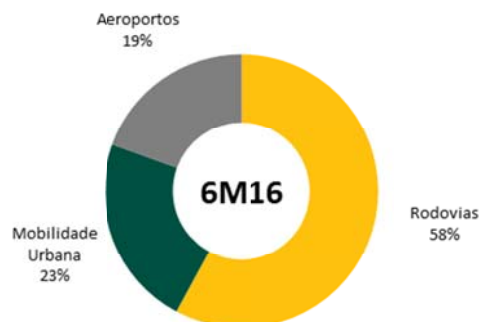
A dívida bruta consolidada da Companhia atingiu R\$ 11,0 bilhões nos 6M16, representando um acréscimo de R\$ 487,0 milhões (+4,6%) em relação ao ano anterior. O montante da dívida com vencimento no longo prazo representou 86% do total. O endividamento reflete as captações de empréstimos para os investimentos das novas concessões que entraram no portfólio da Invepar nos últimos anos. Esta tendência é natural em projetos de infraestrutura (para mais detalhes vide seção “Entendendo o Setor de Infraestrutura” ao final do relatório).



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Nos 6M16, os investimentos totalizaram R\$ 373,9 milhões, dos quais R\$ 216,4 milhões em Rodovias, R\$ 84,7 milhões em Mobilidade Urbana, R\$ 72,6 milhões em Aeroportos e R\$ 0,3 milhão na Holding.

R\$ MM	6M16
Rodovias	216,4
LAMSA	19,3
CLN	0,4
CART	70,0
PEX	0,5
Via 040	126,1
Mobilidade Urbana	84,7
MetrôRio	18,5
MetrôBarra	66,2
Aeroportos	72,6
GRU Airport	72,6
Holding	0,3
Total Investido ⁽¹⁾	373,9
Capitalização do Resultado Financeiro	75,9
Outros Efeitos Não Caixa ⁽²⁾	47,1
Margem de Construção	4,4
Total Investido (conciliação contábil)	501,2



(1) Investimento apresentado sob a ótica de caixa, excluindo os valores da outorga fixa de GRU Airport, assim como outros efeitos não caixa para aproximar ao máximo do investimento financeiro.

(2) Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidado, impactado principalmente por: Via 040 R\$ 41,2 milhões e MetroBarra R\$ 29,1 milhões.

CART: (i) execução de obras de duplicação e (ii) ampliação/melhorias dos dispositivos (pontes e viadutos);

Via 040: (i) duplicação de trechos da rodovia; e (ii) trabalhos de conserva especial e recuperação de vicinais, destinados principalmente a melhorias no sistema rodoviário sob concessão;

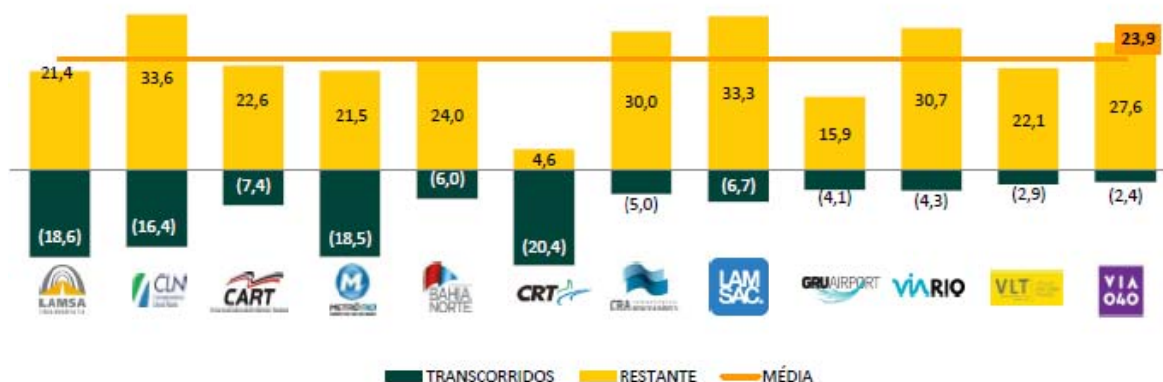
MetrôRio: (i) substituição dos componentes de vias (trilhos, aparelhos de mudança de via, aparelhos de dilatação e palmilha canelada) em final de vida útil; (ii) Adequação das instalações para acessibilidade e instalação de elevadores, plataformas verticais ou plataformas inclinadas nas estações Arcoverde, Carioca, Central, Estácio e Saens Pena; (iii) Implantação de sistema de pilotagem automática digital nos novos trens para intensificar a segurança na circulação, tendo em vista os intervalos projetados para atender o aumento na demanda de passageiros; (iv) recuperação de truques para aumentar a vida útil do ativo.

GRU Airport: (i) continuidade da reforma e ampliação dos Terminais 1 e 2 de passageiros; (ii) construção de bolsões de estacionamento que proporcionará o aumento da capacidade dos estacionamentos adicionando 2.027 vagas; (iii) implantação do CCO – Centro de Controle de Operações melhorando o controle e gerenciamento de suas atividades no setor de cargas.



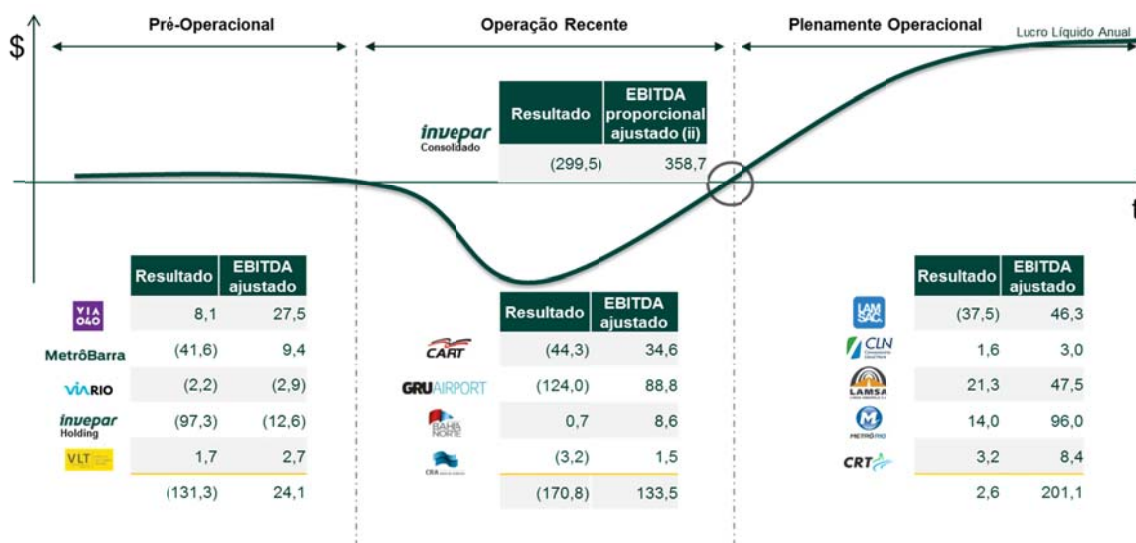
ENTENDENDO O SETOR DE INFRAESTRUTURA

A Invepar é um grupo de infraestrutura com empresas com grande prazo remanescente de concessão e sua carteira apresenta um prazo médio de 23,9 anos em 30/06/2016. Este indicador mostra que na média as concessões da Invepar são novas, e por conta disto passam atualmente por um período inicial de fortes investimentos.



Durante o período inicial de investimentos, é esperado que as Concessões apresentem resultados negativos até que se atinja a maturidade dos seus investimentos. Esse padrão é natural para o estágio inicial em que grande parte das concessões da Invepar se encontram. Este é o comportamento típico em projetos de infraestrutura, em que no início há geração de caixa negativa e com a maturidade das operações os resultados operacionais são crescentes e possuem pouca volatilidade (conhecido como curva J, onde nos anos iniciais de grandes investimentos são esperados resultados negativos que são compensados por resultados crescentes ao longo da concessão).

Ciclo de maturação Invepar em números



Nota: (i) Exemplo gráfico da curva J e as empresas do grupo Invepar em seus estágios de maturação.
 (ii) Resultados proporcionais das empresas e do Consolidado.
 (iii) No saldo da LAMSAC são incorporados os montantes de LAMBRA Holding e PEX Peru.

As empresas **Plenamente Operacionais** apresentam maturidade e resiliência operacional, sendo demonstrado por seus resultados positivos. No 2T16, o total do lucro líquido desse grupo foi de R\$ 2,6 milhões. O resultado da LAMSAC foi impactando negativamente na despesa financeira pela variação cambial da LAMBRA.

As empresas de **Operação Recente** iniciaram recentemente suas operações e ainda passam por um período de *ramp-up*. Esta fase se inicia após período de elevado volume de investimentos. No 2T16, alcançaram um EBITDA ajustado de R\$ 133,5 milhões. Esse segmento de empresas de operação recente teve um prejuízo de R\$ 170,8 milhões.

O grupo das empresas **Pré-Operacionais** e da **Holding** refletem a fase de investimentos e desenvolvimento de novos negócios do grupo. O EBITDA ajustado desse grupo apresenta resultado positivo devido ao início de geração de receita da Via 040, MetrôBarra (aluguel dos trens adquiridos para o MetrôRio) e VLT Carioca. O prejuízo líquido do período foi de R\$ 131,3 milhões, especialmente, em função das eliminações e equivalência patrimonial (operação descontinuada Lamsac) e também por despesas provenientes de financiamentos contratados pela **Holding** para fazer face aos investimentos. É importante destacar que em 30/06/2016 a Via 040 ainda não completou um ciclo de atividades equivalente a um ano.

O consolidado evidencia que a Invepar possui um conjunto maior de empresas em estágios iniciais de maturidade, portanto a Invepar como um todo encontra-se no **Estágio de Operação Recente**.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Invepar

- No dia 15 de julho de 2016 foi Comunicado a Mercado a mudança da auditoria externa independente da Companhia para o exercício 2016, para Grant Thornton Auditores Independentes (“Grant Thornton”) em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”).
- No dia 5 de agosto de 2016, conforme autorização do Conselho de Administração da Companhia foram assinados os contratos de compra e venda de ações (“Contratos”), para a alienação da totalidade das ações de emissão da Línea Amarilla S.A.C. (“LAMSAC”), de titularidade subsidiária integral da INVEPAR, Linea Amarilla Brasil Participações S.A. (“LAMBRA”), e alienação da totalidade das participações societárias direta e indireta da Companhia PEX Peru S.A.C. (“PEX Peru”), para a Vinci Highways S.A.S., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da França.

CART

- A partir do dia 1º de julho a tarifa de pedágio foi reajustada de acordo com a inflação em 9,32%. O reajuste anual é baseado no IPC-A acumulado dos últimos 12 meses, de acordo com o estipulado no contrato de concessão.

Via 040

- A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) autorizou o reajuste da tarifa básica do pedágio nas 11 praças presentes no trecho sob concessão da BR-040, entre Brasília (DF) e Juiz de Fora (MG), de R\$ 4,60 para R\$ 4,80. O reajuste entrou em vigor a partir de 30 de julho de 2016.

VLT

- No dia 26 de julho de 2016 foi iniciada a cobrança tarifária no montante de R\$ 3,80.



ViaRio

- No dia 09 de julho de 2016 foram inaugurados os 26 km de extensão da via expressa e corredor do BRT Transolímpica. A Concessionária ViaRio será responsável pela manutenção, conservação e operação de 13 dos 26 km da via, além dos serviços de socorro mecânico, médico e resgate neste trecho. A Transolímpica entrou em operação nos Jogos Rio 2016 e será aberta à população após os Jogos.

MetroBarra

- No dia 30 de julho de 2016 foi inaugurada a Linha 4 do metrô. Desde o dia 5 de agosto, início da competição dos jogos Rio 2016, além dos credenciados, os portadores de ingressos para os jogos também estão podendo usar os trens. Após a Paralimpíada, no dia 19 de setembro, a linha será aberta ao público em horário experimental, de 11h às 15h. A expectativa é que até o fim do ano a linha 4 entre em operação total.

GRU Airport

- Em 12 de julho de 2016, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que: efetuou em 11 de julho, o pagamento de R\$ 350 milhões da Outorga Fixa devida ao FNAC (Fundo Nacional de Aviação Civil), dentro de um plano de parcelamento proposto pela Companhia à ANAC. As demais parcelas serão pagas até dezembro de 2016. O BNDES, através da decisão de diretoria nº 354/2016 de 07/06/2016 decidiu anuir à implementação desse plano de pagamento parcelado da outorga fixa. GRU AIRPORT, amparada em parecer emitido por seus assessores jurídicos, entende que o pagamento parcelado acrescido dos respectivos encargos não caracteriza inadimplemento do Contrato de Concessão.

VENDA LAMSAC E PEX PERU

No dia 08 de agosto de 2016 foi publicado fato relevante informando as assinaturas dos contratos de compra e venda de ações, para a alienação da totalidade das ações de emissão da Línea Amarilla S.A.C. ("LAMSAC"), de titularidade subsidiária integral da Invepar, Línea Amarilla Brasil Participações S.A. ("LAMBRA"), e, alienação da totalidade das participações societárias direta e indireta da Companhia PEX Peru S.A.C. ("PEX Peru"), para a Vinci Highways S.A.S., sociedade constituída e organizada de acordo com as leis da França.

O valor bruto global da transação estimado na data da assinatura do contrato é de R\$ 4.553.170.075,00 (quatro bilhões, quinhentos e cinquenta e três milhões, cento e setenta mil e setenta e cinco de reais). O valor global da transação está sujeito a regras de atualização monetária, ajustes diversos previstos nos respectivos Contratos e o recebimento pela LAMBRA do pagamento integral de dívidas subordinadas com a LAMSAC.

Desalavancagem

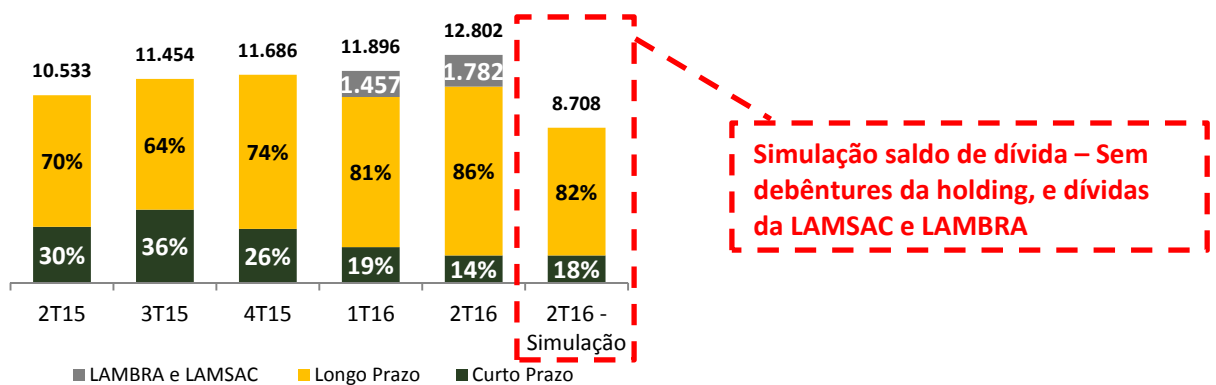
Como resultado desta venda, a previsão é que o perfil de endividamento da Invepar altere consideravelmente, saindo de uma dívida bruta total, incluindo o endividamento da LAMSAC e LAMBRA, de R\$ 12,8 bilhões em 30/06/2016 para uma posição futura de R\$ 8,7 bilhões, com a exclusão das dívidas da LAMSAC e a quitação das debêntures da Invepar e dívidas da LAMBRA. A seguir o demonstrativo do endividamento do 1T16 e 2T16, demonstrando o efeito da consideração e desconsideração das dívidas da LAMBRA, LAMSAC e debêntures da Invepar:



Comentário de desempenho 2º trimestre

1T16 - IFRS				2T16 - IFRS			
Empresa	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta total	Empresa	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta total
CART	868,2	896,6	1.764,8	CART	193,2	1.597,5	1.790,6
CLN	6,0	37,8	43,8	CLN	5,3	35,3	40,6
HOLDING	-	2.207,5	2.207,5	HOLDING	-	2.311,6	2.311,6
LAMSA	59,8	400,0	459,7	LAMSA	61,8	387,5	449,3
METROBARRA	601,9	-	601,9	METROBARRA	-	951,4	951,4
METRORIO	181,1	802,8	983,9	METRORIO	213,5	779,4	992,9
Via 040	953,5	9,4	962,9	Via 040	967,1	9,1	976,2
GRU	30,9	3.383,9	3.414,8	GRU	96,5	3.410,9	3.507,4
Total Geral IFRS	2.701,4	7.737,9	10.439,3	Total Geral IFRS	1.537,4	9.482,5	11.019,9
Considerando dívida LAMBRA e LAMSAC				Considerando dívida LAMBRA e LAMSAC			
LAMBRA	19,6	-	19,6	LAMBRA	453,3	-	453,3
LAMSAC	243,4	1.213,8	1.457,1	LAMSAC	246,6	1.082,2	1.328,8
Total ativo mantido para venda	263,0	1.213,8	1.476,8	Total ativo mantido para venda	699,9	1.082,2	1.782,1
Total IFRS + Ativo mantido para venda	2.964,3	8.951,7	11.916,1	Total IFRS + Ativo mantido para venda	2.237,3	10.564,7	12.802,0
Desconsiderando dívida Holding e dívidas LAMBRA e LAMSAC				Desconsiderando dívida Holding e dívidas LAMBRA e LAMSAC			
Total IFRS + Ativo mantido para venda	2.964,3	8.951,7	11.916,1	Total IFRS + Ativo mantido para venda	2.237,3	10.564,7	12.802,0
HOLDING	-	2.207,5	2.207,5	HOLDING	-	2.311,6	2.311,6
LAMBRA	19,6	-	19,6	LAMBRA	453,3	-	453,3
LAMSAC	243,4	1.213,8	1.457,1	LAMSAC	246,6	1.082,2	1.328,8
Total Dívida	2.701,4	5.530,4	8.231,8	Total Dívida	1.537,4	7.170,9	8.708,3

O gráfico a seguir demonstra a evolução da dívida do grupo ao longo dos últimos cinco trimestres, e destaca a expectativa de impacto no nível de endividamento em função da venda da LAMSAC e PEX Peru:



Comentário de desempenho 2º trimestre

1T16 - IFRS				2T16 - IFRS			
Empresa	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta total	Empresa	Curto Prazo	Longo Prazo	Dívida Bruta total
CART	868,2	896,6	1.764,8	CART	193,2	1.597,5	1.790,6
CLN	6,0	37,8	43,8	CLN	5,3	35,3	40,6
HOLDING	-	2.207,5	2.207,5	HOLDING	-	2.311,6	2.311,6
LAMSA	59,8	400,0	459,7	LAMSA	61,8	387,5	449,3
METROBARRA	601,9	-	601,9	METROBARRA	-	951,4	951,4
METRORIO	181,1	802,8	983,9	METRORIO	213,5	779,4	992,9
Via 040	953,5	9,4	962,9	Via 040	967,1	9,1	976,2
GRU	30,9	3.383,9	3.414,8	GRU	96,5	3.410,9	3.507,4
Total Geral IFRS	2.701,4	7.737,9	10.439,3	Total Geral IFRS	1.537,4	9.482,5	11.019,9
Considerando dívida LAMBRA e LAMSAC				Considerando dívida LAMBRA e LAMSAC			
LAMBRA	19,6	-	19,6	LAMBRA	453,3	-	453,3
LAMSAC	243,4	1.213,8	1.457,1	LAMSAC	246,6	1.082,2	1.328,8
Total ativo mantido para venda	263,0	1.213,8	1.476,8	Total ativo mantido para venda	699,9	1.082,2	1.782,1
Total IFRS + Ativo mantido para venda	2.964,3	8.951,7	11.916,1	Total IFRS + Ativo mantido para venda	2.237,3	10.564,7	12.802,0
Desconsiderando dívida Holding e dívidas LAMBRA e LAMSAC				Desconsiderando dívida Holding e dívidas LAMBRA e LAMSAC			
Total IFRS + Ativo mantido para venda	2.964,3	8.951,7	11.916,1	Total IFRS + Ativo mantido para venda	2.237,3	10.564,7	12.802,0
HOLDING	-	2.207,5	2.207,5	HOLDING	-	2.311,6	2.311,6
LAMBRA	19,6	-	19,6	LAMBRA	453,3	-	453,3
LAMSAC	243,4	1.213,8	1.457,1	LAMSAC	246,6	1.082,2	1.328,8
Total Dívida	2.701,4	5.530,4	8.231,8	Total Dívida	1.537,4	7.170,9	8.708,3

O gráfico a seguir demonstra a evolução da dívida do grupo ao longo dos últimos cinco trimestres, e destaca a expectativa de impacto no nível de endividamento em função da venda da LAMSAC e PEX Peru:

